



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FFCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS -PPGCS**

**LORENA SALES DE ALMEIDA**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NOS DISCURSOS DA  
MASCULINIDADE**

**SALVADOR**

**2016**

LORENA SALES DE ALMEIDA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NOS DISCURSOS DA  
MASCULINIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Ceci Vilar Noronha  
Coorientador: Luiz Cláudio Lourenço

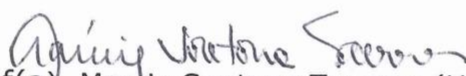
**SALVADOR**

**2016**

**LORENA SALES DE ALMEIDA**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NOS  
DISCURSOS DA MASCULINIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em vinte e sete de maio de dois mil e dezesseis, pela Comissão formada pelos professores:




Prof(a). Marcia Santana Tavares (UFBA)

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



Prof(a). Luiz Claudio Lourenço (UFBA)

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro



Prof(a). Ceci Vilar Noronha (UFBA)

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A447 Almeida, Lorena Sales de  
Violência doméstica contra mulheres nos discursos da masculinidade / Lorena Sales de Almeida. – 2016.  
113 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ceci Vilar Noronha  
Coorientador: Luiz Cláudio Lourenço

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

1. Masculinidade. 2. Homens. 3. Violência contra as mulheres. 4. Identidade de gênero. 5. Brasil. [Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006]. I. Noronha, Ceci Vilar. II. Lourenço, Luiz Cláudio. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 305.42

---

Para minha mãe Conceição e meu pai Luiz.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram essenciais para a realização deste trabalho, algumas fazendo parte do processo de aprendizado e amadurecimento pessoal e profissional, outras oferecendo apoio acadêmico, teórico, afetivo e emocional.

Agradeço aos meus pais por todo o incentivo à educação desde a infância. À minha mãe Conceição pelo companheirismo e otimismo, por acreditar em meus sonhos. Ao meu pai Luiz pelo exemplo de amor e cuidado todos esses anos. Ao meu irmão Luciano agradeço pela amizade, pelas palavras de estímulo e por todas as conversas cheias de reflexões e inquietações.

Ao meu marido, amigo e companheiro Murilo agradeço imensamente por estar ao meu lado todos esses anos, acompanhando minhas angústias e conquistas, me encorajando diariamente a seguir meus ideais.

Aos meus amigos de sempre, aqueles com os quais compartilhei momentos de alegrias e desafios, aqueles que vibram com minhas conquistas, aqueles que mesmo estando em cidades, estados e países distantes continuam tão próximos. À Thaís, mais que uma amiga, uma irmã, que surgiu em minha vida trazendo o significado da palavra amizade. À Tamires e ao Vinicius pela amizade construída e fortalecida ao longo desses anos. À Ana Paulla, à Maiara e à Taiane, amigas e colegas de profissão, aquelas que compartilham comigo a caminhada, com as quais sempre poderei contar.

Aos meus professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, por partilharem lutas diárias, pelos ensinamentos, pelas imprescindíveis contribuições para essa pesquisa. Aos servidores pela dedicação e solicitude em resolver qualquer empecilho a esta caminhada.

Agradeço em especial à minha orientadora Ceci Vilar e ao meu coorientador Luiz Lourenço pelos ensinamentos, atenção e compreensão, pela sabedoria passada e pela valorização desta pesquisa. À Marcia Tavares por ter aceitado o convite para participar das bancas de qualificação e defesa, pelas críticas e comentários valiosos que permitiram o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos profissionais da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador, agradeço pela confiança e por tornar possível esta investigação. Aos homens que aceitaram participar desta pesquisa, se dispondo a conversar em momentos tão delicados.

Ao CNPQ pelo incentivo a pesquisa durante esses dois anos. A todos vocês meu respeito e minha gratidão.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

Visto que o estudo sobre homens e masculinidades é relativamente recente no Brasil, mas já se apresenta como uma área emergente importante dentro dos estudos de gênero, este trabalho busca traçar a relação entre masculinidades e violência doméstica contra a mulher. A partir dos discursos de homens processados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a pesquisa busca entender como a construção da masculinidade pode influenciar nas práticas violentas, visto que os homens são os maiores perpetradores de violência, principalmente contra as mulheres. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada na 1ª Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher na cidade de Salvador/BA, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze homens. A partir da análise do discurso foi possível identificar quatro categorias que fundamentam as falas e práticas cotidianas dos sujeitos: a) Manutenção da família “tradicional” e heteronormatividade; b) Visões sobre a mulher; c) Significados do ser homem e macho; d) Concepções sobre Violência Doméstica contra a Mulher. Assim, foi notável nos discursos apresentados pelos homens, a prevalência de valores baseados na masculinidade hegemônica, sendo possível inferir que o modelo de masculinidade difundido e valorizado nos mais diferentes discursos, em instituições sociais como igrejas, escolas, família, meios de comunicação, é um modelo que reforça a figura do homem agressivo que detém o poder e resolve seus problemas com base na violência e autoridade.

**Palavras-chaves:** Masculinidades; Homens; Violência contra a mulher; Lei Maria da Penha; Gênero.



## ABSTRACT

The study on men and masculinities is relatively recent in Brazil, but lately it is presenting itself as an important emerging area within gender studies. This paper analyzes the connection between masculinities and domestic violence against women. As men are the main perpetrators of domestic violence, this research seeks to understand how the construction of masculinity can influence their violent practices, by listening to speeches of men prosecuted by the Maria da Penha Law N°11.340 / 2006. The qualitative research took place in the First Court of Domestic Violence Against Women in the city of Salvador – Brazil, where fifteen men were interviewed. As a result, it was possible to identify four categories of line of thought regarding domestic violence: a) Family Maintenance "traditional" and heteronormativity; b) Views on the woman c) Meaning of masculinity and macho; d) Conceptions on domestic violence against women. Thus, their speeches are based on hegemonic masculinity values, as the masculinity model is enforced by many different social institutions such as churches, schools, family and media. It is a model that reinforces the image of the aggressive man in power, who solves their problems with violence.

**Keywords:** Masculinities; men; Violence against women; Lei Maria da Penha; Gender equality.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO .....</b>	<b>14</b>
2.1	Violência(s) no campo da sociologia .....	14
2.2	O conceito analítico de gênero .....	20
<b>3</b>	<b>HOMENS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....</b>	<b>27</b>
3.1	Violência contra a mulher na agenda feminista .....	27
3.2	Discutindo masculinidades .....	39
<b>4</b>	<b>DESCREVENDO O ESTUDO .....</b>	<b>45</b>
4.1	Aportes metodológicos e empíricos .....	45
4.2	Os sujeitos da pesquisa .....	52
<b>5</b>	<b>ARTICULANDO DISCURSOS .....</b>	<b>57</b>
5.1	Manutenção da família “tradicional” e heteronormatividade .....	57
5.2	Visões sobre a mulher .....	73
5.3	Significados do ser homem e macho .....	87
5.4	Concepções sobre a violência doméstica contra a mulher .....	95
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre homens e mulheres no mundo ocidental contemporâneo têm gerado diversos debates e reflexões. Tradicionalmente a construção do que é ser homem, contraposta ao que é ser mulher, tem sido hegemonicamente associada a um conjunto de ideias e práticas que identificam essa identidade à virilidade, à força e ao poder advindos da própria constituição biológica sexual. A construção social do gênero masculino a partir das características subjetivas, sócio históricas e políticas constituem um dos mais importantes discursos de poder nas sociedades ocidentais.

No ocidente a masculinidade hegemônica valoriza características como virilidade e agressividade, expondo-os a agressões e outras formas de violência que estes comportamentos propiciam, tornando-os potenciais agentes de violência. Visto que os homens são os maiores perpetradores da violência contra a mulher no mundo, se torna relevante compreender como essas masculinidades se relacionam com os atos cotidianos de violência. A violência contra a mulher aparece como um problema de grande complexidade, não apenas devido à sua magnitude, mas também pelas relações parentais que a envolvem e o espaço onde comumente se manifestam, a saber, o domicílio.

A violência do homem contra a mulher, com a qual convive ou não em regime conjugal, representa um problema psicossocial e jurídico de extrema importância nos dias atuais, pois suas consequências afetam além dos membros das famílias envolvidas, também a economia do país e a sociedade de forma geral. A violência contra as mulheres é um problema antigo e presente em diferentes sociedades, agravada pela tolerância e invisibilidade, especialmente quando ocorre na família, o que limita os acessos aos mecanismos de proteção.

Historicamente, existe uma tolerância sociocultural às ocorrências da violência doméstica, reduzindo-a a um evento de cunho familiar e privado, silenciado e naturalmente aceito, o que dificulta a visibilidade do fenômeno. Diante disto, a vivência dessa problemática só nas últimas décadas foi reconhecida enquanto problema social por causa das constantes lutas levantadas pelos movimentos de mulheres.

Dados históricos sobre o Brasil, na época colonial, revelam que já na Ordenação do Reino era permitido aos maridos “emendarem” suas companheiras, pelo uso da chibata (AZEVEDO, 1985; BEISSMAN, 1994). Portanto, as agressões físicas e psicológicas contra as mulheres fazem parte de nossa história. Mais recentemente, seu reconhecimento como violação dos direitos humanos por organizações internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), resultou em uma série de acordos assumidos por governos de países signatários

visando a implementação de políticas públicas, legislações específicas, mecanismos de monitoramento e serviços especializados, entre outros.

A Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa em 2010 intitulada “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública” e destacou que, no Brasil, de cada cinco mulheres, uma considera já ter sofrido ao menos um episódio de violência praticado por um homem. Cerca de 80% desses casos ocorreram entre pessoas que mantinham relações de conjugalidade. Dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) destacam que a procura pela Central de Atendimento à Mulher cresceu 112% no período entre 2009 e 2010, quando saltou de 161.774 para 343.063 atendimentos (SALVADOR, 2010). Este crescimento pela procura do Disque-denúncia já representa um indício que reflete o desejo da população de denunciar a violência de gênero, bem como o fortalecimento da rede de atendimento e o empoderamento das mulheres, principalmente diante da violência conjugal.

Em razão dessa conjuntura internacional, dos compromissos assumidos e também das constantes pressões do movimento feminista, nos últimos 30 anos, o Brasil tem aprovado e implementado políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Enfatiza-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Maria da Penha, em 2006, que estabelece medidas punitivas mais rigorosas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em um âmbito mais amplo, da violência em geral, diversos tipos de violências passam a se configurar como importantes causas de morbidade e mortalidade em diferentes grupos populacionais, atingindo-os de forma diferenciada, e delineando padrões de acordo com a origem social, sexo, raça e idade da vítima (SCHRAIBER; D’OLIVEIRA; COUTO, 2006). No entanto, quando se trata das mulheres, estas têm sido vítimas de violência principalmente nos espaços privados e seus agressores, em geral, são pessoas próximas e do sexo oposto - pai, padrasto, companheiro, ex-companheiro, entre outros. No Brasil, o padrão dos homicídios em mulheres está localizado prioritariamente na esfera doméstica, tendo como principal agressor o parceiro, ou ex-parceiro, da vítima (WAISELFISZ, 2012). Apesar da insuficiência de dados produzidos para um melhor detalhamento da situação no Brasil, inúmeras pesquisas apontam a insuficiência das políticas de prevenção da violência contra a mulher. O modelo de masculinidade hegemônico nas sociedades ocidentais modernas está pautado em valores como virilidade, agressividade, poder e superioridade em relação à mulher, nesse sentido, se torna relevante refletir sobre as possíveis relações entre a produção social da violência e as concepções sobre os gêneros, principalmente sobre o ser homem.

Sobre a organização deste trabalho, no capítulo primeiro, são apresentadas abordagens sociológicas sobre o conceito de violência e sobre gênero, buscando criar uma conexão entre os dois para compreender a violência de gênero. No Capítulo seguinte, discutimos sobre violência contra a mulher, focando na luta feminista contra as agressões de gênero e, mais à frente, adentramos nas discussões sobre masculinidades. O terceiro capítulo traz descrições e elaborações metodológicas sobre a pesquisa, bem como a apresentação do caminho empírico percorrido durante a realização deste trabalho. No capítulo seguinte é apresentada a análise dos discursos coletados durante as entrevistas, agrupados em quatro categorias. Veremos como os homens denunciados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) elaboram seus discursos e justificam suas práticas sobre violência, gênero e masculinidade. Por fim, nas considerações finais estão presentes as contribuições teóricas e sociais deste trabalho, a apresentação do que foi percebido na articulação entre as teorias e a pesquisa de campo a partir desta investigação.

## 2 VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Neste capítulo inicial, foi realizada uma revisão teórica sobre violência e gênero, buscando estabelecer conexões entre estas duas grandes áreas de investigação. O trabalho apresenta distanciamentos e aproximações entre as práticas violentas que não são geradas em decorrência do gênero e as praticadas tendo em vista as diferenças de gênero, neste caso, a violência doméstica contra as mulheres e articula, ainda, o conceito de gênero discutido em diferentes perspectivas nas ciências sociais

Dessa forma, a violência de gênero praticada contra as mulheres pode ser entendida como aquela em que as vítimas são agredidas pelo fato de serem mulheres, embora isso não se restrinja ao âmbito das relações íntimas ou ao grupo familiar. Objeto de muitos estudos, tem sido referida e, às vezes denominada, na literatura nacional e estrangeira, como violência doméstica; violência familiar; violência de gênero; violência conjugal ou por parceiro íntimo. Mas é possível categorizar esses diversos tipos de violência como a doméstica, violência familiar, violência conjugal, o assédio e violência sexual que podem se manifestar como violência física, violência moral, violência simbólica ou violência psicológica. Compreender o universo simbólico e prático que fomenta a violência, levando em conta as peculiaridades dos diferentes tipos de violência, elucida os problemas a serem discutidos ao longo deste trabalho.

### 2.1 Violência(s) no campo da sociologia

A violência tem sido foco de atenção de diversas instâncias sociais preocupadas com questões relacionadas aos conflitos na contemporaneidade. Apesar da representação da violência parecer consensual nas sociedades atuais, a definição de violência não é tão harmônica, a literatura apresenta muitas definições sobre o tema.

Podemos pensar na etimologia da palavra violência, do latim *violentia*, esta é associada a *vis* e *violare*, suportando as definições de força em ação, força física, potência, carregando também o sentido de violação, infração e destruição. Dessa forma, *violentia* parece designar um vigor ou força que se orienta ao incumprimento ou destruição de uma ordem estabelecida (ZALUAR, 1999, p.8). A fronteira apresentada por esse ordenamento, e seu desconcerto por meio da violência, é sentido de forma variável cultural e historicamente.

Minayo e Souza (1998) consideram a complexidade de se definir violência e mencionam que as teorias que discutem o tema correspondem ao objeto em si, pois definem um fenômeno polissêmico, questionável e multicausal. Assim, para elas, violência é expressada como ações

humanas de indivíduos, grupos, classes, nações, que resultam na morte de outros seres humanos ou que atingem sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Dessa forma, só podemos falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, singularizada, cujas particularidades precisam ser conhecidas.

Uma conceituação descritiva e objetiva seria a de Michaud (1981), a qual afirma que há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Entre a gama de conceitos de violência, Chauí (1985, p. 16) o descreve como “um processo pelo qual um indivíduo é transformado de sujeito em coisa”. Ela define a violência como tudo o que opera usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Como resultado, violência é um ato de brutalidade, atrocidade e abuso físico e/ou psíquico contra uma pessoa e assinala relações intersubjetivas e sociais demarcadas pela opressão e constrangimento, pelo medo e terror. Diante de um ato de violência, segundo Butler (2002), há evidência da vulnerabilidade humana, e a ação de um fica bloqueado pela vontade do outro. Essa vulnerabilidade se encontra acentuada em certas condições sociais e políticas consideradas desfavoráveis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como o uso intencional de força física ou poder, de forma hostil ou real, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que gera ou tem alta probabilidade de resultar em ferimentos ou morte, dano psicológico, baixo desenvolvimento ou privação. (KRUG, 2002, p. 5).

Muitas são as definições e descrições para violência. Na perspectiva essencialista, ela é entendida como algo inerente à natureza humana e que pode ser lançado sempre que surge um cenário de insegurança. Sendo assim, é uma espécie de demonstração do instinto de sobrevivência, uma abordagem biologizante. Sobre a violência também se construiu um discurso psychologizante-individual-patológico partindo da premissa de que elementos psicológicos interferem na conduta individual, podendo provocar fenômenos sociais violentos. Essa abordagem do fenômeno alude para as influências dos fatores biopsicossociais na caracterização e investigação as dinâmicas humanas. Não obstante, essa compreensão não leva

em consideração as características contextuais e históricas, como indicam Minayo e Souza (1998), dado que, é motivada por uma perspectiva positivista e universalizante do tema da violência.

Longe da visão essencialista, existem algumas elaborações conceituais dentro do campo das ciências sociais, mais especificamente da sociologia. Nas Ciências Sociais, a categoria violência passa por diferentes construções teóricas, desde as análises positivistas até as compreensivas, havendo uma certa concordância no entendimento de que violência tem sua origem no aspecto social dos indivíduos. Nos últimos tempos, a sociologia tem se debruçado sobre as relações sociais em tensões, condensando diversos estudos sobre as causas, consequências e resoluções de processos de violência.

Para Velho (2000), a violência consiste no uso agressivo da força física e na possibilidade ou ameaça de uso da força física de um indivíduo contra outro. A ideia de “outro”, nesse caso, sugere que a alteridade é um componente da vida social sendo, concomitantemente, o alicerce e a fonte de conflitos na vida em sociedade. A alteridade permite o surgimento de trocas e a ocorrência de sistemas de reciprocidade que possibilitam o funcionamento entre os diversos domínios da vida social. Como característica da sociedade brasileira há a coexistência de valores hierarquizantes e individualistas vinculada a uma ambiguidade tocante a uma ação estatal.

A noção de força, ou de coerção, presume um dano que se provoca em outra pessoa ou grupo social, seja pertencente a uma classe social, a um gênero ou uma etnia, a um grupo etário ou cultural. Para Tavares dos Santos (2002), força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder – tanto nas estratégias de dominação do poder soberano, quanto nas redes de micropoder entre os grupos sociais – caracterizam a violência social contemporânea.

Deixando claro, o caráter desigual e hierárquico das relações que geram violência, seja ela entre sujeitos de uma mesma classe, etnia, gênero ou em grupos sociais distintos, pode-se afirmar que há uma acumulação social da violência, um processo histórico heterogêneo e não-linear, que se forma num processo cumulativo e histórico.

A violência é um produto de relações sociais concretas construídas historicamente. Isso significa dizer que a acumulação social da violência é um processo heterogêneo e não-linear; é a partir das transformações históricas, ora com suas rupturas ora com suas continuidades, que a violência adquire forma. (MANSUR, 2008, p.15).

Essa afirmação dá respaldo aos estudos sobre violência que fogem da linha conservadora e universalista e buscam estudar os fenômenos localizando-os em seu contexto



histórico e cultural, criando e reformulando teses sobre violências levando em consideração a conjuntura. Minayo (1993) afirma que a violência é um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial e seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade, que decorre de uma estrutura social desigual e injusta.

Numa epidemia, todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta, que alimenta e mantém ativos os focos específicos de violência, os quais se expressam nas relações domésticas, de gênero, de classes e no interior das instituições. (MINAYO, 1993, p. 65-66).

Segundo Noronha e Daltro (1991), o termo violência tem como eixo de significação a ideia de força, opressão que se impõe de um polo sobre outro. É possível, também distinguir um nível de violência perceptível por sua ação destrutiva nos corpos, no ambiente e em objetos materiais. Outro plano da violência ocorre de modo pouco perceptível e de difícil mensuração, porque atinge o universo simbólico dos indivíduos, mas a maioria dos indivíduos associa violência a atos visíveis, explícitos de agressão física a outra pessoa.

Pensando no conceito de violência simbólica proposto por Bourdieu (2005), a ordem social masculina encontra sua força na neutralidade que se atribui e na legitimidade que se propõe a si mesma. Essa ordem se estabelece como se a divisão dos sexos fizesse parte da ordem das coisas, natural e inevitável. Assim, podemos notar a importância do entendimento de formas variadas de violência no processo de dominação masculina, desencadeador do fenômeno da violência contra a mulher, que assume diversas faces desde a violência física à simbólica.

De acordo com o Bourdieu (2005, p.22): “A violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. Dessa forma, a violência simbólica caracteriza-se como uma violência ocultada, o que, especificamente, lhe confere poderes particulares e eficácia específica. Tal expressão é um tipo distinto de violência, ela é violência física mascarada e, por isso, invisível e esquecida. A violência simbólica estabelece a legitimidade de um discurso, de disposição, de um sujeito ou uma instituição, contudo, as relações de força que engendram esse tipo de violência, parecem ser desconhecidas pelos indivíduos.

A violência não é a mesma de uma época à outra, ela tem um caráter mutável e dinâmico. A violência, hoje, transformou-se grandemente nos significados de suas manifestações mais concretas. A violência mudou, também, uma vez que se concebe não mais o fenômeno de expressão mais concreto, mais objetivo, mas as percepções que sobre ele difundem-se, nas representações que criam.

[...] a violência jamais é redutível à imagem da pura subjetividade simplesmente porque o que é percebido ou concebido como violento varia no tempo e no espaço [...]. Mas, por outro lado, a violência não pode ser redutível aos afetos, às representações e às normas que dela propõem tal grupo ou tal sociedade [...] (WIEVIORKA, 1997, p. 18).

As violências podem ser pensadas como fenômenos que resultam de um prolongamento dos problemas sociais clássicos. Ao mesmo tempo em que ela pode ser instrumento de inconformação e rebeldia, buscando uma transformação, ela pode exacerbar alguns problemas. Em muitas situações violentas, não existe um questionamento sobre modelos mais fundamentais da dominação, os quais parecem ser negados ou banalizados e a força fortalece um modelo de poder problemático.

Nesse contexto, é importante destacar que o desenho recente da violência urbana, no qual aparecem como principais vítimas de homicídios os jovens do sexo masculino, trouxe novas questões para as formulações sobre gênero. Pesquisas na área da saúde reafirmam a incidência de homicídios entre jovens do sexo masculino, mostrando que os homens são, no Brasil, as maiores vítimas da violência (SOUZA, 2005). A violência urbana tão estudada e discutida na sociologia contemporânea segue determinados padrões que se relacionam com a masculinidade, com o exercício da força física como afirmação do poder dos homens. As pessoas do sexo masculino são as que mais participam de situações violentas em um cenário de violência urbana, onde a ocorrência se dá principalmente na rua. A partir desta constatação, precisamos pensar em velhos padrões de violência, que surgem como novidade na discussão de sua problemática, mas que em termos de sua ação prática são seculares. A violência doméstica e familiar, de gênero e racial são fenômenos antigos, mas que geram questionamentos novos.

É certo que os padrões de comportamento e as consequências geradas pelos conflitos são diferentes na violência de gênero e na violência urbana contemporâneas. A violência urbana desperta questões que envolvem desigualdade econômica, consumo, pobreza e outros fatores que dizem respeito ao espaço público da cidade. A violência dita de gênero tem relação com questões mais subjetivas e difíceis de se identificar, problemas de ordem cultural, que moldam desde comportamentos cotidianos a conflitos pessoais, alertando para a importância de pensarmos nas mais diversas manifestações de atos violentos.

A partir desta premissa, a violência apresenta-se na fronteira da perda do poder, a força acarreta desejo de exterminar, de anular o outro, através de sua supressão ou morte. Nesse sentido, a força está ligada a um desejo de mando e de opressão, que pode ser exercida por uma classe sobre a outra, por um grupo social sobre o outro ou por uma pessoa sobre a outra. A violência pode se expressar, também, sem a aniquilação do outro, com o desejo de preservação

do outro enquanto anulado e submetido à vontade do opressor, buscando a sujeição consentida. Assim, podemos pensar em violências de gênero ou religiosa, por exemplo, como uma força de imposição da dominação.

Investigações sobre violência urbana mostram que, na vida cotidiana, verifica-se uma condensação entre mal-estar da pós-modernidade que gera violência simbólica, sentimento de insegurança e medo. Atos de violência acarretam, além dos custos de dor e sofrimento humano, um componente de mal-estar social resultado do medo que circula. Estamos vivendo em um cenário de representações sociais da violência, e sua propagação é produzida, em grande parte, pelos meios de comunicação de massa, que elaboram uma dramatização da violência e uma espetacularização do crime violento.

Como a violência é mutável e variável de acordo com os contextos sociais e históricos, precisamos considerar as mudanças nos modos de abordagem, pois para apreendê-la nas ciências sociais, não podemos mais utilizar as abordagens que antes eram utilizadas em contextos atuais. Há diversos raciocínios suscetíveis de constituir instrumentos de compreensão da violência, diversas tradições sociológicas, e pode-se mesmo considerar que não há teoria geral que seja capaz de dar conta da análise da violência.

Partindo da visão de que a violência é um fenômeno social historicamente construído, Wieviorka (1997) argumenta que ela deve ser tratada como tal, o que exige novas estratégias capazes de mapear o seu significado nos tempos globalizados para, a partir desse entendimento, traçar planos de ação capazes de combatê-la no âmbito social. De acordo com o autor (1997, p. 25), a tarefa de uma Sociologia da Violência é mostrar as mediações ausentes, os sistemas de relações cuja falta ou enfraquecimento criam o espaço da violência.

Já a violência contra a mulher, constitui um tipo de violência de gênero. Entende-se aqui por violência de gênero: “ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo” (STREY; WERBA; NORA, 2001). A violência de gênero não compreende apenas violência contra mulheres, mas a violência sofrida por indivíduos que independentemente do sexo pertencem ao gênero feminino, historicamente subalterno ao masculino. A violência contra a mulher é todo ato de violência física, moral, sexual ou psicológica praticado pelo homem, que, de alguma forma, prejudica a mulher. Buscaremos analisar tais questões mais adiante.

Os estudos sobre violência dentro da sociologia partem de epistemologias e pressupostos diversos, mas com preocupações em comum. Morin (1994) ressalta que é preciso discutir e estudar os fenômenos sem encerrar os conceitos, abrir as esferas fechadas, que estabeleçamos as articulações entre o que está desconexo, que tentemos incluir a

multidimensionalidade, que pensemos com a singularidade, com a localização, com a temporalidade, que não esqueçamos nunca as totalidades integradoras. A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não-verdade, assim a complexidade consiste nisso: o encontro de conceitos que combatem entre si.

## 2.2 O conceito analítico de gênero

O aparecimento do conceito de gênero, a nível internacional e nas mais distintas ciências sociais, foi acompanhado dos movimentos feministas que questionavam o essencialismo das categorias homem e mulher. Em particular na sociologia encontram-se, na década de 60 e 70 do séc. XX, os primeiros ecos de trabalhos científicos que envolvem o potencial analítico do conceito. Muitas questões colocadas pela teoria feminista devem ser compreendidas em um contexto mais amplo, no processo de transição de paradigmas, fruto das transformações sociais que ocorreram nos anos 60. Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, deram destaque não só aos internamente colonizados, as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais, como os externamente colonizados, os habitantes do mundo colonizado, pondo em cena novas vozes coletivas e colaborando para a desconstrução de um sujeito único e universal.

Tais rupturas sociais ocorreram ao mesmo tempo que novas teorias se construía em um contexto que lhes foi propício e contíguo com os “novos movimentos sociais”. Portanto, é sempre bom lembrar que a consolidação do campo de estudos “sobre mulheres” – como eram denominados, nesse período, os estudos de gênero – emerge paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos. É possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos acadêmicos.

Todavia, não podemos nos esquecer de que obras importantes antes disso marcaram época e abriram o caminho para a construção desse novo campo de estudos. Na Sociologia, por exemplo, destacam-se as pesquisas pioneiras de Madeleine Guilbert, em 1946, que já iniciavam a investigação sobre o trabalho das mulheres e na Antropologia, em 1948, os trabalhos de Margareth Mead, também, já tratavam magistralmente a questão.

Contudo, foi na Filosofia e na Literatura, nos anos 1950, que o livro “O Segundo Sexo”, escrito Simone de Beauvoir, abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. Beauvoir contestou todo determinismo biológico ou desígnio divino e retomou a perspectiva hegeliana: ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos

mostramos que resultou em sua famosa ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Podemos dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que a autora distinguiu o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar gênero.

A violência doméstica, sexual, familiar, a pouca presença das mulheres nos espaços públicos de poder institucional, a responsabilidade feminina pelo espaço privado, o machismo manifesto e o dissimulado, e o assédio sexual e moral no trabalho constituem-se alguns dos inúmeros problemas sociais e sociológicos que passaram a ser tratados pela Sociologia sob a ótica de gênero por meio de pesquisas empírico-teóricas (teses, dissertações, monografias, livros, artigos e ensaios), tornando visíveis as implicações sociais, políticas e econômicas da dominação masculina.

Importante lembrar que esse feminismo teve como substrato material a sociedade urbano-industrial moderna, cuja configuração se acelerou justamente nesse período e foi marcada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, a qual se ampliou progressivamente no decorrer do século XX. Aos poucos, as mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho, doméstica e pública e, com isto, a nova responsabilidade de conciliar vida profissional com vida familiar.

Marcados pelas ressonâncias das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias, os estudos de gênero e feministas mostraram-se historicamente comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos, associando-as a contextos mais abrangentes. Buscaram compreender os problemas que constituem as relações de gênero na sociedade, trazendo-os para o debate e a reflexão política e social mais amplos, associando-os, em determinadas análises, à classe e à raça, especialmente no Brasil e no restante da América Latina.

Por sua vez, a historiadora Joan W. Scott introduz o conceito de gênero na História com o seu famoso artigo “Gender a Useful Category of Historical Analysis”, publicado em 1986, pela *American Historical Review* e traduzido em 1990 no Brasil. Scott dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a ideia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas a-históricas, que fundamentam os discursos da dominação masculina.

Propõe o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as Ciências Sociais –, pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de

diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança. Gênero seria uma construção social de atributos diferentes a homens e mulheres efetivada durante toda a vida, o que acaba por determinar as relações entre os sexos em vários aspectos (SCOTT, 1990). O uso deste termo visa, assim, sublinhar o carácter social das distinções fundadas sobre o sexo e a rejeição do uso da palavra sexo que, etimologicamente, se refere à condição orgânica que distingue o macho da fêmea, enquanto que a palavra gênero se refere ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Ou seja, o gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres.

O conceito de gênero deve, então, ser entendido de uma forma relacional e não estática, dado que constitui algo que os seres sociais fazem e não algo que eles têm. O gênero passou a ser visto como um modo de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados a homens e mulheres e enfatiza um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas o gênero não é diretamente determinado pelo sexo. Ele age mais sobre os domínios que implicam as relações entre os sexos (SCOTT, 1990, p. 7-8).

Assim, os estudos de gênero consideram a diferença entre os sexos como uma construção social. Diferença que não pode servir como desculpa para desigualdades, mas como motivo para analisar as peculiaridades dos dois sexos, o que implica um não-acatamento das diferenças assentes simplesmente no aspecto biológico e uma rejeição dos enfoques naturalistas. Cabe destacar que Judith Butler (2002) considera arbitrária a distinção sexo/gênero, pois como a natureza é uma construção, o próprio sexo não é natural, mas discursivo e cultural como o gênero. Por isso, propõe a noção de gênero como efeito, no lugar de um sujeito centrado, ou seja, o gênero é um efeito, um sentido em si do sujeito. Guacira Louro (2000) lembra-nos, ainda, que a sexualidade e o gênero podem estar ligados à natureza, mas não podem ser a ela reduzidos, pois a própria natureza é uma construção histórica e social: o natural acontece pela linguagem, pelas representações e modifica-se historicamente.

O gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, uma construção social de ideias sobre papéis adequados a homens e a mulheres. Não devemos, pois, interligar, pura e simplesmente, o gênero e a biologia (SCOTT, 1990). Connell (1997) concorda com esse pensamento e diz que o gênero é uma prática social que se refere aos corpos, mas não se reduz a eles, pois o gênero existe na medida em que a biologia não determina o social. Para Joan Scott, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 14-16).

Quando falamos sobre estudos de gênero, a primeira ideia que vem à mente é, ainda, mulher, feminilidade ou feminismo. Inicialmente, as investigações de gênero estiveram relacionadas com os estudos feministas sobre as mulheres – que representaram uma transformação dos paradigmas dentro das ciências e a obtenção do reconhecimento e legitimidade institucional de uma nova categoria científica, novas metodologias e campos de pesquisa que visam reexaminar premissas e critérios da análise. Assim, considerar os estudos de gênero como sinônimo de estudo das mulheres é utilizar um sentido mais restrito e simplista, pois sua conceptualização mais geral enfoca a construção social das relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1990).

A partir da construção das diferenças desiguais de gênero, são estabelecidos estereótipos, que são crenças partilhadas sobre os atributos de uma pessoa, frequentemente sobre os traços de personalidade, mas também sobre os comportamentos de um grupo de pessoas. Os estereótipos de gênero configuram-se então como crenças partilhadas sobre determinadas qualidades que se reconhecem como características de indivíduos, em função da sua inclusão num dos grupos de gênero, portanto, feminino ou masculino. Pode dizer-se que os estereótipos, ao constituírem formas específicas de organização subjetiva da realidade social reguladas por mecanismos sociocognitivos, desempenham um papel fundamental na racionalização da ordem social existente, uma vez que se constituem como explicações essencialistas no processo de categorização social, agregando atributos específicos de forma a criar a essência dum grupo de pessoas. Os estereótipos de gênero contribuem, pois, para a naturalização das formas de ser homem e de ser mulher.

Para muitas teóricas feministas, o controle patriarcal dos corpos das mulheres como meio de reprodução humana é o cerne do dilema. Há um problema por sermos consideradas primordialmente seres reprodutivos, mais do que seres humanos plenos, nós mulheres somos vistas num contexto sexual de definição masculina, o que concorre para a epidemia de estupro, o assédio sexual, os casamento arranjados, as estruturas familiares hierárquicas, são imputados às mulheres.

Os estudos de gênero implicam, também, na mudança de alguns dos hábitos académicos. Como a rejeição do carácter fixo e permanente da oposição binária na história conferindo uma atenção especial às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar, buscando diversos meios de análise crítica das categorias utilizadas, sem esquecer o contexto onde a oposição binária opera, derrubando e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como evidente por si ou como sendo da natureza das coisas.

Para Scott (1990), gênero é uma categoria histórica, política e cultural que expressa relações de poder e possibilita a sua utilização em contextos com diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como classe e raça, levando em consideração a possibilidade de mudanças e continuidades. Nessa perspectiva, o gênero é composto por quatro elementos, que não necessariamente operam ao mesmo tempo, mas funcionam de maneira articulada.

- I. Os símbolos: Culturalmente disponíveis e de representações múltiplas, muitas vezes contraditórias. São simbologias criadas em figuras femininas e/ou masculinas que ditam exemplos e modelos do comportamento de gênero aceito. Ex: Maria, mulher virgem e inocente que engravidou sem manter relações sexuais;
- II. Conceitos normativos: Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, científicas, educativas políticas, jurídicas e deixam claras as interpretações que limitam o símbolo e suas contradições. São, em geral, difundidos por oposições binárias como: bom-mau; masculino-feminino; forte-fraco; inocente-pecador. Essas oposições são categorias no sentido de estabelecer definições sobre o masculino e o feminino.
- III. Instituições e organizações sociais: A família, mercado de trabalho, sistema político, sistema educacional, sistema de saúde são instituições sociais que divulgam e reafirmam os conceitos e organizam-se sobre esta base. São importantes instrumentos de coerção social.
- IV. Identidade subjetiva: Está vinculada ao indivíduo e à construção do sujeito, que define sua forma de agir e reagir ao que lhe é determinado como “destino” e sobre as possibilidades pouco se pode averiguar.

Esses componentes são articulados a compor as identidades, os papéis, valores, crenças e as relações de poder. A grande crítica à história estabelecida é que esses processos são descritos como se fossem produtos do consenso, sem interferências dos conflitos sociais. O conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade” (SCOTT, 1990, p.5). Scott questionou como o gênero funcionava nas relações sociais, como o gênero dá sentido à percepção do conhecimento histórico e chegou à conclusão de que as respostas dependem do gênero enquanto categoria de análise. Essa perspectiva questiona as posições sobre gênero



adotadas pela teoria do patriarcado, pela tradição marxista e pelos pós-estruturalistas, propondo um uso do gênero muito mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas conexões diversas, hierarquias e relações de poder.

Feministas negras, pobres e lésbicas assinalaram os limites das análises feministas que reproduzem o padrão dos pares binários, dessa vez em termos de sexo/gênero. Entre suas consequências, elas enunciam o "heterossexismo compulsório", para usarmos a expressão de Judith Butler (2002), bem como as dificuldades dos feminismos em articular as questões raciais e de classe às questões de gênero.

Butler (2002), por exemplo, destaca que o problema é mais delicado. As perspectivas anteriores tendem a conceber a existência de uma separação entre o poder da regulação, entendido como uma estrutura unificada e autônoma, e o próprio gênero, como se o primeiro agisse reprimindo e moldando os sujeitos sexuados, transformando-os em masculinos ou femininos. A crítica recai principalmente sobre a heteronormatividade, para ela, não haveria uma regulação anterior ou livre em relação ao gênero, pois, ao contrário, o sujeito envolvido só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações.

Sujeitado ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o “eu” nem precede, nem segue o processo dessa criação de um gênero”, mas apenas emerge no âmbito e como a matriz das relações de gênero propriamente ditas. [...] O gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas ele poderia ser muito bem o dispositivo pelo qual estes termos são desconstruídos e desnaturalizados. (BUTLER, 2002, p.7-26).

Butler alerta para questões importantes e que precisam ser repensadas na contemporaneidade, mas um problema das teses pós-modernas ou pós-feministas, como pode ser caracterizada pela autora, é a sua fragmentação da realidade. Sua abordagem relativista e subjetivista do gênero pode acabar dispersando as representações políticas, as conquistas formais no que tange os direitos de gênero.

Dessa sorte, transformações radicais no padrão dominante de relações de gênero requerem profunda compreensão da sociedade em sua inteireza. A introdução da perspectiva de gênero em todos os campos do conhecimento certamente propiciará a construção de uma consciência crítica, sobretudo, nas mulheres, mas também nos homens, capaz de conduzir a mudanças substanciais na direção de uma sociedade menos iníqua. (SAFFIOTI, 2002).

Ao longo do tempo, o conceito de gênero, que aparecia quase como um sinônimo de mulher, passou a se sofisticar e ampliar suas análises. Apesar dos estudos de gênero, hoje, estarem voltados principalmente para investigações sobre mulheres, já existe uma grande variedade de aplicações. Os movimentos gays começaram a inserir o termo em seus debates e

reinvidicações e, aos poucos, começaram a surgir diversas produções acadêmicas de gênero, deslocando a análise das mulheres e da heteronormatividade.

Aqui o conceito de gênero, entendido como construção social do masculino e do feminino, que orienta condutas esperadas ou não, demonstrações de reificação desse binarismo tido como “natural” ou comportamentos que fogem dessas imposições sociais. Uma categoria de análise das relações entre homens e mulheres passa a ser utilizado para se compreender as complexidades das relações sociais e a relação com atos violentos. O uso da categoria gênero introduz nos estudos sobre violência contra as mulheres uma nova terminologia para discutir tal fenômeno, denominada como “violência de gênero”.

### 3 HOMENS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Este capítulo tem como objetivo debater a violência doméstica contra a mulher e a construção das masculinidades, pretendendo fundamentar as discussões trazidas neste trabalho, a relação entre as masculinidades e a violência contra a mulher. A partir dos anos 2000, ao se demandar a inclusão dos homens na luta contra o ciclo de violência de gênero, observa-se a necessidade de mais pesquisas sobre a influência das masculinidades nessas violências, com destaque às do tipo doméstico. Assim, as páginas seguintes apresentam conceitos fundamentais nas discussões que se estenderão até o final deste trabalho.

#### 3.1 Violência contra a mulher na agenda feminista

A violência doméstica é mais conhecida através dos casos que ganham visibilidade na mídia, como os casos de abusos e maus-tratos contra crianças, mulheres e idosos. Tais atitudes são reflexo remanescente de uma cultura que entendeu os castigos, punições e humilhações como práticas educativas. A violência doméstica pode ser entendida segundo Narvaz e Koller (2006) como: “todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, com ou sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivam esporadicamente neste espaço.” A violência doméstica é o ato efetivado dentro do ambiente privado, dentro do domicílio da vítima. Já a violência familiar é toda ação que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica bem como a liberdade e direito protagonizado por um membro da família. A violência familiar pode ocorrer dentro ou fora do espaço doméstico e pode ser exercida por um membro da família mesmo que sem laços de consanguinidade.

A violência psicológica é uma expressão da violência que é destinada a produzir dano psicológico, sofrimento, sentimento de impotência, medo, frustração, humilhação como agressões verbais, xingamentos e ameaças. A violência moral é um tipo de violência psicológica que tem o objetivo de inferiorizar a mulher frente a outras pessoas, como, por exemplo, difamações, calúnias e injúrias. E, ainda em uma esfera mais subjetiva, podemos afirmar que as mulheres sofrem diariamente violência simbólica. Bourdieu menciona:

E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que faz, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (BOURDIEU, 2005, p. 45).

A complexidade do fenômeno impõe que o conhecimento a ser produzido seja necessariamente construído por profissionais de diferentes áreas, destacando-se, entre outros, os profissionais de saúde, os cientistas sociais e os antropólogos. Outro tipo de classificação é a violência conjugal, que pode ser física ou não. Ravazzola (1997) a define como a violência contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo afetivo e/ou sexual, independente da relação ser estável legalizada ou não. Esse tipo de violência pode ocorrer dentro de casa ou em locais externos e constitui-se de agressões físicas até as psicológicas. Guedes (2006) destaca:

Na relação conjugal pode ocorrer a violência e esse domínio corresponde a uma espécie de tutela construída e legitimada pela cultura patriarcal e machista. [...] Há assimetria de poder impondo submissão e silêncio das mulheres em situação de violência; Há a dominação e a possibilidade de desconstrução do modo idealizado hegemonicamente de casamento. (GUEDES, 2006, p. 75).

Os processos geradores das violências são diversos e resultam em diferentes manifestações do fenômeno. Aquelas violências resultantes das relações de gênero desiguais merecem um estudo diferenciado, pois obedecem a padrões diferentes de funcionamento e legitimação. Para entender esses processos é preciso entender as questões de gênero e poder que resultam em uma dinâmica de dominação.

É importante entender a Violência Contra a Mulher como um fenômeno em que violência e gênero apresentam uma estreita relação, sendo o ambiente doméstico o principal locus de violência. Ela é o ato efetivado dentro do ambiente privado, dentro do domicílio da vítima. As feministas, desde seus primeiros estudos sobre gênero e mulher na década de 1970, introduziram o conceito de patriarcado como um dos conceitos principais para compreender esse problema, entendido como “um conjunto de relações sociais que têm uma base material e no qual as relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado, é, pois, o sistema masculino de opressão às mulheres”. (SAFFIOTI, 1999, p. 16).

Dados recentes nos mostram que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica, segundo levantamento da “Sociedade Mundial de Vitimologia”, sediada na Holanda. Constatamos, também, que 41% dos homens que espancam suas esposas são violentos com os seus filhos; um terço dessas crianças tende a reproduzir a agressividade contra si e contra outros quando crescem. Portanto, este ciclo de sofrimento tem se repetido de forma constante em nossa sociedade.

Segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) compreendidos entre os anos de 2006 e 2010, o Brasil ocupa a sétima posição numa classificação que aponta os países com maiores taxas de homicídios de mulheres, feminicídios. Em 100 mil mulheres a taxa é de 4,4

homicídios. Entre os primeiros países nesta classificação estão El Salvador, Trindad E Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia, Belize e Brasil, sendo a maioria deles pertencentes a América Latina (conferir Tabela 1.). O país com maior taxa de feminicídios é El Salvador com uma taxa de 10,3 homicídios. Segundo um dossiê realizado pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos, num ranking de 54 países o Brasil é o campeão em violência doméstica. A cada 16 segundos uma mulher é agredida por seu companheiro e 70% das mulheres assassinadas foram vítimas de seus próprios maridos. Companheiros e ex-companheiros são os principais agressores e o ambiente de ocorrência das violências, desde violência psicológica à homicídio, é a residência da vítima.

**Tabela 1: Taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres).**

País	Ano	Taxa	Posição
El Salvador	2008	10,3	1°
Trindad e Tobago	2006	7,9	2°
Guatemala	2008	7,9	3°
Rússia	2009	7,1	4°
Colômbia	2007	6,2	5°
Belize	2008	4,6	6°
Brasil	2009	4,4	7°

Fonte: Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012).

Nesse sentido, vamos nos aproximando de um dos temas centrais desta dissertação: estabelecer a relação entre gênero e violência, conectando a discussão sobre masculinidades nesse contexto.

A violência contra as mulheres é uma forma de discriminação que produz efeitos devastadores na qualidade de vida das mulheres. Os problemas dela decorrentes afetam a saúde física, reprodutiva e mental de mulheres de diferentes grupos sociais, etários e étnicos no Brasil e em outras partes do mundo. O reconhecimento da violência contra as mulheres como problema relevante de saúde pública e violação dos direitos humanos é um marco diferencial em seu processo de enfrentamento (SANTOS, 2010), o que se deve, em grande parte, ao protagonismo do movimento feminista. De fato, ao longo dos últimos 30 anos, esse movimento tem exercido um papel de destaque no enfrentamento da violência contra as mulheres. Suas ações produziram visibilidade social ao problema, revelaram a existência de uma matriz cultural

que legitima a violência como forma de submissão das mulheres, reivindicaram a elaboração e implantação de políticas públicas e inspiraram a construção de serviços e tecnologias de atendimento às mulheres em situação de violência (DINIZ, 2006; SANTOS, 2010;).

O destaque conferido à temática da violência contra as mulheres na agenda feminista produziu efeitos positivos no seu enfrentamento social e também possibilitou a propagação de ideias feministas na sociedade brasileira a partir dos anos de 1980. Ao escolherem a violência contra as mulheres como uma das principais bandeiras de sua atuação, as feministas brasileiras puderam demonstrar como as desigualdades entre homens e mulheres assumem configurações perversas, assim como a correlação existente entre as formas de opressão vivenciadas na esfera pública e na vida privada. Essa escolha é reconhecida como acertada no depoimento de muitas feministas, evidenciada em duas publicações, que apresentam análises retrospectivas da trajetória desse movimento social (DINIZ, 2006; GROSSI, 1994).

Ao longo dos últimos anos houve avanços significativos referentes ao enfrentamento da violência contra as mulheres na sociedade brasileira. As mudanças ocorridas na legislação, a criação de serviços especializados de atendimento, o aumento na produção de pesquisas e dados estatísticos, as campanhas educativas, inclusive com lançamento de planos nacionais voltados ao combate da violência, são fatos que marcam significativas mudanças face ao enfrentamento deste problema.

Entretanto, a despeito das conquistas, permanecem importantes desafios a serem superados, tais como o cumprimento da legislação, a expansão da rede de serviços especializados, a garantia de acesso a estes serviços e, principalmente, dos direitos sociais das mulheres. Contudo, não resta dúvida que a construção dessas novas formas de enfrentar o problema transcorreu com a disseminação de um ‘novo’ discurso sobre a violência contra as mulheres, que representa o imaginário social desse movimento, a se contrapor aos discursos tradicionais sobre o tema na sociedade brasileira. A trajetória do movimento feminista brasileiro no enfrentamento da violência contra as mulheres, nos últimos 30 anos, conformou um discurso social que produz sentidos peculiares e constrói relações dialógicas com outros discursos existentes acerca do tema.

A trajetória da construção desse discurso do movimento feminista conduziu à compreensão atual da violência contra as mulheres, que é ampla e inclui a perspectiva de gênero, o que significa reconhecer a possibilidade de uma mulher, ou menina, sofrer algum tipo de violência, pelo fato de ser mulher. Ademais, há o reconhecimento de que os tipos de violência contra as mulheres são variados e ocorrem em espaços públicos e privados, onde se expressam desigualdades de gênero. Dentre os tipos de violência, destacam-se: o tráfico de mulheres, o

assédio sexual, o estupro, a violência física, sexual, psicológica ou patrimonial, causados por estranhos ou conhecidos (PIOVESAN; PIMENTEL, 2002).

Entretanto, é possível identificar ao longo da trajetória analisada um destaque para a expressão da violência contra as mulheres que ocorre nas relações de intimidade, o que se justifica por sua alta prevalência e banalização histórica na cultura nacional (GROSSI, 1994; DINIZ, 2006). Além da trajetória histórica retratada, um conjunto de elementos contribuiu para a emergência do feminismo brasileiro nesse contexto político. O texto demonstra que as feministas alavancaram um processo de desnaturalização da violência contra as mulheres e identificaram as manifestações no espaço doméstico e nas relações de intimidade como uma arena privilegiada para este debate frente a acontecimentos e situações vivenciados na sociedade brasileira. É diante desse contexto que o combate à violência contra as mulheres emerge como uma das principais bandeiras do movimento feminista e a violência nas relações de intimidade como a expressão que permite problematizar mais claramente a correlação de forças desiguais vividas por homens e mulheres, em espaços públicos e privados.

Na década de 1970, após inúmeras denúncias de assassinatos de mulheres por seus próprios maridos e companheiros, o movimento feminista mediante grupos organizados em diversas capitais do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo realizou caminhadas a fim de denunciar esse tipo de violência, tais movimentos de denúncia ficaram conhecidos pelo slogan *Quem ama não mata*. Uma das primeiras manifestações, em 1979, foi movida pelo julgamento do companheiro e autor do homicídio de Ângela Diniz, que justificou o ato afirmando ter sido em legítima defesa da honra.

Na década de 1970, o movimento feminista emerge como uma forma de resistência das mulheres brasileiras à ditadura, contemplando um projeto amplo de mudanças na sociedade brasileira, compartilhado com outros movimentos e organizações sociais. O feminismo, neste período, é definido por Sarti:

Como um movimento de mulheres que se configura em oposição à ditadura militar e que foi se desenvolvendo, nas décadas seguintes, dentro das possibilidades e limites que se explicitaram no processo de abertura política. (SARTI, 2004, p.35).

Um conjunto de elementos contribuiu para a emergência do feminismo brasileiro nesse contexto político. No âmbito local, as mudanças na realidade brasileira implicaram numa crescente participação das mulheres na vida econômica e política do país e na luta contra a conjuntura ditada pelo regime militar opressor. No cenário internacional a declaração de 1975 como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas e as experiências dos

movimentos feministas europeu e norte-americano promovem larga ampliação do debate sobre a condição da mulher nas sociedades contemporâneas (SARTI, 2004).

O Brasil da resistência à ditadura militar (1964-1985) foi marcado pelo surgimento e consolidação de diferentes movimentos sociais que se organizaram em torno de reivindicações políticas, clamando por democracia, denunciando a repressão e a tortura promovida pelo regime de exceção instalado no país a partir de abril de 1964. Esses movimentos visavam abertura política e a conquista de diversas demandas sociais.

Nesse período, as organizações feministas constituíram-se inicialmente a partir de uma pauta de reivindicações centrada na luta contra a pobreza e a carestia e das questões gerais que envolviam a luta contra o regime ditatorial. A articulação com outros movimentos sociais urbanos, além de setores mais progressistas da Igreja resultou, na inclusão das mulheres na luta política ainda com um rol de reivindicações que não era específico do movimento feminista (SARTI, 2004; COSTA, 2005). Em um momento posterior é que os temas da agenda feminista começam decisivamente a demarcar a militância desses grupos, ressaltando as demandas exclusivas das mulheres, tais como os direitos relativos à saúde reprodutiva, o combate à violência doméstica, entre outros.

O grande impulso para o desenvolvimento e expressão do movimento feminista deu-se de modo particular em razão da realidade brasileira daquele momento histórico, não deixando de absorver as influências provenientes do feminismo europeu e norte-americano. Algumas diferenças entre o feminismo brasileiro e as versões norte-americana e europeia podem ser identificadas.

Desse modo, uma particularidade do movimento feminista no Brasil, em comparação com a realidade em outros países, ressaltada por diferentes autoras feministas (SARTI, 2004; DINIZ, 2006; SANTOS, 2010) é a relação que se estabeleceu, nos últimos 30 anos, com o Estado brasileiro. A origem do próprio movimento, em um contexto político marcado por intensas reivindicações sociais, exerceu uma influência decisiva em sua forma de atuação, marcada por pressões sociais dirigidas ao Estado, com o intuito de garantir, na agenda governamental, a inclusão das demandas feministas na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para as iniquidades de gênero, no que tem alcançado um relativo êxito.

Uma segunda característica marcante do feminismo brasileiro emergente é a origem social de suas militantes, provenientes das camadas médias e intelectualizadas, que somente a posteriori, articuladas com as demandas femininas das organizações de bairros populares, passaram a constituir um movimento mais amplo e interclasses (SARTI, 2004).



Na década de 1980, o movimento feminista brasileiro assume status e reconhecimento de uma força política e social consolidada. O clima favorável e receptivo da sociedade brasileira naquele instante e a voz ativa das militantes conformam um contexto possível à difusão das ideias feministas. Nesse período, houve uma significativa penetração dos movimentos feministas nas associações profissionais, partidos políticos e sindicatos com a legitimação da mulher como um sujeito particular, proliferando grupos feministas no país, alguns assumindo a forma de organizações não governamentais (SARTI, 2004; COSTA, 2005).

A temática da violência contra as mulheres é, desde os anos de 1980, uma das principais bandeiras do feminismo brasileiro, que foi caracterizado, nesse período, por sua radicalidade e criatividade (DINIZ, 2006). A decisão em eleger a violência contra as mulheres como uma das prioridades da agenda feminista garantiu uma maior visibilidade ao movimento e à problemática social da violência. Em 1978, as feministas foram às ruas com o propósito de denunciar a impunidade de inúmeros casos de homicídios de mulheres praticados por seus maridos, companheiros, namorados ou amantes. Munidas do slogan *Quem ama não mata* organizaram inúmeros protestos e passeatas que difundiram nacionalmente as ideias do movimento feminista, alcançando a atenção dos meios de comunicação (BLAY, 2003; SANTOS, 2010). Dessa forma, as feministas repudiaram o argumento que utilizava "o amor" como motivação para o crime e mobilizaram-se publicamente contra decisões do judiciário em casos de assassinatos de mulheres cujos réus eram absolvidos, ou tinham suas penas minimizadas, sob o uso do argumento de legítima defesa da honra.

As manifestações de indignação e contestação das feministas frente aos casos de violência contra as mulheres levaram à criação do serviço SOS Mulher. Essa iniciativa, que ocorre no início dos anos 80, é bastante significativa e incluída entre as estratégias de ação direta realizadas pelo movimento feminista brasileiro no enfrentamento da violência. Os serviços SOS Mulher foram idealizados como espaços de acolhimento às mulheres vítimas de violência, onde elas teriam a possibilidade de socializar suas experiências, compartilhar sentimentos e, principalmente, não se enxergarem como solitárias e únicas naquela trajetória de sofrimento (SANTOS, 2010). Os atendimentos eram realizados pelas próprias feministas em caráter voluntário. Além deles, eram organizados grupos de reflexão e criados canais de comunicação com o intuito de promover debates que visavam envolver e influenciar a opinião pública a respeito da questão (DINIZ, 2006).

Um momento posterior foi marcado pela institucionalização das demandas feministas que se estenderam por todo o país, como parte da agenda de reivindicações do movimento de mulheres, organizadas ou não. Entre essas, deve-se destacar a criação, em 1986, da primeira

Delegacia Policial de Defesa da Mulher, que representou um ganho político importante, significando uma tomada de posição do Estado, que passa a responsabilizar-se também pelo controle dessa violência. Na verdade, esse momento marca uma mudança na essência da atuação do movimento feminista, que passa a pressionar o Estado na implementação de políticas e serviços, deixando de lado a tendência a organizar entidades (e serviços) para atender aos direitos de proteção social das mulheres. Vale destacar que a pressão resulta numa resposta relativamente satisfatória por parte do Estado. A ideia da criação de delegacia especializada para o atendimento às mulheres, por exemplo, não foi elaborada pelo movimento feminista, mas resultou da definição de prioridades estabelecidas pelo Estado diante das demandas apresentadas (SANTOS, 2010).

Essa era uma necessidade identificada pelo movimento, pois as mulheres que recorriam às delegacias sentiam-se intimidadas, ameaçadas ou eram vítimas da incompreensão, machismo e até mesmo de outras formas de violência. A partir da criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) o atendimento passou a ser realizado por mulheres, o que exigiu um treinamento específico e conscientização para que as profissionais dessas delegacias não reproduzissem os preconceitos da cultura machista e fossem capazes de prestar um atendimento que tivesse como pressuposto o reconhecimento que mulheres e meninas tinham o direito de não aceitar a violência cometida por maridos, companheiros, pais, padrastos, entre outros, e que o Estado tem a obrigação constitucional de garantir-lhes este direito (GROSSI, 1994).

Nos anos 90, muitos grupos organizados de mulheres formalizaram-se como organizações não governamentais (ONGs) e buscaram influenciar a formulação de políticas públicas em áreas específicas, mediante pressão junto ao Estado. O caminho pela institucionalização do movimento implicou em um direcionamento de suas ações para aquelas consideradas como prioritárias pelas agências financiadoras internacionais. Muitas militantes que estiveram inseridas em órgãos estatais nos anos 80 passaram a integrar algumas ONGs feministas, diante da opção de exercerem uma atuação mais independente. As ONGs constituíram-se parte do movimento feminista caracterizado por uma progressiva profissionalização e especialização tornando-se cada vez mais capaz de responder às crescentes demandas, inclusive na obtenção de informações especializadas que se tornaram necessárias à implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres (COSTA, 2005).

O tema do enfrentamento da violência se institucionalizava tanto na agenda dos movimentos quanto dos governos. A participação ativa de organizações feministas nas conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe maior visibilidade para as demandas do movimento global de mulheres, compromisso dos governos

em institucionalizar tais demandas e uma articulação entre os movimentos local e internacional (DINIZ, 2006).

O Brasil é signatário de convenções internacionais que reconhecem a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos, assumindo assim o compromisso perante a comunidade internacional de criar mecanismos capazes de coibir a discriminação e a violência de que as mulheres são vítimas. Dentre tais convenções destacam-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 1984 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada em 1995. Um marco importante no reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), que a definiu como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico à mulher, tanto na esfera pública, como privada”.

Um dos protagonismos do movimento feminista em relação à explicitação desse tema foi exatamente o de denunciar as violências vividas por mulheres no interior dos seus lares, desconstruindo o espaço doméstico como um lugar seguro e protetor. As diversas manifestações realizadas pelas feministas foram capazes de mobilizar a opinião pública e intervir no julgamento dos chamados "crimes passionais" em que assassinos confessos de mulheres eram absolvidos, ou tinham suas penas atenuadas, diante da alegação que haviam agido em nome da honra ou movidos por sentimentos "incontroláveis".

Estabeleceu-se então, a busca pela denúncia, visando também conduzir as mulheres em situações de violências a romperem o silêncio e buscar canais de denúncia e proteção. Em seguida, o discurso busca alcançar também outros membros da sociedade civil que são convidados a se engajarem no enfrentamento da violência e não tolerarem a convivência com tais situações. Um importante argumento do feminismo na luta pela eliminação da cultura que legitima o uso da violência contra as mulheres é o entendimento que esse é um problema de toda a sociedade e que, portanto, deve ser combatido coletivamente. Além disso, a invisibilidade das violências contra as mulheres nas estatísticas governamentais também se torna um argumento relevante ao estímulo do aumento das denúncias por parte das mulheres.

Há também, no discurso feminista, um tema cujo sentido aponta para o empoderamento, que está relacionado ao entendimento da violência contra as mulheres como resultante das desigualdades vivenciadas por homens e mulheres no espaço social e da posição de desvantagem ocupados por essas últimas. O empoderamento é pensado aqui como citado por

Costa (2000), um mecanismo pelo qual as pessoas, organizações e comunidades passam a ter o controle sobre os seus próprios assuntos, suas vidas e passam a perceber suas habilidades para gerir a si próprios. As feministas passam a defender o empoderamento das mulheres, a partir da busca pelas mudanças nas estruturas que subordinam as mulheres, valorizando a tomada de decisão coletiva e individual feminina.

É mediante a compreensão da violência como expressão das opressões resultantes das diferenças de gênero que o empoderamento das mulheres é entendido como um caminho necessário ao seu enfrentamento. Dessa forma, o empoderamento das mulheres em situação de violência não pode ser construído de forma alheia às outras formas de opressão vivenciadas pelas mesmas, tais como as condições de pobreza, as barreiras de acesso à educação, ao trabalho e à garantia do seu sustento e de seus filhos. Nesse sentido, o processo de empoderamento das mulheres não se realiza exclusivamente no âmbito das relações de violência, mas implica em um novo posicionamento das mulheres na sociedade. O entendimento da violência contra as mulheres como uma violação ao "direito de uma vida sem violência" é uma expressão presente no discurso feminista.

Outro fato foi a inserção das feministas nos espaços acadêmicos, que garantiu o acolhimento dos temas de relevância e interesse do movimento social e, em contrapartida, os resultados das pesquisas produzidas e a compreensão do fenômeno a partir do aprofundamento de correntes teóricas possibilitaram a retroalimentação da atuação militante a partir das análises das conjunturas existentes.

Sobre o cenário da produção acadêmica sobre violência contra as mulheres nas Ciências Sociais, Santos e Izumino (2005) apontam que o ciclo de estudos sobre a temática reflete a trajetória do movimento de mulheres no enfrentamento da violência. Os primeiros estudos sobre o tema tiveram como objeto as denúncias de violências contra as mulheres nos distritos policiais e as práticas feministas em organizações não governamentais. Depois, com criação das delegacias especiais, os mesmos passaram a caracterizar os tipos de crimes mais denunciados, o perfil das mulheres que sofriam esses crimes e de seus agressores. A dinâmica da violência nas relações afetivas e a inclusão também de participantes do sexo masculino nestes estudos só começam a acontecer mais recentemente e são de grande importância para a compreensão dos papéis desempenhados por mulheres e homens nesses contextos. A violência contra as mulheres que acontece nas relações afetivo-sexuais entre parceiros heterossexuais é a manifestação mais presente nas investigações científicas. (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Sobre as orientações teóricas sobre o tema, Santos e Izumino (2005) identificam basicamente duas perspectivas, apesar de apontarem algumas variações em suas aplicações. A

primeira, refere-se à compreensão da violência contra as mulheres como resultado de uma sociedade patriarcal que legitima aos homens o exercício de uma dominação sobre as mulheres. Nesta perspectiva, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres são estáticos, não havendo a possibilidade de mudanças, os dois permanecem em polos opostos de uma mesma relação, como agressor e vítima respectivamente. A segunda perspectiva incorpora a categoria de gênero que enfatiza a diferença entre o social e o biológico. De acordo com esta perspectiva, a compreensão da violência contra as mulheres no âmbito das relações afetivo-sexuais a partir das diferenças de gênero deve problematizar os papéis desempenhados por homens e mulheres como socialmente construídos e detentores de poder, mesmo que este circule de forma desigual na sociedade (SANTOS; IZUMINO, 2009).

O movimento feminista desenvolveu um papel importante no processo de elaboração da legislação específica aos casos de violência contra as mulheres no espaço doméstico e familiar no Brasil. A articulação com o movimento feminista internacional e ratificação do governo brasileiro das conferências internacionais da ONU, especificamente as que tratavam da violência contra as mulheres, tornaram-se instrumentos fundamentais para a atuação do movimento feminista brasileiro nos anos 2000.

A elaboração de uma legislação específica que tratasse dos casos de violência contra as mulheres já tinha sido fortemente recomendada ao governo brasileiro pelo Comitê da Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, reafirmando, assim, uma demanda dos movimentos feminista e de mulheres. Apesar de reconhecer avanços importantes no Brasil no enfrentamento da violência contra a mulher, a maior preocupação com a violência contra as mulheres no Brasil alertou para o descompasso entre os tratados internacionais ratificados pelo Brasil e a atuação os aparatos legais brasileiros que, não necessariamente os incorporava.

Uma lei, aprovada em 2006, ficou popularizada como Lei Maria da Penha em reconhecimento à luta pessoal e pública de Maria da Penha Maia Fernandes pela criminalização do seu agressor e contra a morosidade da justiça brasileira nesse caso (DINIZ, 2006). A conclusão do processo criminal ocorreu 20 anos depois apesar das pressões de Maria da Penha e de entidades feministas. O caso foi levado à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), em 1998, pela própria vítima, apoiada por organizações transnacionais ligadas aos movimentos dos direitos humanos e movimento feminista. O governo brasileiro foi repreendido por omissão e pressionado a elaborar uma legislação específica que tratasse do caso de violência contra a mulher perpetrada no âmbito das relações domésticas.

A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) tem seus parâmetros e princípios norteadores baseados na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará. Apesar da Lei Maria da Penha não abranger todas as situações de violência definidas naquela Convenção, ela tem como foco uma forma de violência que tem sido banalizada na sociedade brasileira.

A Lei Maria da Penha define uma política nacional voltada para a promoção da equidade de gênero e para a redução das diferentes formas de vulnerabilidade social das mulheres. Aponta o dever do Estado de promover políticas públicas articuladas e capazes de incidir sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Essa Lei contém dispositivos civis e penais e dá ênfase à proteção das mulheres, para além da punição ao agressor. A Lei também inova ao prever o direito da mulher em situação de violência à assistência da Defensoria Pública nas fases do inquérito policial e da ação judicial. E afasta o mecanismo de conciliação e todos os outros dispositivos da Lei 9.099/95. (BARSTED, 2011, p. 361).

A Lei 9.099 criada em 1995 cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais em todo o Estado, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência. O Juizado Especial tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Assim, foi em 2006, com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que se estabeleceram medidas punitivas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, representando um marco na sociedade brasileira das ações de enfrentamento da violência contra as mulheres. A lei dispõe, ainda, sobre a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. A lei também inova ao ampliar o conceito de violência, propor um tratamento multidisciplinar e estabelecer medidas protetivas, preventivas - além das criminais - para o seu enfrentamento. Cabe ressaltar que a Lei Maria da Penha não se restringe à criminalização dos agressores. Além disso, ela incorpora a visão ampla da violência defendida pelo movimento feminista, combinada com ações preventivas e protetivas, responsabilizando o Estado por sua garantia.

Apesar de todos os avanços no combate à violência doméstica contra a mulher, ainda podemos perceber a criminalização do discurso feminista. Enquanto o movimento feminista aponta para o reconhecimento da violência contra as mulheres como privação da liberdade, do direito a uma vida plena e segura e como um crime que merece o mesmo tratamento destinado aos demais praticados na sociedade, há uma parcela da população que a contrapõe e situa a violência contra as mulheres, praticadas por parceiros íntimos, como um problema exclusivo da dinâmica do casal, devendo permanecer no mundo privado, sem interferências do Estado ou merecendo as formas de tratamento iguais aos demais crimes. É nítida a necessidade de refletir, para além da punição a este crime, as influências simbólicas e culturais que levam os homens a

praticarem tais atos, as construções das masculinidades e o que isso implica na vida de homens e mulheres.

### 3.2 Discutindo masculinidades

Os estudos sobre masculinidades são relativamente novos, eles surgiram com mais força na década de 1990 por diferentes motivos. As agências financiadoras nacionais e internacionais tiveram um papel muito importante na construção desse debate. Elas buscavam expandir sua compreensão sobre os homens para obter sucesso no controle de natalidade nos países em desenvolvimento. Além disso, a IV Conferência Mundial sobre Mulheres, em Beijing (1995), destacou a necessidade de inserção dos homens no comprometimento de melhorar a vida das mulheres. Nesse contexto, foi importante também a colaboração do movimento feminista que, ao debater as configurações das relações de poder entre homens e mulheres, possibilitou o nascimento de outras questões sobre masculinidade.

Nos trabalhos denominados “*Men's Studies*”, que visam uma união dos homens contra o sexismo, Costa (2005) explica que esses estudos destacam a separação entre o poder social dos homens, adquirido há séculos, e suas experiências pessoais de ausência de poder como ponto inicial e padrão de elaboração das teorias sobre homens. Apesar da preocupação com o gênero não ser recente, as abordagens que incluem o conceito de masculinidade começaram a ser incorporadas há poucos anos.

Na construção deste trabalho, ao pesquisar o que havia sido produzido sobre gênero abordando o termo masculinidade, percebemos que não há uma tradição acadêmica, ao menos dentro das ciências sociais brasileira, acerca dessa questão. A maioria dos estudos sobre relações de gênero foca em problemáticas em torno do gênero feminino.

Piscitelli (1998) aponta críticas aos estudos da masculinidade que, para ela, podem trazer análises polarizadas, assim como alguns estudos sobre a feminilidade. A autora critica os “*men's studies*” que apresentam uma visão essencialista e parcial, mas destaca que, diferentemente desses estudos essencialistas, há inúmeros trabalhos produzidos após 1980 que apresentam uma grande relevância para os estudos sobre gênero e para as reflexões feministas, pois destacam a pertinência de perceber a pluralidade de vozes masculinas. Connell, uma autora pioneira nesses estudos, buscou elaborar um modelo analítico que destaca a natureza política das relações de gênero e foi capaz de expressar essa diversidade dentro dos seus trabalhos.

Nesse sentido, numa leitura de gênero, o importante é procurar explorar as complexidades tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para

o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social. (PISCITELLI, 1998, p. 150-151).

Ao inserir a categoria masculinidade nos estudos de violência contra a mulher, não pretendemos promover a execução de pesquisas exclusivas sobre ou com homens, no entanto, visamos tencionar as identidades masculinas, problematizando-as e articulando-as à reflexão das práticas violentas.

Ser homem na sociedade patriarcal significa deter uma série de poderes e vantagens, mas, por outro lado, implica no cumprimento de uma série de deveres e obrigações, como nos diz Pierre Bourdieu (2005, p. 158): “o dominante é também dominado, mas por sua dominação”. Em sua obra, Bourdieu (2005, p. 137) explica que “a dominação masculina está suficientemente assegurada de modo que não precisa de justificação”, já que está evidenciada nos discursos, na divisão sexual do trabalho, nos modelos educacionais, familiares, de forma geral, em nosso cotidiano. Dessa forma, garante que a dominação masculina não é elaborada meramente no mundo social, mas também no estado incorporado, ou no que Bourdieu chamou de *habitus*, servindo como uma ideia legitimada socialmente, a qual o indivíduo deve se aproximar ou afastar, a depender do seu lugar na dinâmica social.

No curso dessa ideia, Daniel Welzer-Lang (2001) lembra que o masculino é, ao mesmo tempo, obediência ao padrão e conquista de vantagens. Para o autor (2001, p. 462), os homens são ainda ordenados pelos mesmos movimentos em espaços monossexuados. A educação dos meninos nesses espaços elabora o masculino de uma maneira contraditória, insuflando nos pequenos homens a percepção de que, para ser um homem de verdade, devem censurar todas as expressões que os assemelhem às mulheres.

Compete dizer que, para uma grande parte das pessoas, ser homem é fundamentalmente: não ser ou parecer mulher e apresentar um corpo que possua órgãos genitais masculinos. A dificuldade localiza-se justamente na naturalidade de lançar às características físicas do corpo uma preocupação de identidade individual e social, já que ser homem não se restringe aos caracteres sexuais, mas a um conglomerado de propriedades morais de conduta, socialmente admitidas e continuamente reavaliados, agenciados, recordados.

É preciso fazer um diagnóstico de como é embutida a ideia de masculinidade nos meninos para entender as ações dos homens, as condutas, as resistências ou sanções que eles externam. Quando se trata desse tema Connell se apresenta como uma autora clássica. Em sua obra *Masculinities* (2005) ela trabalha a ideia de masculinidade interligada ao conceito de gênero, levando em consideração as contribuições dos estudos feministas. Gênero é uma ideia



tão ordinária que aparece como natural, mas abrange um empenho social, de regulação, para normatizar a conduta dos indivíduos.

Para Connell (1997) existe um certo consenso sobre como as masculinidades são elaboradas, visto que todas as culturas têm definições de comportamentos e sentimentos adequados aos homens, submetendo os garotos a um agir/sentir regulado e a um distanciamento do comportamento feminino. A maioria dos homens incorpora esse código social e assume atitudes e anseios masculinos, mediante a repressão de suas emoções. Mas, apesar de existir uma elaboração cultural de gênero, o conceito de masculinidade é, relativamente, novo.

Desse modo, Connell (1997) diz que as masculinidades surgem nas relações de gênero, logo, é preciso investigar a masculinidade no curso das relações mediadas pelo gênero. A autora destaca que a masculinidade diz respeito à posição nas relações de gênero, às práticas pelas quais homens e mulheres participam desses arranjos de gênero e às consequências destas práticas na vivência corporal, na personalidade e na cultura (CONNELL, 1997). Não há uma masculinidade fixa, toda apropriação da masculinidade é intrinsecamente complexa e conflitante, dependendo do seu lugar nas relações de gênero, das experiências relacionadas e as implicações dessas práticas. Logo, a masculinidade está relacionada as práticas decorrentes das posições dos homens na ordem das relações de gênero.

Certas críticas ao seu conceito de masculinidade hegemônica julgam que o termo seria dispensável, pois já existe um conceito de patriarcado que daria conta das masculinidades e que o conceito de hegemonia agregaria pouco. No entanto, Connell (1997) confere que na teoria do patriarcado esse conceito não apresenta um modelo analítico bem estruturado, uma vez que se mostra como uma trama de ideias sobre diversas preocupações, como a sujeição das mulheres, as normas culturais que a amparam, a divisão sexual do trabalho e os movimentos de rejeição. O conceito masculinidade hegemônica não é tão estável e busca refletir não só a reprodução cultural, mas as dinâmicas das lutas sociais intrincadas, já que a masculinidade que está em condição hegemônica, em um certo contexto, acaba sendo uma categoria concorrida.

A noção de masculinidade hegemônica não conclui que os indivíduos mais aparentes nessa posição constituam sujeitos que possuem o poder e, embora seja comumente aceito na sociedade, grande parte dos homens não desempenha, na prática, os padrões normativos. Apesar da maioria dos homens cobiçarem hegemonia, dado que eles se favorecem das implicações do sistema patriarcal, conseguindo vantagens, honra, prestígio, autoridade e posições sociais elevadas, o que eles exercem é uma masculinidade que é conivente. Isso quer dizer que a maioria dos homens apresenta uma cumplicidade com o plano hegemônico, uma masculinidade cúmplice (CONNELL, 1997). O resultado fundamental desse sistema é o controle social,

executado sobre os homens à medida em que eles se afastam do modelo hegemônico, provocando uma vigilância sobre si mesmo, sobre seus corpos, desejos, atitudes e linguagem.

A maneira como a masculinidade hegemônica na sociedade contemporânea busca sustentar o seu domínio está estritamente relacionada com o heterocentrismo, estabelecendo a heterossexualidade como a norma, impondo o modelo binário homem/mulher e a autoridade do homem sobre a mulher. Assim, a homofobia atua, também, na regulação e administração da identidade masculina e, ademais, está associada a outros receios, como o da igualdade de gênero. Almeida (1998) aponta que um dos atributos principais da masculinidade hegemônica, além do domínio sobre as mulheres, é a homofobia. Pelo fato de a masculinidade ser tênue, a forma de ofensa mais corriqueira sobre a homossexualidade ocorre através da linguagem, ao associar um homem ao feminino, artifício que é usado em diversas relações competitivas e conflituosas entre homens. Não obstante, Almeida (1995) verifica que, no cotidiano, as situações não são tão tensas, já que um homem pode até externar algumas condutas mediadas pelas emoções ou exercer certas atitudes ditas femininas. O que não se permite é possuí-las ou praticá-las tão-somente, o que o eliminaria do modelo construído de masculinidade.

Enquanto a masculinidade hegemônica é aquela que assegura a perpetuação das condições de dominação dos homens em relação às mulheres, a masculinidade subordinada refere-se à subordinação de uma série de homens, como, por exemplo, a supremacia dos homens heterossexuais e a sujeição dos homossexuais. Tais relações de poder incluem as agressões, a violência legal, a discriminação material e pessoal.

Outra conformação da masculinidade subordinada pode estar ligada à raça. Connell chama de masculinidade marginalizada, uma vez que a masculinidade está plantada em conjunturas sociais mais amplas, em que a classe e a raça delineiam relações específicas. Dessa forma, as masculinidades negras constituem papéis simbólicos para a concepção branca do gênero.

Guacira Louro (2000) diz que os homens e meninos são analisados incessantemente e vivem um regime de masculinização, são inculcados modelos de comportamentos: não deve chorar, nem se aproximar fisicamente de outros homens, não compartilhar segredos com os outros meninos e nem demonstrar ternura. Dessa forma, não se sabe as bases de fundação desta representação, mas o que importa é que ela produz consequências na concepção de sujeitos masculinos e femininos (LOURO, 2000, p. 53).

Nessa perspectiva, Connell (1997) comenta que as construções sociais complexas, assim como a masculinidade hegemônica, encontram-se corporificadas no decurso do desenvolvimento pessoal e os sujeitos experimentam isso de diferentes formas. Para Machado

(2000), a “honra” se apresenta como uma ideia estrutural na produção simbólica da ideia de gênero no Brasil. Para se tornar um homem de valor, é preciso ter o domínio sobre as mulheres e estar preparado para a probabilidade de possíveis conflitos com outros homens, por disputa dessa honra.

Segundo Welzer-Lang (2001), a violência pode ser percebida como meio de elaboração do gênero masculino. Como um rito de passagem, os meninos assimilam as normas e “aprendem a ser um homem”. Essa preparação se constrói também na dor. Pela força física, ofensas psicológicas e a agressividade que se deseja moldar ao homem. Os lugares caracterizados como de constituição dessas masculinidades, e notadamente de determinação do modelo de masculinidade hegemônica, são ainda onde se estabelecem a cumplicidade masculina, a difusão de valores e do sentimento de pertencimento.

Nolasco (1993) fala sobre a crise relacionada à masculinidade hegemônica, que afeta uma parcela dos homens contemporâneos. Eles devem ser sensíveis, mas, ao mesmo tempo, a sensibilidade ainda é vista como uma característica feminina e os homens acabam, muitas vezes, como os resultados demonstram, afastando-se do ideal de masculinidade hegemônico. Já Badinter (1993) trata dos estudos de gênero como um processo de desnaturalização da dimensão epistemológica mais radicada na cultura ocidental que consiste em desenvolver qualquer processo de pensamento sempre a partir de um modelo ou de uma referência masculina. Elisabeth Badinter propõe um novo modo de ler a questão da construção da identidade humana, partindo da afirmação de que o feminino é a matriz vital da humanidade, uma vez que se pode viver sem o cromossoma Y, mas não se sobrevive sem o cromossoma X. A autora vai construir a tese de que o feminino é a identidade de referência, sendo a identidade masculina uma construção que decorre de uma longa negação sistemática do feminino.

A categoria relacional da honra se refere a fundamentos que perduram por séculos na sociedade ocidental, onde normalmente homens dominam “suas” mulheres, disputando-as e as protegendo de outros homens. A honra masculina depende da manutenção de uma família tradicional heteronormativa e da realização de suas funções de pai e marido, de prover o lar, manter materialmente a família e de ter uma mulher respeitada. Por conseguinte, esse padrão de masculinidade hegemônico, ao inserir os preceitos do sistema patriarcal, supervaloriza, principalmente, a agressividade e a virilidade, que refletem em assuntos do domínio público e do privado, favorecendo a ocorrência de situações de violência contra mulheres.

O ponto de partida é, conforme Medrado; Lyra (2008), que não existe uma única masculinidade, visto que, apesar de existirem formas hegemônicas, baseadas no poder social dos homens, construído e solidificado sócio historicamente, existem, também, aquelas

assumidas de modo complexo por homens individuais. Concebemos, assim, que o poder imputado aos homens foi e vem sendo construído nas instituições, mas também ganha contornos e se particulariza nas formas como estes homens interiorizam e reforçam, ou não, este poder, a partir de seus modos próprios de subjetivação.

Há, então, sempre um padrão de masculinidade se impondo: um conjunto hegemônico de apreensões sobre os papéis sociais masculinos que correspondem principalmente ao homem branco e burguês como um modelo ideal. Por outro lado, as masculinidades marginalizadas, que não se seguem o padrão tradicional, são vistas como “não-masculinidade”. Dessa forma, é possível dizer que há um modelo hegemônico de masculinidade que exige diversos esforços dos homens para atingirem os padrões normativos conferidas pela cultura.

## 4 DESCRREVENDO O ESTUDO

Neste capítulo foi descrito o caminho metodológico traçado durante a pesquisa, explicitando os métodos e técnicas utilizadas, bem como os “imponderáveis” do trabalho de campo. Desde a construção da problemática ao contato com os interlocutores da pesquisa, buscando valorizar, além dos resultados, o processo de realização do trabalho empírico.

### 4.1 Aportes metodológicos e empíricos

Os homens estão diretamente envolvidos nas situações de violência contra a mulher, porém, muitas vezes, eles não passam de dados estatísticos nas pesquisas sociais de gênero. Pouco se investiga o processo de socialização dos homens dentro de uma sociedade notadamente sexista e patriarcal, de modo a investigar como o código de masculinidade por ela instituído legitima a violência contra a mulher e quais as falas que a justifica. Durante alguns anos, venho pesquisando violência doméstica contra mulheres dentro do campo da sociologia e revisando as inúmeras pesquisas feitas sobre esse problema, com isso, percebi claramente que há uma prioridade nos estudos que focam a mulher como vítima. Em trabalhos passados, minha análise recaía sobre a mulher dentro deste cenário de conflito, mas, ao longo dos anos, tenho notado que vem ocorrendo uma saturação do tema, muitos trabalhos apresentam resultados parecidos, com análises muito próximas, o que pode impossibilitar uma compreensão mais profunda da problemática e avanços nesse sentido.

Por outro lado, o estudo sobre homens e masculinidades é relativamente recente no Brasil, mas se mostra como uma área emergente importante, especialmente por apresentar um campo de pesquisa novo, com novas discussões e novos sujeitos envolvidos, principalmente em sua relação com as situações de violência. Desse modo, vamos apresentar aqui um estudo de caráter qualitativo que busca relacionar os eventos de violência doméstica contra as mulheres ao modo como são construídas as masculinidades.

No campo dos estudos sobre violência contra a mulher, ou mesmo no âmbito dos estudos de gênero, existem inúmeros trabalhos que buscam respostas sobre os fenômenos de vitimização feminina, porém, a partir da década de 1990, os estudos sobre o masculino começam a surgir dentro do debate de gênero. Trabalhos que abordam a violência doméstica sob a ótica dos homens são recentes e esse universo acadêmico ainda é pouco explorado. Dessa forma, é importante fomentar estudos dessa natureza, visto que tais resultados podem apontar novas descobertas e estratégias de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é investigar a relação entre masculinidade e violência contra a mulher a partir das falas de homens processados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em vista disso buscarei: analisar discursos masculinos sobre as questões de gênero e violência contra a mulher; identificar a visão dos entrevistados sobre os aparatos legais de administração dos conflitos, como a lei 11.340/2006 e a Delegacia da Mulher; observar as definições e justificativas apresentadas pelos homens sobre a violência contra a mulher; identificar se há influência das características descritas como masculinas/de homens nas situações de violência contra as mulheres;

O principal pressuposto é o de que a difusão de valores baseados na masculinidade hegemônica, pautados no ideal da força, virilidade e poder, gera situações de subjugação das mulheres pelos homens. Tais relações violentas são fortemente sustentadas pela ideia de força masculina e justificada pelo ideal de família tradicional, mulher submissa, mulher como posse e honra masculina.

Ouvir o que os homens pensam sobre violência e gênero possibilita traçar pontos de relações entre os homens, em seus mais variados contatos com essas questões. Analisar os discursos de homens agressores será importante para compreender as relações entre a construção do “ser homem” e as situações de violências. Traçar similaridades e diferenças entre esses discursos será uma tarefa importante para uma maior compreensão do problema investigado.

A investigação sobre a relação dos homens com a violência contra a mulher pode possibilitar a elaboração de novas estratégias de administração desses conflitos, já que o aparato legal parece não dar conta do número crescente de casos dessa natureza. Pensar em novas abordagens e tratamento deste tipo de violência, focando também nas políticas para homens e descentralizando o caráter, prioritariamente, penal e repensando o âmbito preventivo.

Em Salvador, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada é de 2.883.682 habitantes, sendo que 52,4% da população da Região Metropolitana de Salvador é composta por mulheres. Salvador, capital do estado da Bahia, é a cidade mais populosa do estado e a terceira do Brasil e seus índices de violência e criminalidade estão entre os maiores do país. Os números de crimes registrados na DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Salvador são alarmantes. A DEAM registrou, no ano de 2008, 7.520 ocorrências e os números são crescentes a cada ano. Entre 2004 e 2011, na DEAM, localizada no bairro de Brotas, encontrou-se 67.131 registros, uma média de 8.391 ocorrências por ano. Mas, apesar dessas delegacias especializadas se tornarem uma das expressões mais visíveis da politização da justiça na garantia dos direitos das mulheres, toda a

rede de proteção à violência doméstica contra a mulher representa uma forma de pressionar o sistema de justiça na discussão e criminalização de assuntos que eram tidos como, meramente, privados.

A despeito dos conflitos domésticos no Brasil serem judicializados, permanece a dificuldade das estruturas legais em acolher questões morais, posto que, de forma geral, o modelo de aparelho judicial é incapaz de elaborar simbolicamente os conflitos, podendo até os agravar. Assim, a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que estava prevista no artigo 14 da Lei 11.340/2006 e representa uma tentativa de mudança desta situação.

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgão da Justiça ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006).

Na etapa inicial da pesquisa, foram entrevistados 15 homens, independentemente de terem praticado algum tipo de violência doméstica ou não. A técnica empregada foi a Bola de Neve, ou, ainda “cadeia de informantes” (PENROD et al., 2003; GOODMAN, 1961 apud ALBUQUERQUE, 2009), que possibilitará realizar uma pesquisa exploratória apontando para um quadro mais geral da percepção masculina sobre a violência contra a mulher e auxiliando na adequação do roteiro de entrevista. As entrevistas realizadas na fase exploratória serviram apenas como base para a reelaboração do material de pesquisa e adaptação da pesquisadora ao campo de estudo, não sendo utilizado como fonte de análise precisa ou influenciando nos resultados do trabalho.

De acordo com Gaskell (2002), a entrevista semiestruturada e aberta é bastante utilizada como metodologia de coleta de dados nas ciências sociais empíricas. Albuquerque (2009) esclarece que a forma mais confiável na aplicação de uma pesquisa em cadeias de referência é aquela que consegue coletar o máximo de informações sobre todos os membros da rede ou uma amostra aleatória dos participantes. No entanto, como esclarece a autora, muitas vezes isso não é viável ao pesquisador e, nesses casos, a técnica *snow ball* (Bola de Neve) pode ser recomendada, justamente por utilizar a abordagem em cadeias.

A partir da reelaboração do roteiro de entrevista, foram entrevistados 15 homens denunciados por violência doméstica contra a mulher. Os intimados para audiências foram questionados sobre assuntos mais gerais relativos a gênero, masculinidade e violência, bem como sobre situações particulares de violência doméstica. Na metodologia qualitativa, existe o interesse de apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se

transformem em dados relevantes (DEMO, 2009). O “ponto de saturação” dessa técnica é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa. Utilizou-se gravador de voz em entrevistas individuais que seguiram um roteiro (disponível no apêndice), que foram transcritas e analisadas junto às bases teóricas utilizadas.

A pesquisa foi realizada na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Salvador, onde, além de serem realizadas audiências, os envolvidos nos casos de violência podem buscar ajuda psicossocial e jurídica. Foram realizadas, também, observações sistemáticas na instituição, mediadas por conversas informais com funcionários e usuários do sistema judicial. As observações, conversas informais e audiências foram registradas no diário de campo.

Os dados obtidos em entrevistas cumprem um papel essencial de fornecer informações e dados fundamentais para a compreensão das relações sociais vividas. Flick (2004) assinala que uma meta das entrevistas semiestruturadas, em geral, é revelar o conhecimento existente de modo a poder expressá-lo na forma de resposta, tornando-se, assim, acessível a interpretação. Assinala, ainda, que as entrevistas semiestruturadas são importantes porque podem ser adotadas como base na metodologia de cunho qualitativo, principalmente quando as questões são abertas, de modo que possa vir a ser um guia para a condução das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, Gaskell (2002) afirma:

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. (GASKELL, 2002, p. 65).

Cada método e técnica de pesquisa fornece uma perspectiva diferente do mundo social, e alguns aspectos do mundo social só podem ser atingidos com um método. O ponto de partida necessário, inelutável, de qualquer pesquisa científica estruturada sobre a perspectiva epistemológica é a eleição e tomada de consciência do problema (MORENO; MARTINEZ, 2008).

Nesta pesquisa busco analisar os discursos de homens, porém, não tenho por objetivo propor uma reflexão generalizável para as relações de gênero no Brasil ou até mesmo para a representação do masculino. Na verdade, trago aqui falas muito bem localizadas. Os sujeitos da pesquisa são membros de um segmento social específico, que fazem parte de uma geração específica e que me permitiram mergulhar em suas visões de mundo a fim de compreender as conexões entre seus discursos e as situações de violência doméstica vivenciadas pelas mulheres.



Tento refletir sobre suas concepções das relações de gênero e violência por meio do que foi dito e do não dito.

Na análise do discurso, utilizada neste trabalho, destaca-se que a pesquisadora, em um dado campo de análise, é também produtora dos significados que alteram o lugar em que se situa e sua postura de interlocutora em uma determinada situação de pesquisa. Assim, na análise do discurso, o que se busca é a possibilidade de reunir, de tornar visível maneiras de compreender o mundo social que não são percebidas facilmente.

Para a análise das entrevistas, foi utilizado o método de análise dialógica do discurso de acordo com Spink (1999), que busca descobrir a polissemia do discurso. Para a pensadora, o discurso deve ser visto como um poderoso meio guiado pela ação e não um meio de conhecimento aparente, assim, o discurso não é percebido facilmente e, por isso, precisamos de um método de análise que permita acessar o modo de construção dialógica das falas a serem estudadas. Dessa forma, foi realizada uma leitura do material transcrito buscando examinar como ele pode guiar a construção das ações. A partir da leitura e análise do material, foram selecionadas categorias de análises que poderiam estar relacionadas aos fatos práticos estudados, as violências. O arranjo de construção das categorias de análise não obedeceram, necessariamente, a ordem que os conteúdos aparecem no discurso, a análise foi pensada de forma a tornar mais visível as associações entre ideias e ações.

Para a Análise do Discurso, a linguagem não é o retrato de algo que lhe é externo. Toda produção de linguagem constitui-se como resultado do encontro entre sujeitos de fala, conforme práticas situadas historicamente, de modo a haver uma conexão entre o que se pensa/fala e o que se faz. Pensar em discursos não é reduzir a linguagem a um mero conteúdo explícito, mas pensá-los como instrumento de poder, conectado a uma determinada produção de realidade.

Ao idealizar o campo e os sujeitos da pesquisa, a maior preocupação residia no fato de não conseguir realizar as entrevistas, acreditando que os homens envolvidos nos casos de violência doméstica não teriam interesse em conversar abertamente sobre assuntos tão delicados. No entanto, o meu maior problema na realização desta pesquisa foi conseguir penetrar nas instituições que tratam desse tipo de violência. A minha intenção inicial era realizar a pesquisa de campo na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) em Brotas-Salvador, onde eu poderia encontrar facilmente os homens envolvidos nos casos de violência doméstica, porém, ao tentar estabelecer contato por quase quatro meses não obtive sucesso. Por diversas vezes fiz visitas à DEAM, apresentei ofícios, dialoguei sobre a pesquisa e conversei com a delegada titular, mas a instituição não se mostrou aberta, nem disposta a permitir a execução desta pesquisa em suas dependências. A segunda conversa com a delegada titular não

ocorreu, uma funcionária informou que a Bela (como chamam a delegada) não se encontrava no local, permaneci por horas aguardando do lado de fora da instituição enquanto fazia minhas anotações. Passadas horas, vi a “Bela” descer as escadas e deixar o local, o que sugere que a funcionária não falou a verdade.

Por meses aguardando uma resposta definitiva sobre a possibilidade de realização da pesquisa na DEAM, consegui a aprovação para iniciar minhas visitas à delegacia. Ao realizar a minha primeira visita de campo permitida, recebi uma outra notícia que poderia desarticular todo o meu trabalho – a delegada titular estava em fase de mudança para outra instituição e eu precisaria recomeçar todo o processo de autorização com a nova delegada. Todo esse procedimento poderia durar meses e eu, enquanto pesquisadora, senti-me impotente frente a toda burocracia ou falta de reconhecimento do meu trabalho.

Essa fase do trabalho chama a atenção para um aspecto da pesquisa de campo, o qual muitos pesquisadores não descrevem em seus trabalhos escritos, os imponderáveis da pesquisa de campo, como registrou Malinowski (1978). O trabalho de pesquisadora está exposto a diversas situações práticas que muitas vezes não dependem, simplesmente, dos nossos esforços. Seja na tentativa de imersão no campo de pesquisa, seja no contato com os sujeitos a serem estudados, uma série de dificuldades pode permear o trabalho do cientista social, dificuldades essas que, na maioria das vezes, não estão descritas em livros ou manuais acadêmicos. Não raro, ouvi histórias de diversos desafios enfrentados por sociólogos e antropólogos em suas pesquisas de campo, tais como mentiras, furtos, ameaças, extorsões, assédios e adoecimentos. No processo de tornar-nos pesquisadores lidamos com essas situações de forma intuitiva e experimental sem perceber, muitas vezes, que essas circunstâncias impactam e constroem novos escopos para o trabalho em curso.

Diante disso, decidi refletir e “ouvir” o que o campo estava “dizendo”, aquela instituição não era o meu campo de pesquisa. Abdiqueei da DEAM e busquei contato com outro órgão. Na busca pela aproximação com os órgãos da rede de proteção à mulher, a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher me recebeu com entusiasmo. No primeiro contato por e-mail, marcaram uma visita para eu explicar a minha pesquisa, conversei com inúmeros funcionários, com a juíza titular e todos pareciam atribuir alguma importância a esta pesquisa. Fui liberada para entrar nas dependências da Vara e realizar minhas observações e entrevistas. Assim, iniciei minha jornada nos corredores e salas desta instituição, durante os meses de agosto e setembro de 2015, fiquei cerca de um mês e meio visitando a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, fazendo observações, conversando com funcionários e pessoas

envolvidas nos processos, além de entrevistar homens processados com base na Lei Maria da Penha. Durante esse período, fiz visitas ao campo diariamente.

Durante os primeiros dias, o meu ingresso no local era mediado por uma funcionária, que me fornecia dicas, facilitava acessos e tirava minhas dúvidas quanto ao funcionamento da instituição. Era ela, conhecida pelo apelido de Ada, que respondia os meus e-mails e me apresentava os espaços, ela foi a facilitadora em meu processo de inserção da Vara, mas isso durou poucos dias. Uma semana depois, a minha entrada passou a ser permitida pela moça da recepção, que já reconhecia a minha presença, porém, eu precisava indicar que estava ali para realizar uma pesquisa. Na primeira semana, por conhecer pouco os espaços, minha presença era mais frequente na sala de recepção do térreo, uma sala com bancos, um painel que indicava senhas e um policial que vigiava a entrada. Ali fica a recepção, local em que todos são obrigados a passar e dizer o motivo da presença, local também onde as pessoas tiram dúvidas sobre processos, consultam horários de audiências e assinam documentos requeridos. A primeira entrevista que realizei foi nesta sala de espera. Enquanto o homem aguardava ser chamado, eu comecei uma conversa sobre as audiências e ele reclamou da demora. Comecei a falar da pesquisa e ele disse que tinha interesse em participar, pois “os homens nunca são ouvidos”.

Confesso que manifestei estranheza ao realizar a entrevista sendo observada por um policial, então, no dia seguinte, ao chegar no local, subi as escadas e sentei na sala de espera do primeiro andar. Uma sala ampla com cadeiras acolchoadas, rodeada de salas: defensor, ministério público, setor psicossocial, sala da juíza e sala das audiências. Nas paredes, alguns quadros com figuras femininas, deusas da mitologia grega, fotos de Maria da Penha e cartazes de campanhas contra a violência doméstica. Foi neste local que eu realizei quase todas as entrevistas com os homens que compareciam às audiências ou buscavam o defensor público.

O receio de não conseguir entrevistar os sujeitos ou de não conseguir bons depoimentos foi presente no início da pesquisa. Mas diferentemente do esperado, o contato com os homens ali presentes não foi difícil e o meu convite para que fizessem parte da pesquisa foi bem aceito. Além de aceitarem realizar uma conversa gravada, os homens se mostraram interessados pela pesquisa e dispostos a apresentarem o seu “lado” da história. Durante a realização das entrevistas, foi notável as percepções dos interlocutores sobre a própria realização da pesquisa, algumas falas pertinentes sobre a pesquisa, como: “É bom ver gente interessada, gente querendo mudar as coisa.” ; “Eu dei minha opinião, falei o que eu acho. Falta uma pessoa aqui pra fazer isso, pra escutar o lado de cá também. Aqui não tem isso.”; “Eu acho que tem que ter mais pesquisa assim, ninguém quer ouvir o lado do homem. Nem todo homem aqui é culpado, é esse monstro que o povo diz, não.”; “Eu queria agradecer pela atenção. Nós nunca temos a chance

de falar por aqui.”; “Gostei de conversar aqui... aqui [1ªVara] o homem tem menos chance que a mulher.”; “ Isso aqui é uma terapia também...” explicitaram a possibilidade de investigações sobre o tema, a partir de sujeitos pouco escutados em determinados contextos teóricos e empíricos. A pesquisa suscitou, nos entrevistados, reflexões sobre suas próprias práticas e destacou o anseio deles por expressar seus modos de ver e interpretar o mundo, de repensar temas que alguns nunca ousaram elucubrar.

#### 4.2 Os sujeitos da pesquisa

O critério de seleção dos homens que foram entrevistados nesta pesquisa foi estar respondendo um processo penal pela Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Alguns deles estavam na Vara para participar de audiências e outros para buscar o serviço do defensor público. Durante minhas observações, pude perceber uma predominância de homens adultos, aparentando entre 40 e 45 anos de idade, e casados (utilizavam aliança na mão esquerda), alguns acompanhados de familiares (filhos e esposas), mas a maior parte deles se encontrava sozinho nas salas de espera. Os nomes utilizados para fazer referência aos homens que concederam as entrevistas são fictícios, criados a fim de garantir a confidencialidade do trabalho.

No início das entrevistas, solicitei algumas informações básicas a fim de apresentar um perfil socioeconômico dos interlocutores, alguns dados sobre a idade, escolaridade, profissão, renda mensal, bairro de residência, religião e cor da pele serão apresentados de forma dissociada com o propósito de preservar o anonimato dos envolvidos na pesquisa. Os sujeitos tinham entre 29 e 49 anos de idade, confirmando minha observação sobre os homens que frequentavam a instituição. A tabela abaixo apresenta a idade de todos os homens entrevistados.

Tabela 2: Idade dos entrevistados

29	30	31	32	39	39	41	42	42	44	45	47	47	48	49
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Fonte: Elaboração própria (2016)

Dos 15 entrevistados, 9 se consideram católicos, 4 evangélicos, 1 deísta e 1 sem religião. Quanto ao estado civil dos sujeitos entrevistados, 8 disseram estar casados ou em um relacionamento estável, 4 estavam divorciados e 3 solteiros. Na ilustração abaixo, podemos visualizar esses dados.

Figura 1: Estado civil dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria (2016).

Alguns dos que se definiram casados disseram estar convivendo com as denunciadas e outros afirmaram terem iniciado um relacionamento com outra mulher. A maior parte das situações correspondia a violência conjugal, as denunciadas eram esposas, ex-esposas e ex-namoradas, sendo que apenas dois entrevistados respondiam por agressão contra outras familiares, um por ter agredido a mãe e a irmã e outro foi denunciado pela cunhada. De acordo com o Mapa da Violência, Waiselfisz (2012) o principal perpetrador de agressões contra mulheres jovens e adultas é o cônjuge, seguido do ex-cônjuge, sendo a violência física e a violência psicológica os principais tipos de agressões sofridas.

Os entrevistados eram, em sua maioria, negros, fato que eu havia notado durante minhas observações em campo, um grande número de pessoas negras (homens e mulheres) se fazia presente na Vara todos os dias. Usando como critério a autodefinição, 9 deles consideram a cor da pele parda, 3 definem-se pretos e 3 brancos, totalizando 12 negros e 3 brancos.

Cor da pele	Entrevistados
Pretos	3
Pardos	9
Branco	3
Amarelos	0
Indígenas	0

Total

15

---

 Fonte: Elaboração própria (2016)

A ocupação dos entrevistados é majoritariamente composta por profissões não-especializadas e de baixa remuneração, 2 deles recebem até 1 salário mínimo, 6 recebem até 2 salários mínimos, 4 estão na faixa de renda entre 2 a 4 salários mínimos e 3 têm renda de 4 a 10 salários mínimos por mês, configurando o quadro abaixo.

Tabela 3: Ocupação dos entrevistados.

Profissão	Renda mensal
Agente de Segurança	Até 2 salários mínimos
Autônomo	Até 2 salários mínimos
Auxiliar de depósito	Até 2 salários mínimos
Cobrador	Até 2 salários mínimos
Comerciante	De 2 a 4 salários mínimos
Empresário	De 4 a 10 salários mínimos
Empresário	De 2 a 4 salários mínimos
Garçom	Até 1 salário mínimo
Gerente de vendas	De 2 a 4 salários mínimos
Policia Militar	De 4 a 10 salários mínimos
Porteiro	Até 2 salários mínimos

Vendedor	Até 1 salário mínimo
Vigilante	Até 2 salários mínimos
Vendedor	De 2 a 4 salários mínimos
Bancário	De 4 a 10 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria (2016).

A residência dos interlocutores se concentrou em bairros populares e de classe média baixa, contendo algumas exceções. A lista apresentada a seguir exhibe os bairros dos sujeitos entrevistados.

Tabela 4: Bairro de residência dos entrevistados.

Barra	Engenho Velho de Brotas
Barra	Itapuã
Boca do Rio	Liberdade
Brotas	Lobato
Brotas	Pernambués
Castelo Branco	Plataforma
Cosme de Farias	Ribeira
Engenho Velho da Federação	

Fonte: Elaboração própria (2016).

O grau de escolaridade informado pelos entrevistados conforma um quadro de baixa escolaridade com apenas 5 deles tendo completado o ensino médio e 4 com ensino superior incompleto.

Tabela 5: Escolaridade dos entrevistados.

Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
4	1	1	5	4	0

Fonte: Elaboração própria (2016).

O perfil socioeconômico dos entrevistados corresponde ao perfil dos usuários do sistema justiça nos casos de violência doméstica contra a mulher. Os homens denunciados nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Brasil pertencem às classes sociais menos favorecidas, têm baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional, encontram-se exercendo atividades remuneradas e são casados (IZUMINO, 2003). Essa característica não deve ser interpretada de forma estereotipada, relegando a ocorrência de violências domésticas à pobreza. Alguns fatores estão relacionados a essa particularidade, o fato histórico da vigilância sobre os indivíduos das classes populares que permanecem sob vigilância e controle das instituições policiais e judiciais, podendo pequenos atos de infração sofrerem distorções do ponto de vista criminal.

Outro fator é a forma com que os indivíduos de cada classe resolvem seus conflitos, de forma privada ou pública. Segundo Izumino (2003), nos casos de violência doméstica contra a mulher, os sujeitos das classes mais abastadas se relacionam de maneira “privada” com os agentes e serviços, preservando dessa forma os conflitos da esfera doméstica longe do domínio policial-judicial. Assim, há uma maioria de homens e mulheres das classes menos favorecidas que fazem parte das estatísticas da violência doméstica contra a mulher no Brasil. Esse fato não está diretamente relacionado com a pobreza e, sim, com a maior publicização dessas situações por algumas camadas da população.



## 5 ARTICULANDO DISCURSOS

Durante a análise das entrevistas, destaquei alguns pontos que apareceram com uma certa constância nos discursos dos sujeitos entrevistados e são relevantes para a compreensão do fenômeno estudado. Neste capítulo foi elaborada uma análise a partir das falas dos homens entrevistados a fim de buscar significados que possam ajudar a compreender a relação entre o mundo do discurso e as práticas sociais. Dessa forma, serão apresentadas e analisadas a seguir as categorias: a) Manutenção da família “tradicional” e heteronormatividade; b) Visões sobre a mulher; c) Significados do ser homem e macho; e) Concepções sobre Violência Doméstica Contra a Mulher.

### 5.1 Manutenção da família “tradicional” e heteronormatividade

Na presente pesquisa, busquei identificar as práticas discursivas dos sujeitos investigados. Desse modo, não realizei uma observação participante das práticas cotidianas dos entrevistados, mas analisei como os homens estruturam as narrativas que dão sentido às suas práticas, conforme explicitiei anteriormente. No decorrer das entrevistas, formulei algumas perguntas relativas à forma como os homens enxergam a família e as relações familiares. Visto que os casos de violência contra as mulheres abordado nesta pesquisa configuram violência doméstica e familiar, torna-se importante analisar como os sujeitos elaboram seus discursos sobre a família e sobre o seu papel enquanto constituinte dessa trama.

Ao falar em masculinidade como o modo que o gênero masculino conforma suas práticas, não quero dizer que exista uma única masculinidade, um modelo fixo e compartilhado de forma universal do ser masculino. Existem diversos arranjos sociais para as diferentes ordens de gêneros e, neste caso, não é diferente. Diversos autores chamam a atenção para as novas configurações da masculinidade e sua multiplicidade de modelos. Os estudos de gênero passaram a criticar os modelos tradicionais de masculinidade que consideravam como características do ser homem aspectos como a virilidade, poder, força, coragem, ser heterossexual, ser pai e ser dominador. Com os estudos recentes sobre homens e masculinidades, uma gama de possibilidades sobre as configurações da masculinidade na modernidade, começou a ser observada. Homens que não compartilham de ideais tradicionais de masculinidade ou aqueles que reconfiguram os arranjos sobre o seu papel na sociedade, passaram a ser estudados.

Porém, não devemos esquecer que modelos tradicionais de masculinidade estão presentes, juntamente com outras configurações do gênero, nos discursos e práticas sociais contemporâneas. Desse modo, no decorrer das entrevistas, foi possível notar que muitas características da masculinidade hegemônica, carregadas do ideal do homem tradicional (pai de família, marido e provedor do lar) se fizeram presentes no discurso dos interlocutores. A valorização da família se mostrou como parte do modelo discursivo do ser homem, um encargo social que legitima o homem como provedor e chefe de um grupo.

Segundo a teoria de Connell, a masculinidade hegemônica se ampara em algumas condutas e normas socialmente estabelecidas. A preservação de uma família tradicional (homem-mulher-filhos) sustentada na heteronormatividade é uma dessas regras. Todos os homens entrevistados pareciam fazer parte deste modelo de homem dominador, protetor e provedor do lar, ou, pelo menos, tentavam se aproximar desse modelo.

Eu estava sentada na sala de espera fazendo algumas anotações, quando Claudiano saiu da sala de audiência. Um homem alto, 42 anos, saiu desacompanhado e com a cabeça baixa. Foi quando eu levantei e, um pouco nervosa, o cumprimentei e falei sobre a pesquisa. Eu imaginei que ele não fosse querer falar comigo, visto que a audiência terminou em clima de tensão. Uma mulher desceu as escadas acompanhada de outras três pessoas e ele que, notadamente, evitava qualquer contato com ela, sorriu e disse que teria prazer em falar comigo. Sentamos nas cadeiras acolchoadas que ficavam na sala de espera, porém, em uma parte mais reservada do local. Claudiano estava tímido ou indisposto, falava com a cabeça baixa, mas não parava de pressionar uma caneta nas mãos, talvez por estar nervoso.

Ainda no começo da entrevista o perguntei sobre os motivos que levam os homens a agirem de forma agressiva com as mulheres e ele disse, em tom choroso:

Eu acho que os motivos... tem vários... pode ser ciúme, pode ser uma família que não está mais equilibrada... Mas tem uma coisa, me desculpe se eu tiver falando besteira, que é quando uma mulher não se dá o valor. Tem gente que acha que é fácil acordar todo dia seis horas da manhã e ir trabalhar para sustentar a família. Eu volto cansado, morto. Eu faço de tudo pra ela e meu bebê ter tudo do melhor. Mas às vezes a mulher não reconhece. Eu não quero entrar em detalhes... Mas ela tava me maltratando, nem falava direito comigo, ela não tava mais lavando minhas roupas, nem fazendo minha marmitta... E eu dando duro pra sustentar ela. Isso tudo desgasta o casamento. Desculpa, eu falei muito? (Claudiano)<sup>1</sup>.

Eu percebi as lágrimas nos olhos de Claudiano, mas ele tentou esconder. Claudiano é o típico homem casado que trabalha fora para manter materialmente o lar, enquanto a esposa cuida dos afazeres domésticos e do filho. Sua ex-companheira o denunciou por lesão corporal, mas ele nega ter praticado qualquer ato de violência.

---

<sup>1</sup> Todos os nomes dos entrevistados foram modificados para a garantia do anonimato.

Para Aragão (1983), o homem no casamento enxerga a mulher como esposa e mãe. Caso a mulher fuja desse modelo esperado por ele, de garantia da honra através da família, com a posse da sua esposa-mãe sagrada e adorada, essa relação pode ruir, desencadeando eventos de violência dos homens sobre as mulheres. No decorrer da entrevista, Claudiano continuou a chorar e a ressaltar o valor da família:

Não adianta viver numa família que dá mais certo. Mas eu fico pensando no meu bebê, não dá certo uma criança crescer sem um pai e uma mãe junto. A família é uma unidade... É, eu não sei mais se tenho uma família... (Claudiano).

E se desculpou por chorar e disse estar passando por um “inferno”. Dei o tempo que foi preciso para ele voltar a falar comigo. Essa valorização da família tradicional, homem provedor e mulher que cuida da casa se mostrou presente em todos as falas dos sujeitos entrevistados, mesmo quando eles pareciam mais compreensíveis com as mudanças nas relações de gênero.

Um dos principais eixos estruturadores de como esses indivíduos pensam sua identidade enquanto homem é a responsabilidade com a família. Ou seja, poder exercer a função que lhes foi atribuída nesse arranjo e protegê-la. É poder sustentar a sua família, é ser o chefe de uma família patriarcal. A maior parte dos entrevistados disse ter vivido um relacionamento estável ou casamento ao menos duas ou três vezes, demonstrando a importância que atribuem ao papel de marido e pai, sempre recorrente em suas falas. Jacson, ao falar sobre o seu papel como marido, demonstra a valorização da família qualificando-se como um “homem de família”.

Eu sempre sou um homem de família, gosto de passar o tempo com a família, a família é tudo que a gente tem. A gente tenta construir uma família, né? Mas nem sempre dá certo... mulher não é 100% confiável... namoro, casamento, tudo isso pode acabar, não é pra sempre... Quando eu tô com uma pessoa, quando eu tô firme mesmo, procuro sempre dar atenção, ajudar no que precisar, fazer o papel de homem, cuidar dela, ajudar também dando conselho, dando opinião... falando o que eu acho que é certo, porque quando a pessoa pensa diferente dá tudo errado. (Jacson).

Jacson relaciona a sua função de marido ao papel do homem, que considera como protetor, orientador e disciplinador, como disse mais adiante ao falar sobre a relação com os filhos.

“Eu sou um pai assim...um pai presente, um pai que dá atenção, mas também não passo a mão na cabeça. Tem que ensinar o que é certo e o que é errado, tem que obedecer, tem que respeitar. Eu sou firme na minha postura, sabe? Gosto de ver a coisa certa, gosto de ensinar a ser honesto, ser merecedor das coisas, não gosto de filho meu com o nome na rua, nego dizendo que fez isso, que fez aquilo...” (Jacson).

Durante a entrevista, Jacson evidenciou uma visão rígida sobre o que é certo e errado e disse não admitir posturas, consideradas por ele, erradas. Jacson, ao falar sobre a rigidez com que educa os filhos, fazia gestos enfáticos com as mãos sinalizando a forma impositiva com que proferia suas palavras. Mais adiante, ele sussurrou para mim (tentando fazer-se inaudível

para os demais presentes no local) que sempre foi um bom marido, desqualificando a sua ex-companheira e a chamando de “maluca”.

Repare só, eu acho que eu sempre fui um bom marido. Nesse caso aqui, no caso dessa maluca aqui, o desentendimento foi depois. Eu sou um cara direito, um cara de bom caráter, não faço mal a ninguém. (Jacson).

Reforçando o discurso do bom marido, aquele que valoriza a família e cumpre com seu “papel”, Clériston fala sobre ser protetor e demonstra satisfação em exercer essa função. Ao longo da entrevista, Clériston usou termos como “a família em primeiro lugar”, “pai de família” e “família equilibrada”. Clériston se orgulhava de ter responsabilidade com a família, que em suas falas fazia referência a proteger os familiares e manter o sustento financeiro do lar. Ao ser perguntado da sua relação com a esposa, ele apresenta a figura do marido também como substituto da figura paterna para a mulher.

Apesar de tudo, apesar do passado, a gente se ama. Eu sou um cara assim, eu gosto de sair, gosto de amizade, mas sempre coloco a família em primeiro lugar. Eu sou protetor, sou o braço forte da casa... Ela sabe que quando precisa de alguém, quando tá passando alguma dificuldade, eu que ajudo ela, eu que faço o papel do marido, do pai que ela nunca teve, que foi um pai ausente. (Clériston).

Assim como Clériston, todos os entrevistados apresentaram em suas falas um certo orgulho de ser um pai de família e um bom marido. Antony ressalta a sua característica de bom marido, atribuindo as mudanças pessoais ao longo do tempo, demonstrando acreditar no papel do marido e pai de família, o provedor e protetor do lar, como um ideal a ser alcançado e que foi possível a partir do seu amadurecimento pessoal.

Eu procuro sempre dar atenção, dar o que precisa, o sustento, trazer segurança pra ela dentro do nosso lar. Eu acho que agora eu sou um marido melhor... antes eu vacilava um pouco, eu saía muito, deixava a desejar, a gente discutia... Eu não tava sendo o homem, o pai de família que eu sou hoje. O tempo vai passando a gente vai amadurecendo... (Antony).

Após discorrer sobre o seu relacionamento atual, com a esposa que o denunciou, Antony retoma mais uma vez a importância que a família tem em sua vida, afirmando “eu dou tudo por essa família”, “eu sou um bom marido”, “sou um bom pai” e ao falar repetidamente sobre tais aspectos demonstra o sentido de obrigatoriedade em exercer tais funções. Sendo tais características como a regra a ser seguida e valorizada, em seu discurso, ele ainda apresenta descontentamento em estar passando por uma “situação desagradável”, que, para ele, é o reflexo da não valorização da sua “qualidade de bom homem” por parte da esposa.

Quando uma pessoa vive para trabalhar, vive para sustentar a família, botar alimento dentro de casa, uma pessoa dessa não é ruim. Quero minha família bem, quero manter sempre a ordem, a educação, todo mundo tem que se respeitar. Eu não bato nos meus filhos, tá tudo em ordem. (Antony).

Antony demonstrou, ainda, ser o responsável por manter a ordem (se referindo a uma ordem moral) e esse aspecto é bastante valorizado ao longo das suas respostas, frases como “quando tudo tá em ordem tá bem” e “eu gosto das coisas em ordem...” refletem a importância que ele dá ao cumprimento de normas sociais estabelecidas dentro do seu lar.

Genival também evidencia valorizar o cumprimento das normas estabelecidas para a convivência em família e destaca a palavra “lógica” para se referir ao modo de pensar e agir no relacionamento, mas, ao longo da entrevista, pude notar que o termo “minha lógica” foi usado para descrever normas e regras que ele considera como “certas” e que devem ser cumpridas. Ele apresentou também os termos “pai de família” e “marido exemplar” como os atributos que lhe permitem determinar as regras e a sua “lógica” para os familiares seguirem, caso contrário, a família “não dá certo”.

Como companheiro eu sou compreensivo, ouço... falo também o que eu penso...Tenho minha lógica, tento passar minha lógica pra pessoa também entender a forma como eu penso. Se a pessoa não condiz com minha lógica... vai ter problema. Não aceito mentira, nem enganação! Por pior que seja, a verdade é melhor que a enganação, a mentira. E tento educar minhas filhas assim também. (Genival).

Genival apresenta em suas falas o modelo de família que ele defende, modelo calcado nas diferenças entre homens e mulheres, a mulher como aquela que cuida do lar e dos membros da família. Genival apresenta insatisfação com o término do seu casamento e atribui a separação às atitudes da sua ex-esposa, afirmando que as atitudes dela não condiziam com o comportamento de uma “mãe de família”. Ao ser questionado se existe diferença entre homens e mulheres, ele diz: “É que a mãe deveria ser acolhedora, que dá carinho, tanto pro marido quanto pros filhos. Ela é a centralizadora do lar. A partir do momento que a mãe age de forma libertina, destrói toda a estrutura familiar.” Ao longo da entrevista, ele deixa claro o seu modelo de família ideal e as diferenças que homens e mulheres devem assumir dentro dessa estrutura.

Além das falas dos sujeitos destacadas acima, todos os entrevistados demonstraram valorizar a família como uma espécie de constituidora do ser homem. Possuir uma família, ser “pai de família” e marido, são características que os “tornam homens” e assumir a posição de “chefe” da família é um traço marcante nos discursos dos interlocutores. Isaac também menciona, de maneira positiva, o fato de ser um “homem de família”, evidenciando que a família ocupa lugar central em sua vida. Ao falar autoavaliar-se na função de marido, reforça o objetivo de preservar a família, assim como pude observar ao longo da sua entrevista.

Eu acho que eu, como marido... eu gosto das coisas certas, entendeu? Eu não gosto de coisa errada. Eu não acho que sou um marido ruim não... o que eu tenho que fazer, eu faço. Mas perfeito, perfeito mesmo só Deus, né? Nós sempre temos uma falha, né? Mas eu acho que eu sou bom. Porque quando uma pessoa trabalha, se dedica à família, vive pra família, pra ajudar a família, esse homem não é ruim... Eu preservo a família. (Isaac).

A reprodução de modelos e normas centrados na heterossexualidade, sustenta o ideal de casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal e formação de uma família com pai, mãe e filhos (FOSTER, 2001). Nesse sentido, o modelo de masculinidade dominante tende a buscar a manutenção da família tradicional como instituição que assegura a honra masculina.

Adão, aos 42 anos, considera-se um “pai de família”. Começa contando como disciplina os filhos, o quanto se preocupa com os valores que eles devem apreender. Antônio foi denunciado por ameaça, a esposa que o denunciou há três anos vive com ele e mais dois filhos desde o ano de 2006. Ele demonstra valorizar os laços familiares e fazer o possível para exercer seu papel dentro do arranjo familiar – o de provedor.

Hoje a gente não tem mais briga não, depois desse problema aí a gente não teve mais nada assim não. Hoje a gente vive bem, tem aquela discussão normal de casal, mas eu dou tudo por essa família. Eu sou um bom marido, um bom pai. Quando uma pessoa vive para trabalhar, vive para sustentar a família, botar alimento dentro de casa, uma pessoa dessa não é ruim. Quero minha família bem, quero manter sempre a ordem, a educação, todo mundo tem que se respeitar. Eu não bato nos meus filhos, tá tudo em ordem. (Adão).

Ao falar sobre os motivos que geram desentendimentos entre homens e mulheres, Antônio chama a atenção para o papel que desempenha na família. Para ele, o homem deve buscar sustentar financeiramente a família, um cargo que parece fixo e inquestionável para ele.

...também pode ser por motivo financeiro, isso gera desentendimento. Você chega em casa desempregado, aí a mulher fala, fala! Quer dinheiro pra isso, pra aquilo. A briga começa assim... você não pode sustentar sua família, isso é muito ruim. E você saber que briga de marido e mulher ninguém mete a colher. É uma coisa que só quem é da família pode ajudar. É normal casal discutir, toda família tem isso. Quando junta homem e mulher dá nisso, mas família é uma coisa complicada mesmo. E se o homem não tiver cumprindo seu papel de pai de família, o negócio fica mais complicado. (Adão).

É importante demonstrar o padrão normativo de condutas a que esta fala se conecta. O modelo conferido nas nações ocidentais avalia como autênticas as relações matrimoniais monogâmicas heterossexuais, este modelo implica em uma série de consequências sociais, como a exclusão de outros arranjos familiares e a hipervalorização de famílias nucleares formada por mulher, homem e filhos e as relações de parentesco fundamentadas nos laços de sangue.

Joseph fala que gostaria de reatar o casamento e diz: “Olha... a gente sempre tem que proteger a família, né? Se houvesse eu realmente ficaria muito feliz, mas deixa quieto, é uma coisa que só Deus e o tempo vai determinar.” Ele fala que tentou repetidas vezes manter a família unida, afirmando que está triste com a separação e que se sente incompleto. Hiran afirma que cumpre com o seu papel dentro da família, papel de responsável por garantir a manutenção econômica do lar. Apesar da sua ex-esposa também ter um trabalho formal, em suas falas ele

apresenta como sua obrigação o provimento financeiro dos familiares. Ele evidencia descontentamento no relacionamento ao reclamar que sua ex-companheira não estava cumprindo com o seu dever de mulher, de realizar as tarefas domésticas e fazer o seu almoço: “Eu não tô dizendo que é pra ela ser minha empregada, nada disso não... mas ela sabia que eu passava o dia todo na rua trabalhando, eu que pagava o aluguel, então ela não pode reclamar que eu não cumpria meu papel.”

Na visão tradicional sobre o casamento, este deve ser monogâmico, eterno e ligado à reprodução e deve prescrever papéis a serem cumpridos por homens e mulheres. A figura masculina deve ser constituída no vínculo com o trabalho e na virilidade, buscando a sustentação financeira da família e a conduta protetora para com os seus familiares. A figura feminina está apoiada na sexualidade e no encargo da maternidade, na fidelidade conjugal e inclinação ao lar e aos filhos. No arranjo familiar tradicional, nota-se a diferença entre homem e mulher e entre adulto e criança, os adultos exercendo o comando, possuidores da sabedoria e poder. Nesse arranjo familiar, deve haver aceitação de seus lugares e cada um deve seguir o que lhes cabe, fazendo o melhor que for possível para exercer o seu papel.

A violência masculina, em muitos casos, como nos relatos de muitos entrevistados, representa a expressão da ameaça da perda de poder sobre a mulher e a família. A família se apresenta como um ambiente de demonstração do poder dos homens sobre os filhos e mulheres, como maneira de exprimir a sua masculinidade. O homem define com quem a mulher e os filhos podem estabelecer as relações de amizade, com que roupa a mulher deve sair e quais trabalhos ela pode realizar. A própria ideia de família é uma construção social e o modelo que aparece como “natural” não é o único existente, sequer o correto, mas a noção hegemônica de família ainda demonstra um vínculo com a família nuclear burguesa.

Outro ponto que merece atenção é o pensamento evidenciado pelos sujeitos sobre ser pai, que indicam a paternidade como uma condição social a ser alcançada. O termo "responsabilidade" constituiu uma palavra comum ao falarem sobre a família, que nos contextos analisados estava relacionado ao provimento financeiro e material dos seus familiares. Segundo Medrado (1998) há uma diferenciação dicotômica dos encargos na família: compete ao pai o sustento financeiro e moral e à mãe a os cuidados afetivos, a atenção com as crianças. O pai é a pessoa responsável por agir no sentido de educar moralmente ou assegurar o futuro financeiro dos filhos.

A reflexões sobre as relações de gênero, geradas pelo movimento feminista, permitiu o surgimento de novas representações sobre a masculinidade, para além do modelo “tradicional” de homem e da figura do pai. As novas discussões sobre a paternidade buscaram observar novos

significados e a construção subjetiva da figura do pai. Estudos sobre a “nova paternidade” surgem na busca pela ressignificação da figura paterna e destacam a maior participação dos homens nos cuidados com os filhos e com as tarefas domésticas.

Porém, apesar de haver um movimento pela valorização desse “novo pai”, ainda permanecem modelos de paternidade tradicionais, onde ser pai é considerado algo da ordem natural e de grande relevância para a família e, sobretudo, para o homem. A acelerada elevação do número de divórcios e o distanciamento do pai, não forçoso, mas verificado na prática, estabeleceu uma tendência de pesquisas que começou a investigar as consequências da sua ausência (SILVEIRA, 1998). Contudo, só a partir dos estudos sobre a mulher, estimulados pelo feminismo, que investigadores começam a procurar entender especificamente a relação entre paternidade e masculinidade, que começam a ser vistas pela ótica das construções sociais.

Durante a pesquisa, pude perceber o valor que os entrevistados atribuíam aos filhos e ao papel de pai, que na maioria dos casos estava ligado à práticas tradicionais de paternidade, como o encargo pela educação moral e o provimento material. Alguns lamentaram o distanciamento dos filhos após o divórcio e o desejo em participar mais ativamente da sua educação, mas apesar de demonstrarem em suas falas certo grau de afetividade, a figura do pai continuou sendo elemento fundamental para o exercício de uma masculinidade marcada pela rigidez no relacionamento com os filhos, relegando o aspecto sentimental à figura materna. Anísio demonstrou ser o educador moral dos filhos, considerando a mãe como a que cede às vontades das crianças. Para ele, a palavra dos pais deve ser respeitada e obedecida, apenas os valores ensinados pela família devem ser apreendidos, como afirma: “Eu falo pra eles pra não ir pela cabeça dos outros, amigo não diz nada que presta, amigo é seu pai e sua mãe.”

Nesse sentido, Antony também reforça a obrigação dos filhos em seguir o ensinamento familiar, caracteriza a educação que dá aos filhos como “rígida”, mas ressalta que nunca bateu neles dizendo-se protetor e carinhoso. Lembra ainda que nunca deixou faltar nada aos filhos, se referindo ao provimento material.

Filho tem que seguir o que pai e mãe fala, a gente cria não é pra nós, é pro mundo. E a gente não quer filho nosso fazendo coisa errada, se dando mal, na pior. Então, eu tento educar eles de maneira rígida, não sendo grosso, nunca bati neles, mas eu tento fazer eles obedecer, ouvir, respeitar os pais. Assim como eu sempre tive um pai carinhoso, eu sou um pai carinhoso, amoroso, protetor, não quero que nada falte pra eles. Também não quero que eles fiquem mal-acostumado com tudo nas mãos, eles também têm que aprender a se virar... Eu nunca deixei faltar nada pra meus menino. Se você vê, meu filho são tudo educado, tudo obediente. (Antony).

Clérison considera-se um pai presente e demonstra ser o principal instrutor do filho, ao longo da conversa ele evidencia a preocupação com a sua possível prisão e as consequências



para o futuro da família. Em sua fala, fica clara a importância conferida a figura do pai na educação da criança e na manutenção da ordem familiar.

Eu sou um pai muito presente na vida dele, sempre fui. Ele ainda tá pequeno, não entende nada, mas eu tento dar um bom exemplo pra ele, tento dar sempre o melhor. Eu quero que ele seja um rapaz digno, um rapaz trabalhador, procurar sempre respeitar os mais velhos... eu vou tentar passar essas coisas pra ele. Quero que ele cresça numa família em ordem, uma família boa... mas se o pai dele for preso, como vai ser? Quem vai educar? Que exemplo ele vai ter? A mãe dele não pensou nisso antes de envolver a gente nisso... Ela não vai ter condição de criar ele sozinho. (Clériston).

Jacson e Isaac apresentaram também a função de pai como o disciplinador dos filhos, buscando ensinar os valores morais, distinguidos em certo e errado. Para Isaac, além da educação formal, ele disse ensinar aos filhos “o que é certo e o que é errado” para que eles “andem no caminho do bem”. Jacson afirmou ser um pai presente, mas disse: “não passo a mão na cabeça, tem que ensinar o que é certo e o que é errado, tem que obedecer, tem que respeitar.” E finaliza dizendo ter uma “postura firme” como pai. Celso, que tem três filhos, diz: “tem que seguir o caminho certo... procurar trabalhar, estudar, ser honestos. Primeiro lugar ser trabalhador, ter o seu sustento de forma honesta, não fazer nada de errado”. Em suas falas, Celso se refere ao pai como o responsável por transmitir os valores aos filhos e fala sobre sua família com orgulho de poder ser ouvido e respeitado. Para Celso, o pai é a voz de comando da casa e suas regras devem ser obedecidas.

Túlio afirma cobrar “postura” da filha ao falar com os mais velhos, o respeito aos ensinamentos do pai e a utilização do tratamento “senhor” ao falar com ele e com parentes mais velhos. Para Túlio, a separação o afastou da filha, ele destaca a “presença maternal” como melhor para a filha, acredita ser mais importante a presença da mãe em sua vida, justificada pela idade da criança (oito anos).

Ela mora com a mãe, não por opção da minha parte, é da parte da mãe, né? Por a gente estar separado e pra mãe ter mais tempo pra cuidar. E também pelo fato da presença maternal é bem melhor do que a paternal, vamos se dizer assim, né? Pela idade dela... (Túlio).

Josué culpabiliza as funcionárias da Vara pelo seu afastamento dos filhos, ele disse: “Eu não tô junto deles agora por causa delas (funcionárias da Vara), elas que querem me ver longe de meus filhos”. Josué cumpre medida protetiva, a ex-esposa o acusa de agressão física e ele diz estar triste com esta situação, principalmente por não poder visitar os filhos. Já Genival fala sobre o acordo de guarda compartilhada das filhas, no acordo ele é o responsável por manter financeiramente as filhas e a sua ex-companheira é a responsável por pagar o INSS da babá. Ele afirma que via as crianças todos os finais de semana, mas que posteriormente ele passou a vê-las apenas quinzenalmente, justificando que não estava conseguindo realizar suas atividades

por conta do tempo de dedicação às filhas. No decorrer da entrevista ele apresenta outra justificativa para o fato de não ver as filhas todos os finais de semana.

E também para que as crianças ficassem no final de semana com a mãe. Elas ficavam só com a babá e a mãe malmente via... Só pra botar pra dormir... É interessante também que as crianças tenham uma convivência com a mãe. Ficaria um final de semana com ela e outro comigo. (Genival).

O fato de ter filhos apareceu em destaque nas falas dos interlocutores, Genival emocionou-se ao falar sobre as filhas, começou a chorar e pediu licença para interromper a conversa. Após alguns minutos, ele disse que se sentia injustiçado e que ele não oferece nenhum perigo à sociedade, para ele a justiça deve ter mais cautela ao tratar casos que envolvam “pessoas de bem”. Ao ser perguntado sobre o termo usado, Genival deixou claro que uma “pessoa de bem” é aquela que trabalha, que tem filhos para sustentar e que nunca cometeu crimes. Assim como os outros entrevistados já citados, Genival deixou claro que o papel do pai é educar moralmente os filhos, principalmente as filhas.

Eu acho que o papel do homem, de um pai de família é educar moralmente tanto filhos quanto filhas. Principalmente filhas por ser do gênero oposto... Defendo um pouco essa visão do certo e do errado, normalmente o pai é que determina. (Genival).

Além do pai como o provedor das condições materiais e o disciplinador dos filhos, os discursos dos entrevistados apresentam características de uma nova figura paterna, do desejo por afeto que se choca com o papel do pai tradicional. Neste ponto, convém destacar a discussão sobre a constituição da condição de pai. Assim como Saraiva (1998), é importante destacar que a paternidade é uma experiência humana intensamente entrelaçada com intentos sociais e institucionais que a legitima, isto é, uma elaboração que deve ser analisada frente ao contexto sociocultural de um período.

Segundo Del Priore (2013), no século XIX, a figura paterna, representação masculina por excelência, o nome “Pai”, fazia alusão ao sagrado, à criação, ao eterno. Todavia, o que se apresenta são os problemas da figura paterna nesse período. A falta de afetividade na relação pai e filho, representava a demonstração de força da figura paterna que detinha o poder sobre sua prole, a lei emitida pelo pai precisava ser obedecida e, se a sua honra fosse confrontada, esse poderia matar, por direito, filhos, esposa ou qualquer outra pessoa. A base do sistema colonial e da política do império era o poder do patriarca, ser pai denotava poder de vida e morte sobre a sua família. As intensas mudanças econômicas do século XIX originaram a urbanização, que começou na primeira regência, se intensificando a ponto de modificar a vida e a intimidade das famílias, sobretudo da elite.

A partir da república, juntamente com o progresso da ciência, houve uma remodelação da ordem social e converteram a honra, a paternidade e a virilidade em um assunto público de

interesse da nação, logo, a ser regulada pelo Estado. Com a implantação do ambiente de trabalho fora da sua casa, os homens passaram a ocupar ambientes externos para o trabalho, definindo o novo cenário da família burguesa moderna no Brasil. O pai que sai de casa para trabalhar e a mulher que cuida do lar e da criação dos filhos. Apesar de inúmeras transformações no arranjo familiar, ainda prevalece esse modelo de família burguesa, centrado no patriarca.

De acordo com Oliveira (1998), atitudes mais igualitárias em relação à companheira, compreendendo aí a divisão das tarefas domésticas e dos cuidados das crianças, não são adotadas por todos os homens. Apenas um pequeno grupo de homens, cujas posturas mais igualitárias não abalariam sua masculinidade e poder. É importante evidenciar a estrutura de poder implícita às relações de gênero e perceber nas dinâmicas das relações cotidianas as condições de sustentação deste arranjo.

Josefh conta que a relação com as filhas é bonita, que ele sente amor e paixão pelas filhas, mas está afastado delas por conta da separação. Josefh afirma ser um pai afetuoso, seu discurso de pai presente e carinhoso repete-se ao falar sobre a família. Ele conta que a sua filha mais velha mora em outra cidade e, por isso, não tem como participar da sua vida, já a filha mais nova, de quatro anos, está distante pelo fato dele responder criminalmente por violência doméstica contra a sua ex-companheira. Para ele, a relação entre ele e a filha mais jovem foi abalada por conta de o relacionamento conjugal estar “com um pouco de turbulência”, em suas palavras. Afirma que, apesar da separação, sempre foi um “pai protetor, um pai carinhoso” e que sempre buscou “o melhor para as filhas”. Josefh diz educar a suas filhas buscando transmitir seus valores morais e culturais e fala: “Uma pena que agora o casamento tá em crise, eu tô separado, não tenho a guarda dela, mas o pouco tempo que eu tenho com ela eu procuro deixá-la bem segura e passar os meus valores pra ela.”

Grande parte dos entrevistados sinalizou o afastamento dos filhos após o divórcio, Claudiano afirmou que está mais distante dos filhos e eles são mais “ligados” à mãe, para o entrevistado a sua função de pai é impor limites e proteger os filhos, dizendo que é, por vezes, rígido.

Agora que eu tô mais afastado um pouco deles... Mas quando eu tava morando com eles, hoje eu também visito, faço tudo pra tá perto deles, eles são mais ligado com a mãe. Eu fico com a parte do pai, a mãe deixa fazer o que quer, faz muita vontade. Eu, como pai, tenho que mostrar a realidade, dar limite. Quer comprar roupa cara, celular, a mãe quer dar... Eles tem que entender que a vida não é fácil assim não. Eu que saio de ruim nessa história, eu que tenho que dizer não, a mãe passa pra mim... Tudo que eu não tive eu quero pra eles. Tem que ser bons filhos, ouvir os mais velhos, não desobedecer. Às vezes eu posso ser um pouco... as vezes eu sou um pouco rígido com eles, mas eles sabem que é pra proteger eles do pior, não é pro mal deles. (Claudiano).

Dos treze entrevistados que disseram ter filhos, o único que apresentou desconforto com a posição de pai foi Adolfo. Ele chegou acompanhado de sua filha mais velha, que, no momento da entrevista, sentou-se em um local afastado para não ouvir as nossas falas. Adolfo se considera um homem “namorador” e assim justifica a quantidade de filhos que tem. Ele diz não se arrepende de ter tido quatro filhos, mas em sua fala apresenta argumentos confusos, expondo seu desejo de ter refletido melhor sobre a paternidade. Em outros momentos da entrevista, Adolfo retorna ao tema dos filhos, fala sobre o desejo em ter apenas uma filha e expõe:

Agora, infelizmente, eu não posso me arrepender do que eu já fiz, mas...não posso me arrepender dos filhos que já tão aí... mas se eu pensasse melhor, hoje, não faria isso. Antigamente eu não pensava, eu era muito jovem. Eu não tenho arrependimento do que eu fiz não, mas era pra eu ter só ela [aponta para a filha]. Até 29 anos eu só tinha ela, com 10 anos eu fiz mais 3 filhos... meu deus do céu! (Adolfo).

Adolfo, ao longo da entrevista, falou sobre a necessidade de trabalhar mais de doze horas por dia para sustentar seus filhos e esposa. Ao mesmo tempo em que fala com insatisfação com seu “dever” de sustentar os familiares, ele demonstra querer cumprir tal encargo. Os homens que pensam a paternidade como uma responsabilidade julgaram-se como provedores materiais e encarregados pela preservação da família, adotando um modelo de pai “tradicional”. A figura de pai, nesse contexto, vem agregada à identidade masculina, sendo a imagem do pai formada conforme modelos de gênero que atrelam a representação de homem aos padrões da masculinidade hegemônica, que supõe que ser homem e ser forte, capaz e provedor. A responsabilidade apresentada nos discursos reflete a estrutura patriarcal como uma obrigatoriedade sobre o homem, construída na imposição de papéis que, se não forem cumpridos, colocam em risco a masculinidade.

Os ideais de marido e pai apresentados pelos interlocutores estão assentados na visão heteronormativa, visão essa que pode ser perceber, principalmente, nas falas que dizem respeito ao termo gênero. Grande parte dos entrevistados relacionavam o termo gênero a relacionamentos homoafetivos e um pequeno grupo compreendia gênero como um atributo de ordem natural e binário, feminino e masculino. Clériston, que durante a entrevista parecia não compartilhar tão intensamente os ideais da masculinidade hegemônica, deixou claro que, mesmo admitindo alguns avanços na relação homem-mulher e mostrando reconhecer a diversidade de gênero, seu discurso compactua com o modelo dominante de família formada por homem e mulher.

Eu acho que hoje em dia a mulher e o homem deve ocupar os mesmos espaços. Lá em casa nós dois trabalhamos, tem uns três anos que ela começou a trabalhar. Eu também ajudo ela nos afazeres da casa, lavo prato, varro a casa, só não faço comida...mas é porque eu não sei muito... Agora mesmo, faz pouco tempo que ela viajou com o trabalho, foi pra São Paulo. Eu deixo, não vejo problema. Hoje em dia é assim, tá tudo

igual. Agora, eu acho que tem coisa que é mais de homem. Ela não sabe bater um prego, e quando tem que trocar o gás sou eu também. Eu acho que mulher é muito delicada, não tem essa força que os homens têm. E também ela tem mais jeito com outras coisas. Mas o homem vai ajudando a mulher, a mulher vai ajudando o homem e assim a família vai unida, seguindo firme. (Clériston).

Clériston reconhece que ocorreram mudanças na relação homem-mulher e que com a saída da mulher para trabalhar fora de casa, algumas relações foram reelaboradas, inclusive as relações familiares. Em alguma medida, ele parece imprimir um esforço para se adequar às novas demandas na esfera familiar. Durante a nossa conversa, ele demonstrou uma preocupação em manter a família unida, mesmo com as queixas contra ele. Sua esposa não pode cancelar o processo, por isso, ele ainda está sendo investigado, mas afirma que nunca se separou dela e que tudo não passou de uma discussão. Apesar de ele reconhecer essas novas relações, ele ainda detém uma visão essencialista sobre as características de homens e mulheres e deixa claro que sua definição de família é homem, mulher e filhos. Ao ser indagado sobre o que entendia por Gênero ele explica:

Gênero eu acho que é quando um homem tenta ser mulher, ou mulher quer virar homem. Não é essa coisa de homossexual não? E eu não tenho nada contra. Acho que eles têm o direito deles, eu apoio. Mas eu não sei se gênero é isso... O único problema deles é que não pode fazer filho, nem ser uma família completa. O pior pra mim é isso. Eu vejo tanto homossexual solteiro, já velho e solteiro. É por isso, foi uma escolha deles. Mas eu que não queria. Mas cada um que sabe. (Clériston).

Ao longo de todo o seu discurso pude perceber que, ao mesmo tempo em que fazia um certo esforço para reconhecer a igualdade entre os gêneros, ele imprimia uma desaprovação às relações homoafetivas e às conquistas femininas como em suas falas: “Todo mundo é igual, gay, homem, mulher...”, “Hoje tem que ter respeito com quem é diferente”, “Cada um faz suas escolhas, mesmo que tenha problemas... cada um que assuma seus erros”, “Mulher hoje pode tudo, acho isso bonito... mas tem umas que já abusa.”

Em grande parte dos discursos dos entrevistados, notei a valorização da heteronormatividade como a regra a ser seguida e o que fugia desse padrão era desvalorizado. Ao perguntar sobre o que significava gênero para eles, ocorreu uma associação do termo gênero à homoafetividade, para a maioria dos interlocutores, e alguns relacionaram à natureza dos corpos, a questões biológicas que diferenciam homens de mulheres. Anísio ficou confuso com a pergunta: “Gênero? Gênero é ... gay?” e exclama: “Gay, travesti, tem um monte de nome agora... eu não opino nessa coisa, cada um é cada um!”. Ele tentou fugir do assunto por diversas vezes e justificou afirmando: “Eu prefiro não falar disso... hoje tudo é motivo de processo...”. Anísio é um homem que se orgulha de ser um “conquistador”, termo que ele usou para definir-se. Também fala seguidas vezes de como é romântico e afirma: “Gosto mesmo é de mulher!”.

“Eu sou um bom marido, um homem romântico, um protetor, um amante. Nenhuma [mulher] nunca reclamou... Eu só tô sozinho hoje porque eu quero”. O discurso de Anísio não foi diferente dos outros entrevistados, que demonstraram uma associação do ser Gay a um problema, um desvio da norma ou algo não natural.

Gênero... teve uma vez que tavam com um projeto aí de ensinar as crianças na escola de homossexualismo... Eu não tenho nada contra o homem que quer ser mulher, a mulher que quer ser homem, mas ensinar essas coisas pra criança, ai não! Esse negócio diz que todo mundo pode fazer isso, todo mundo pode ser tudo, homem com homem... uma coisa séria isso aí. Eu acho assim... se homem quer ficar com homem, é uma escolha dele, se ele tá agradando a Deus, ele vai saber no juízo final, só que eu acho que cada um faça suas coisas na privacidade de sua casa, né? (Adão).

A heteronormatividade aqui é percebida como a legitimação da heterossexualidade como princípio disciplinador das relações de gênero e sexo na sociedade ocidental contemporânea, sendo a sua legalidade fundamentada no princípio de que a sexualidade é guiada por uma ordem natural e biológica e, desse modo, a relação entre heterossexualidade e reprodução é compreendida como uma consequência natural e inevitável. Para Miskolci (2009), a heteronormatividade manifesta expectativas, obrigações e exigências sociais que provêm do desígnio de uma heterossexualidade natural e compulsória. As relações heterossexuais são projetadas como modelos adequados, melhores e inerentes, esperando-se que os sujeitos estabeleçam suas vidas a partir desse pressuposto.

Enquanto esperava a resposta de Isaac, percebi a sua inquietação quanto ao tema, ele ficou com receio de discorrer sua opinião sobre o termo gênero e disse que não falaria por receio de ser processado. Após lembrar o caráter confidencial da pesquisa, Isaac falou o que significa gênero para ele e também apresentou um posicionamento contrário à homossexualidade, utilizando argumentos de ordem moral, reafirmando o caráter de normalidade e de regra natural da heterossexualidade. Apesar de expor um certo grau de tolerância ao entender que as ações no que diz respeito a sexualidade são um direito individual, o entrevistado aponta uma associação do que ele considera natural, a conduta a ser seguida, com as leis divinas.

O que eu ouvi dizer é que é quando o sujeito desvia a conduta... É quando o homem quer ser mulher e a mulher quer ser homem... é isso? Acho que é nesses casos aí. Eu acho que é isso... Aí eu... eu não posso opinar porque cada um tem o direito de viver como pode. Veja bem, se você quer ser aquilo, problema seu. Cada um nasceu de um jeito, mas cada um define o que quer da vida. Não tenho nada a ver com isso, cada um que escolhe... mesmo sendo contra a lei de Deus. Na bíblia diz que condena esse tipo de coisa, mas na lei da gente aqui eu acho que cada um tem que viver do jeito que se sente bem ali... eu não quero opinar muito porque gera problema isso aí, você sabe. Mas na minha lei eu não concordo, na minha. Se você me perguntar se eu aceito isso, eu não aceito. Você não pode abandonar um filho, por exemplo. Você pode não ficar feliz... eu acho que nenhum pai fica feliz com isso. (Isaac).

Essa naturalização das relações heterossexuais é memorizada nos corpos e passa a fazer parte dos indivíduos. A legitimação dessa conduta institui a heteronormatividade, que é um aspecto das sociedades ocidentais contemporâneas, considerando como desviantes outros comportamentos que não obedecem a esta norma. A heteronormatividade exprime uma série de expectativas com a informação de que a heterossexualidade é um desígnio natural e basilar na sociedade. Celso compreende gênero como o ato de “mudar de sexo”, que, para ele, é uma conduta desviante, vista como um comportamento que foge da natureza.

Eu não sei se tá certo, mas é tipo quando tem aquele pessoal que quer mudar de sexo, que não quer seguir a natureza, a coisa que Deus deu. É uma coisa complicada também... mas cada um faz o que achar melhor pra sua vida. (Celso).

Um dos principais argumentos utilizados pelos que compartilham a ideia de que há um sentido natural cuja a sexualidade deve seguir, é o que relaciona esse estado natural da heterossexualidade à reprodução. Hiran, após se lamentar por sua ex-companheira não querer ter filhos, apresenta em suas respostas o desejo de formar uma nova família. Em suas falas, Hiran citou diversas vezes as palavras homem e mulher, no sentido de justificar a necessidade de um homem se relacionar sexualmente com uma mulher, como nas falas: “Homem e mulher se combinam”, “o corpo da mulher, na sua forma, foi feito pro homem” e “O homem tem que ter uma esposa, uma mulher pra se aconchegar”. Ao ser perguntado sobre o que significa a palavra gênero, ele responde:

Gênero... é gênero masculino e feminino, um completa o outro. Deus criou tudo na sua perfeição, tudo certinho. O homem é feito pra mulher, a mulher é feita pro homem, pra gerar o fruto do ventre... O povo tá querendo mudar isso hoje, mas o que é da vontade de Deus não há de vingar. Eu não sei se é isso, mas se for isso a minha opinião é essa. (Hiran).

Hiran, em seu discurso, reforça a ideia de união heterossexual como a norma, vontade divina a ser adotada e aborda a reprodução como um fim a ser alcançado na relação homem-mulher. Estas expectativas são fundamentadas em determinados modelos de masculinidade e feminilidade que são amparados pela relação heterossexual.

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. (FOUCAULT, 1983, p.10).

O fato de a relação não heterossexual gerar filhos aparece como uma conduta anormal e justifica os discursos da heteronormatividade. Segundo Berlant e Warner (2002), o padrão heteronormativo inclui instituições, estruturas de compreensão e referências práticas que tornam a heterossexualidade aparentemente coerente e a concede benefícios. Contudo, sua coerência é transitória e seus privilégios podem adotar diversos formatos, alguns contraditórios.

Entendida como uma situação natural e ainda um ideal moral, a heterossexualidade se insere de forma impercebível na linguagem que domina as expressões sociais e individuais do discurso.

Outro ponto que podemos destacar é a diferença entre a heteronormatividade e a heterossexualidade, os dois são conceitos que estão relacionados, porém são distintos. A principal diferença entre os dois conceitos é o fato de existir um termo oposto à heterossexualidade, que é a homossexualidade. Já a heteronormatividade não se institui dessa forma, como defende Berlant e Warner (2002), como a homossexualidade não pode de modo nenhum usufruir da correção implícita e imperceptível para a formação social da qual a heterossexualidade desfruta, não é plausível conceituar “homonormatividade” nessa mesma lógica. Assim como os outros interlocutores, Rui expõe um discurso heteronormativo, considerando a sexualidade um atributo biológico e reforçando a ideia de que a heterossexualidade é natural e inerente aos indivíduos.

Gênero eu vi falando um dia desses, eu não vou mentir... eu não sei dizer o que é assim... Eu sei que tão querendo criar agora uma nova divisão, querem incluir isso do gênero da pessoa, do homossexual, do travesti... é isso? Eu acho que tem a ver com isso das pessoas que não querem mais ser o que são, mulher que quer ser lésbica, homem que quer virar mulher, eu não entendo muito dessas coisas... Mas se for pensar pela biologia, cada planta, cada ser tem seu gênero. (Rui).

A homofobia, a violência e o machismo são algumas das práticas da masculinidade hegemônica na sociedade brasileira, homofobia é entendida aqui como demonstrações de hostilidade à diversidade sexual (BORRILLO, 2000). A homofobia é um resultado da heteronormatividade, sendo esta o ato de discriminar o outro com base na ideia de naturalidade da heterossexualidade e reforçada pelos estereótipos de gênero. Esse conceito é recente e corrobora com a preservação do patriarcado, podendo ser associado ao sexismo.

A homofobia e o sexismo surgem como produtos da concepção da sexualidade como um sistema binário (BORRILLO, 2000), tal preceito entende a feminilidade e a masculinidade de forma essencialista, como identidades opostas que não suportam a ocorrência de outros arranjos que compreendam a apropriação do feminino e masculino por pessoas de ambos os sexos. A homofobia seria uma manifestação do incômodo moral gerado pelo rompimento com essa norma estabelecida, ou seja, pela insubmissão ao princípio da naturalização da sexualidade. Segundo Miskolci (2009), as masculinidades “inadequadas” perante as imposições heteronormativas são vistas como subalternas, desviantes, ilegítimas, rejeitadas, e acarretam complexas elaborações de ajustes.

É necessário pensar as relações entre homens e mulheres, neste contexto, como relações assimétricas, hierarquizadas, e é importante notar que as noções de família fazem parte dessa relação. É preciso perceber nos discursos apresentados aqui que as representações sociais



dominantes de família e do papel do homem e da mulher, dentro e fora do ambiente doméstico, são amplamente defendidas e legitimadas. O modelo de família reconhecida pelos sujeitos da pesquisa, é um modelo nuclear, heteronormativo, fundado na relação homem- mulher, visando a reprodução, se a figura do pai não existir, a família está incompleta e ameaçada.

## 5.2 Visões sobre a mulher

Nesta seção analiso como os homens entrevistados apresentam e qualificam o que é ser mulher. Além do discurso conservador que naturaliza as diferenças entre homens e mulheres, baseados na ideia de que existem características inatas às mulheres, duas questões devem ser ressaltadas aqui, um forte discurso baseado nas representações midiáticas sobre as mulheres, foi identificado em pelo menos cinco entrevistados, discursos esses que foram exemplificados por personagens de novelas. Outro ponto importante são as representações sobre a mulher feminista, em uma das questões eles foram indagados sobre o que é feminismo e as respostas coincidiram com formulações sobre o que é ser uma mulher feminista.

Para Funck e Widholzer (2005) tem se tornado politicamente importante perceber o discurso como o lugar significativo de representação. Diversas pensadoras do feminismo, das décadas de 1980 e 1990, destacaram que as narrativas que expomos e a forma como nos imaginamos e nos representamos têm grandes repercussões políticas, visto que o discurso é também um notável lugar de contestação das normas sociais hegemônicas. Assim, muitos trabalhos contemporâneos sobre gênero e cultura, frequentemente, têm se voltado para a materialidade do discurso, ou seja, a forma como se apresenta na palavra oral, escrita, impressa. Os discursos são formas dos sujeitos de relacionarem-se com o meio social e com os demais indivíduos, além de valerem-se das representações, isto é, uma significação da realidade, organizando e elaborando a realidade através dos significados.

Com o desdobramento dos questionamentos, falas inesperadas começavam a se formar. Confesso que, durante a pesquisa, ao ouvir pela primeira vez de um entrevistado, uma cena de novela ser comparada a uma situação da vida real, não dei a devida atenção. Imaginei que o entrevistado estivesse tentando fugir do assunto ou encerrar a conversa, até ouvir de cinco homens variações de uma mesma pergunta: “você lembra daquela novela?”. Foi a partir da segunda entrevista que me dei conta do quão presente estão, nos discursos masculinos, as representações da mulher apresentadas na TV, principalmente nas telenovelas brasileiras.

Anísio é um homem de meia idade, trabalha como porteiro. Disse que não poderia demorar muito, pois precisava voltar ao trabalho. Não o abordei, ele havia saído de uma reunião com o defensor público, e foi ele que pediu licença e iniciou a conversa, mais ou menos assim:

– *Licença, moça. A senhora é advogada?*

– *Não...*

– *Desculpa, então! É que eu vi a senhora aí sentada desde a hora que cheguei e pensei que era advogada.*

– *Não, senhor. Eu estou fazendo uma pesquisa aqui. Se o senhor tiver um tempinho eu posso te explicar.*

Foi assim que começamos a entrevista. Nossa conversa durou cerca de quarenta minutos, lembro bem do seu interesse em contar suas histórias e de olhar frequentemente o relógio. Anísio afirma que só se envolve com mulheres “sem vergonha”, que usa o homem para conseguir o que quer, manipuladoras e mentirosas. Ele pede desculpas pelas expressões e afirma que a maioria da mulher de hoje tem essas características, inapropriadas para ele. Ao ser questionado sobre o motivo do conflito com a sua ex-companheira, Anísio falou:

Olha moça, eu nunca quis brigar com ela, eu sou um homem de bem... Mas você lembra daquela novela de Carminha? Lembra? Imagine aquele tipo de mulher interesseira, vingativa. Ela é duas caras, ela parece boazinha, fica jogando conversa pra cima dos outros e eu é que sei como ela é, aquela mulher é uma cobra. Ela arma tudo, ela armou para cima de mim. É por isso eu digo que a novela só tá mostrando a realidade. Ela é tipo Carminha, daquela novela que passou... (Anísio).

O que impressiona é a certeza de Anísio sobre como as novelas apresentam, o que para ele é a realidade. É nítida a representação da vilã feminina como uma mulher imoral, aquela que seduz, e que engana o homem, além de apresentar um comportamento “histórico”. As novelas na América Latina são produtos audiovisuais de grande audiência e um produto da cultura popular e de massa basilar da televisão brasileira, pertencendo a um agregado de sentidos, discussão, importação de costumes e valores, influenciando também na construção dos sujeitos sociais por seus receptores. Os sujeitos envolvem-se durante a exibição das telenovelas, interrogando e debatendo os contextos exibidos na TV e se envolvendo emocionalmente com determinadas personagens presentes na telenovela. No caso citado por Anísio, a novela criou uma personagem que representa o modelo de mulher que está fora das normas e condutas consideradas da “mulher boa”.

O fato de alguns homens entrevistados citarem as novelas em suas falas chamou a minha atenção no início do trabalho de campo, já que as telenovelas no Brasil, são geralmente associadas ao universo das mulheres. Segundo Ortiz, Borelli e Ramos (1991), as telenovelas foram influenciadas pelos folhetins franceses e radionovelas, estas eram mais ligados aos

assuntos considerados femininos, como amor e família. As mudanças no modelo ficcional nos anos 70 estão ligadas também a adaptações das preferências do público em relação ao gênero e aos poucos, os brasileiros se distanciavam da telenovela idealizada como ‘coisa de mulher’, ideia que havia se firmado com a radionovela. Pesquisas realizadas pela TV Globo assinalam um momento de mudança: com a novela “Irmãos Coragem”, em 1970, desperta no público masculino o interesse em assistir novela.

As representações discursivas e imagéticas do que é feminino e masculino são difundidas pelos meios de comunicação social, de forma a suscitar sentidos e penetrar na subjetividade da linguagem. Os produtos midiáticos como novelas, programas de TV, reportagens e propagandas projetam representações de gênero que são inseridas em um imaginário constituído historicamente, construindo e reiterando papéis femininos e masculinos. Nesse aspecto, Widholzer (2005) ressalta que muitas propagandas esboçam uma agenda pedagógica da publicidade voltada para as mulheres, atuando como dispositivo que fortalece os papéis de homens e mulheres estabelecidos socialmente.

No tocante ao gênero e à conformação do “núcleo familiar”, a publicidade, de um modo geral, baseia-se em velhos mas ainda vigentes padrões da sociedade patriarcal, e assim a imagem de “domesticidade”, ou de “sustentáculo interno da estrutura familiar”, é a que comumente se constrói para a mulher, sendo ela delineada não apenas como consumidora de artigos para o uso pessoal, mas também como a responsável pela compra de produtos para a casa e para os demais membros da família. (WIDHOLZER, 2005, p. 22).

A mídia é um significativo instrumento de orientação e educação do desejo, ela guia e “ajuda” os indivíduos a perceberem o que é desejável, o que pode ser desejado e o que não pode. Esse movimento, que parte das formulações do que é o prazer, a sedução e o desejo em uma dada sociedade, é desenvolvido aos poucos, de maneira que pode parecer de ordem natural. As concepções sobre o que é desejado ou qual é a conduta a ser aceita são estabelecidas com base nas relações de gênero as quais homens e mulheres ocupam posições específicas. Na maioria dos comerciais de cerveja, por exemplo, os homens não são retratados como sedutores, mas sim as mulheres, elas têm o corpo associado à sedução e ao prazer.

Cada vez mais diversos estudos estão sendo desenvolvidos sobre a relação entre mídia e cultura, com o crescimento do alcance dos meios de comunicação na sociedade, os sujeitos passam a valorizar significativamente as imagens, o visual, alertando, assim, para a necessidade de reflexão sobre a influência da mídia na sociedade contemporânea e de interpretação dos significados dos discursos emitidos por tais veículos. Partindo da perspectiva que considera a mídia como uma instituição que exprime e difunde normas sociais em forma de símbolos, podemos dizer que as representações sobre ser mulher e ser homem são transmitidas e

compartilhadas no imaginário social, contribuindo para a perpetuação de modelos de ser mulher relacionados a submissão, seja sexual, laboral ou intelectual ao homem.

As representações são observações e interpretações sobre a realidade que relacionam-se com os comportamentos, práticas e discursos dos indivíduos frente ao seu universo simbólico, produzidas conforme as suas posições sociais. Elas são elaboradas e renovadas à medida que os indivíduos dialogam, argumentam e questionam o seu cotidiano. Mas não podemos restringir a realidade à percepção que os indivíduos têm dela. Essas representações são situadas como realidade por meio da mídia, do Estado, da Escola e de outras instituições sociais. À medida que vinculam condutas, valores e práticas a determinados gêneros, as reproduções midiáticas contribuem com a formulação e disseminação de modelos de feminilidade e masculinidade baseado em relações de poder desiguais. Assim, pensar nos padrões apresentados pelas mídias pode ajudar a desvendar características do meio social em que elas são difundidas.

Usando como objeto de análise as propagandas, Sabat (1999) diz que a publicidade e todo o seu universo de imagens, funciona como um elemento de regulação social que difunde padrões aceitos socialmente. Esses padrões são apreendidos e adotados pelos sujeitos como sua própria representação, de forma a se tornar real para eles, apesar de serem reproduzidos de forma ficcional. Essas representações passam por um movimento de naturalização e são interpretadas como fixas, “algo que sempre existiu e deve existir”, e não suscetíveis de mudanças. Realidade e ficção não só se misturam como são entendidas, muitas vezes, como correspondentes, o que fica claro no discurso de um dos entrevistados:

A gente aprende muito com a televisão, aquela novela, lembra? Que a mulher queria matar o marido... sabe? Não é mentira não. Essa lei ajuda as mulheres, mas também encobre muita coisa. Você acha que não tem mulher batendo em marido não? Mulher que tenta matar o homem? No jornal passou uma mulher que jogou água quente no marido dormindo, pra você ver que não é só em novela que tem essas coisas. Na realidade tem também. (Josué).

As representações apresentadas nas telenovelas reproduzem modelos estabelecidos socialmente, sendo habitual a produção de estereótipos dos padrões masculinos e femininos. Esses estereótipos são exibidos astuciosamente aos sujeitos, os quais não enxergam necessidade de questioná-las, visto que muitas dessas representações se apoiam em senso comum. As representações das vilãs são, comumente, associadas a traços de personalidade específicos, como megera, sensual, dissimulada, imoral. Segundo Lopes (2004), as histórias contadas pela televisão são, a princípio, relevantes pelo seu significado cultural. Como bem o evidencia o

ramo de estudos internacionais, a ficção televisiva conforma e fornece dados preciosos para compreender a cultura e a sociedade em que foi elaborada.

Na pesquisa realizada por Lírian Sifuentes (2009), as entrevistadas ao falarem como a mulher brasileira está representada nas telenovelas mencionaram Maria do Carmo (Susana Vieira) de *Senhora do Destino* (2004), Donatela (Cláudia Raia) de *A Favorita* (2008), Aída (Totia Meirelles) de *Caminho das Índias* (2009), personagens que, para a pesquisadora, têm em comum o “espírito guerreiro”, a persistência e a renúncia, particularidades das mulheres que vivem para cuidar dos outros, buscando dar conta da vida em família como se esse fosse o seu destino natural. Nesse sentido, as protagonistas, as heroínas e “mulheres fortes” assumem papéis femininos tradicionais, seguindo um modelo patriarcal.

Nesse sentido, Claudiano ao ser questionado sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade, explanou em tom de revolta:

Eu acho que as mulheres hoje já são igual aos homens, elas trabalham fora e muitas ganham até mais que os homens. Tem aquela mulher da novela que tá passando agora... esqueci o nome... como é mesmo? Você já deve ter visto essa novela. Não lembra não? Uma que é rica, ela é toda tirada. Eu conheço um monte assim, quer ser mais que os homens...tudo interesseira, só pensa em dinheiro. É por isso que não fica com nenhum homem, fica só pegando um monte. Mas também, quem vai querer uma mulher desse tipo? O homem não pode falar nada, tem até medo. Eu não suporto mulher assim. (Claudiano).

A mídia televisiva, por se fazer presente no cotidiano dos indivíduos, atua na formação e consolidação do senso comum. Portanto, os produtos midiáticos disseminam estilos de vida, emoções, valores, discursos que são adotados e reproduzidos pelas pessoas. Além de veicular discursos, a mídia também reelabora e produz significados sobre eles. As representações das mulheres na mídia, principalmente na TV, associam comportamentos, valores e atitudes a um ou a outro gênero, corroborando na disseminação de modelos de feminilidade e masculinidade, a televisão reforça a ideia de que existem comportamentos a serem seguidos por mulheres e homens. Segundo Bourdieu (1996), a televisão é um grande instrumento de conservação da ordem simbólica, por isso, é pertinente entender quais são as implicações sociais e políticas e como se caracterizam as relações de poder entre os gêneros, para analisar de que forma a mídia apresenta essa ordenação.

Já Hiran afirma que existem mulheres malandras que usam a justiça para enganar. Ao final da entrevista ele lamenta estar passando por uma situação, considerada por ele, vergonhosa. Sua irmã o acusa de agressão física e psicológica contra a mãe, mas ele nega as acusações e, em tom de esperança, desabafa:

Aqui tá faltando um setor de investigação pra ajudar, não só os homens, mas todo mundo... Seria bom para desmascarar as bandidas, as malandras, as estelionatárias,

as mau-caráter... Porque toda hora a gente tá vendo na televisão, mulher querendo ludibriar, enganar. É aquela cara bonita, mas no fundo ela é esse tipo de mulher aí, malandra. Na novela passa direto esse tipo de mulher e é verdade. Tem hora que eu penso que é mentira, nunca imaginei passar por esse tipo de situação. Eu já andei muito com esse caso aqui, moça. Mas Deus sabe o que faz e eles vão ver que tipo de mulher ela é, mentirosa! Você vai ver... (Hiran).

As representações essencialistas apresentadas nas novelas são aceitas pela pessoa como sua própria representação, de modo que se torna real para ela, ainda que seja ficcional. Há uma inclinação à naturalização de eventos, isso significa, aceitá-los como uma coisa que existe e sempre existiu, por isso não podem ser problematizadas nem alteradas. Todas os adjetivos que Hiran atribuiu à sua irmã estão presentes nas vilãs das novelas, confirmando isso ao afirmar que essas mulheres estão representadas nas novelas, que para ele parece ser o retrato fiel da realidade. Mais ao final da entrevista, Hiran cita a vilã Carminha da novela Avenida Brasil e diz que a denunciante se parece com a personagem, afirmando que a exibição da novela contribuiu para que sua irmã desenvolvesse tais características: “ela se aperfeiçoou ainda mais”, “aprimorou a sua malandragem”, nas palavras do entrevistado. Ele afirma que os homens estão com medo das mulheres, pois as mulheres estão cada vez mais “problemáticas”, e cita mais uma vez a personagem de Carminha: “...como essa Carminha armou pro cara, o cara é íntegro, é empresário, comandante, não tem problema nenhum com ninguém...”.

As telenovelas denotam uma abundância de sentidos que são agenciados, apreendidos e reelaborados pelos sujeitos durante o processo de recepção da ficção. Essa recepção dos conteúdos através das novelas se amplia às relações cotidianas que as pessoas mantêm umas com as outras, gerando a difusão das representações exibidas na novela. Dessa forma, a ideia de mulher como essencialmente problemática, má, louca e sedutora é reforçada pelos meios de comunicação de massa, através das telenovelas, vinculando a televisão ao mundo social brasileiro. As telenovelas interferem, de algum modo, na construção das identidades dos indivíduos e, também, na identidade social dos brasileiros.

Além de citar características femininas difundidas nas telenovelas, Hiran ainda cita um caso real, amplamente conhecido pela cobertura jornalística, o caso de Suzane von Richthofen. Suzane planejou, junto com dois amigos, o homicídio de seus pais para ter acesso a sua herança. A mulher citada neste caso, pelo entrevistado, retrata uma pessoa desequilibrada psicologicamente e vingativa, que faz dos homens suas vítimas. As generalizações apresentadas no discurso de Hiran demonstram o poder que as informações televisivas têm na construção do imaginário social e a influência destes veículos de comunicação nas relações sociais dos sujeitos que o assistem. “Se a mulher for maldosa, o homem vai dormir e ela faz a maldade que quer

com ele. Ali Suzane Richthofen que matou o pai dentro de casa, ela tramou tudo, ela é vingativa, ela é desequilibrada.” (Hiran).

A mídia congrega elementos da realidade, mas também pode modificar, reelaborar, e redimensionar essa realidade. Dessa maneira, podemos entender que os discursos da mídia são ideias permeadas por situações reais, que geram bens simbólicos, integram o imaginário e configuram uma série de representações sociais, propagando um discurso dominante, por meio de representações sociais classificatórias e generalizáveis. Como ressaltou Scott (1990), a mídia é um dos canais de difusão das normas e valores sociais e se constitui como um elemento de transmissão das convenções hegemônicas dos gêneros.

Jacson, que já havia chamado a ex-esposa de “maluca”, disse que o motivo do desentendimento entre os dois foi causado por ela, que segundo ele, mentiu e planejou esse caso para prejudicá-lo. Compara a sua ex-esposa à personagem Beatriz, interpretada por Glória Pires na novela Babilônia:

Sabe aquele papel de Glória Pires nessa novela... essa novela Babilônia? Eu nem assisto novela, mas eu vejo de vez em quando, aquela mulher tem um gênio forte, conheço muita mulher assim... Essa é assim, ela já queria me ferrar e fez isso tudo pro povo cair. (Jacson).

A personagem Beatriz, a qual Jacson refere-se, é uma mulher de meia idade, rica, profissionalmente bem-sucedida, sensual, que demonstra desejo sexo e utiliza a sedução para controlar os homens. Ao ser questionado sobre essa personagem interpretada por Glória Pires, ele explica:

... desse jeito, essa pessoa que quer usar o homem, só pensa em dinheiro e não tá nem aí pra nada... parece que não tem sentimento... faz aquele joguinho, conquista a gente e depois dá o bote, depois que a gente vê quem é ela. Arma tudo por trás, não mostra logo quem ela é. Não tô dizendo que são todas não, só que tem mulher que é assim sim! Isso tudo que mostra na televisão é inspirado na vida real, entendeu? (Jacson).

Ao final da sua fala, Jacson justifica a afirmação dizendo que a TV se apoia na vida real. Segundo Funck (2011) na mídia brasileira, principalmente na Rede Globo, homens e mulheres são duas versões contrárias e antagônicas da raça humana. Essas diferenças devem ser continuamente polarizadas e garantidas, a exemplo dos programas da apresentadora Xuxa, dividindo times entre meninos e meninas, ou ainda as entrevistas do programa Fantástico. As desigualdades nas relações de gênero, que legitimam as violências, seguem livremente sendo promovidas pelos dispositivos ideológicos da cultura contemporânea, além da família, escola e igreja, surge um outro instrumento - a mídia.

Outro ponto que merece ser analisado aqui são os discursos dos sujeitos sobre o feminismo, ou melhor, sobre a feminista. Em uma das questões, eu perguntei o que eles

entendiam por feminismo e as falas dos entrevistados indicaram diversas interpretações e críticas ao movimento feminista. Joseph, um homem de 48 anos de idade, expõe em suas falas a defesa pela igualdade entre os sexos, mas deixa claro que existem espaços onde as mulheres “não devem” estar, como em alguns trabalhos historicamente executados por homens. Ao ser questionado sobre o que é feminismo, ele explica de forma enfática que é um movimento egoísta e o atribui características negativas.

Feminismo é como eu tô te falando. Foi a criação da Lei Maria da Penha... Foi um grupo de feministas que fizeram, entendeu? Eu acho que são mulheres que, como eu posso dizer? Eu vou botar elas no grupo das tribos. Assim como tem também o grupo dos homens... do... do... vamos botar machistas, mas tem outro nome. Eu considero uma tribo. Então, eu acho que a sociedade não tem que ficar dividida, nem tem que ser vigiada, nem policiada por esses grupos. Eles têm os objetivos deles, que são egoístas. Eles não estão preocupados com você, nem comigo, nem com minha irmã, eles tão preocupados com eles ali. Com o grupo deles ali. Não tão preocupados com a sociedade, tão preocupados em crescer dentro da sociedade, da forma que eles querem crescer. Da visão que eles querem ter. (Joseph).

De muitas maneiras, o movimento de mulheres que começou nas décadas de 1970 e 1980 transformou as relações sociais entre homens e mulheres. Talvez não com a velocidade que muitas feministas almejavam, mas seguramente mudou a percepção sobre as mulheres e gênero no mundo ocidental. De fato, além de modificar a percepção, transformou a condição de muitas mulheres. Para Bruschini (1994), a mulher vem alcançando e usufruindo da liberdade e tem marcado presença cada vez mais forte nos espaços públicos, isso tem gerado diversas mudanças como a queda da taxa fecundidade, o aumento do número de mulheres nas universidades e no trabalho formal. Portanto, a mulher vem, ao longo dos anos, se afastando da figura passiva que a relaciona como responsável, naturalmente, pelo lar.

O movimento feminista desestruturou a diferença simbólica entre os sexos, uma vez que questionou a ordem social-patriarcal em vigor, combatendo as desigualdades entre mulheres e homens e as noções de masculinidade e feminilidade dominantes. Marson (1995/96) ressalta que foram as feministas, sobretudo as libertárias, que, recusando os padrões de feminilidade, ocuparam lugares antes tidos como exclusivamente masculinos. O trabalho formal, associado à educação das mulheres, assegurava um papel importante: o de possibilitar a libertação feminina, assim a mulher poderia estar livre da dominação masculina (do pai ou do marido que a sustentavam). Dessa forma, a mulher feminista lutando pela igualdade de gêneros começou a ser alvo de diversas críticas por seu comportamento. O fato de começarem a ocupar os mesmos espaços dos homens suscitou julgamentos sobre uma possível masculinização da mulher, tais críticas têm a finalidade de deslegitimar as conquistas femininas e resistir às transformações sociais alcançadas pelo movimento de mulheres.



Van Zoonen (1992) observou como os jornais na Holanda discutiram os movimentos de mulheres, entre 1968 e 1973, e encontrou discursos contrários às lutas feministas da época. Segundo a autora, era abordado o feminismo como ilegítimo; as feministas como vulgares e não representativas das mulheres; e o movimento feminista como “anti-homens”. Defendendo que esse discurso não está presente apenas na Holanda, Van Zoonen concluiu que: “a identidade pública do movimento de mulheres é produto não só de uma colisão de discursos do gênero e discursos políticos, mas também de rotinas organizacionais conflitantes entre o movimento e a mídia de preferências individuais conflitantes de jornalistas e ativistas” (VAN ZOONEN, 1992, p. 454).

Durante a realização das entrevistas, percebi diferentes críticas aos avanços alcançados pelas mulheres e falas acentuadas contra o feminismo. Tal discurso explicitado pelos homens não é simplesmente uma fala individualizada, é compartilhada e reforçada pelas mais diferentes instituições em nossa sociedade. Josué, ao ser questionado sobre o que é feminismo, deixa claro a visão reiterada pelos críticos desse movimento, a imagem da mulher feminista como aquela que quer ocupar o lugar do homem. Josué responde à pergunta de forma descontraída, rindo das feministas enquanto tece seu argumento.

Feminismo é que quer ser igual aos homens. É... mulheres que querem ficar no lugar do homem, essas mulher que tão tudo... tudo pode, o homem que tá errado, o homem que aceitar esse tipo de mulher, assim eu não gosto não... Mulher que quer ter atitudes de homem, que não condiz com o tipo dela, entendeu? Esse tipo de mulher que se junta pra falar mal de homem e acaba fazendo a mesma coisa que ele faz, elas são tão inteligente que fala mal da coisa e quer ser aquilo. Se for isso que eu tô aqui pensando... é isso. (Josué).

Josué, assim como os demais entrevistados, apresenta um discurso antifeminista. Ao elaborar seu discurso sobre o feminismo, grande parte dos homens utilizou mecanismos de reação às mulheres consideradas feministas, atribuindo ao movimento um caráter negativo. Argumentos parecidos foram analisados por Susan Faludi nos anos 1980, presentes principalmente na mídia. Ao elaborar seu estudo, Faludi (2001) percebeu um fenômeno pouco notado de reação ao feminismo, ela o denominou de “*backlash*”, que é o discurso forjado em ideias conservadoras e mitos sobre a condição feminina, a fim de barrar as crescentes mudanças na sociedade, advindas do movimento feminista. Frases como “As mulheres chegaram lá”; “As mulheres receberam os seus papéis de cidadania plena”; “A luta pelos direitos femininos foi vencida”; “Você pode ser livre e igual o quanto quiser, mas nunca se sentiu tão infeliz” eram disseminadas e buscavam convencer as mulheres de que os seus sentimentos negativos eram fruto do feminismo, do “excesso de independência e de igualdade”, com o objetivo de enfraquecer o prosseguimento da luta pelos direitos das mulheres (FALUDI, 2001, p. 9).

Muitas falas relativas às conquistas das mulheres em nossa sociedade, recentemente, assemelham-se aos discursos percebidos por Faludi e conhecidos como *backlash*. Essas formas contemporâneas de *backlash* são repetidas diariamente por homens e mulheres, nas escolas, família, TV, na igreja, nas mais diversas instâncias. As frases registradas por Faludi (2001) ainda são ouvidas atualmente – como “as mulheres estão tomando conta de tudo” –, que é, para a autora “o mesmo refrão que muitas mulheres trabalhadoras costumam ouvir dos seus colegas homens – depois que uma ou duas mulheres são promovidas na empresa, embora a alta diretoria continue sendo maciçamente masculina” (FALUDI, 2001, p. 82).

Outros entrevistados expuseram seus discursos antifeministas, forjados na ideia de que as feministas são “exageradas” e “veem problema onde não existe”.

É aquelas mulheres que... é... não deveria ter essas coisa, quanto mais o povo coloca nome, mais aparece coisa. As vezes elas veem coisa onde não tem... Assim... Se tiver um homem no ônibus, por exemplo, o homem encostar sem querer na mulher, elas já ficam falando que ele fez isso e aquilo... Coisa da cabeça delas mesmo, entendeu? Essa palavra não deveria ser usada, fica procurando o que reclamar... deveria mostrar é que não tem diferentes, somos todos iguais. Acho que muitas se sentem superiores aos homens. Eu não sei se essa lei ajuda... acho que tá sendo pior, agora elas tão mais ousada, ficam atrevidas! Se beber então... fica insuportável, mulher bêbada é insuportável, acha que é a dona do mundo. (Claudio).

Eu já ouvi assim... feminismo não é aquela coisa de... tipo assim, uma mulher que quer ocupar o lugar do homem, quer fazer tudo, quer mandar, quer fazer e acontecer? Eu vejo dizer isso. Essas mulher braba que tem por aí. Eu acho que tem muita mulher que exagera, que é muito assim... muito controladora, que não respeita a natureza da mulher. É isso. (Adão).

[Feministas] são mulheres que fazem passeatas, fazem protesto pra mudar as coisas que elas acham que tá errado. É um grupo de mulheres... Eu acho assim, deveria ter um grupo de mulheres pra buscar essas melhorias, mas não precisava ficar fazendo protesto, nem ser contra os homens. Tem homem que quer ajudar, que entende. Elas criticam os homens e ficam fazendo igual, exclui os homens e só pensa nelas, aí eu acho errado. Eu acho que as mulheres têm que lutar, sem tanto radicalismo, sem tanta coisa... As vezes elas querem mudar tanta coisa que fica sem sentido aquilo ali. Eu vi uma postagem noutro dia... era de um grupo de feminista... era dizendo que mulher tinha que abortar, que tinha que dar pra quem quer, coisas desse tipo que eu acho muito... sei lá... promíscuo, não sei se é essa a palavra... muito exagerado. (Antony).

Não ficaram no passado esses discursos de reação ao feminismo, movimento que é continuamente vigiado e contestado. Tais discursos estão presentes nas mais diversas linguagens, o “contra-feminismo” é sustentado por um conservadorismo ideológico e político e por uma visão individualista, disseminados principalmente pela mídia, alimentando a ideia implícita de que as mulheres (feministas) desejam se sobrepor aos homens.

Eu ouço falar que [feminista] é esse tipo de mulher... mulher que parece que quer se vingar de homem. Esse povo que criou essa lei aqui... esse grupo de mulher daqui é tudo assim, tudo não, mas a maioria. Eu acho que se não pode o homem ser mais que a mulher, a mulher não pode querer isso também, vai cometer o mesmo erro. (Adão).

As mulheres estão se achando, não igual aos homens, mas superiores a eles. Acham que podem agir de forma promíscua ou de qualquer forma, sem respeitar a família ou as crianças... E que o homem deve aceitar porque é tendência mundial! Eu não acredito que seja mundial, eu conheço outros países, Uruguai, Argentina, Paraguai, Portugal, Espanha, os outros países não são assim... E no Brasil tem essa tendência por conta da mídia também que influencia, por conta de leis que protegem a mulher, mesmo que elas estejam equivocadas, como essa lei Maria da Penha, e não dá voz pros homens se defenderem amplamente.” (Genival).

Genival, após relatar suas qualidades como pai e homem “de bem”, falou sobre o movimento feminista europeu e contou que havia lido sobre a história do feminismo. Disse apoiar a luta das mulheres e destaca a importância histórica desse movimento para a sociedade, como a conquista do voto e o direito ao trabalho para as mulheres. “Acho que o feminismo é importante no sentido de buscar igualdade, mas não supremacia feminina ante o macho... Não pode buscar supremacia feminina, mas a igualdade” (Genival). Ele deixa claro que compartilha o discurso do *backlash*, que define o feminismo como um movimento contrário aos homens.

Feminismo... é da mulher querer ser homem... às vezes, por causa da lei, as mulheres se tornam mais machões. Elas querem tomar o lugar do homem. Então, elas podem bater, podem fazer, tem a lei delas pra defender...Pode falar o que quiser... Acontece muito... mulher que quer sair de herói mesmo. É isso. (Isaac).

Isaac sustenta o argumento de que as mulheres já têm poder demais e estão buscando a hegemonia feminina. Além dele, Celso e Túlio também apresentaram falas nesse sentido: “feminismo pelo que eu sei é a mulher querer ser mais que tudo, mais que todas, mais que os homens” (Celso); “Eu creio que seja um machismo ao contrário, né? Uma mulher hoje, ela é muito eu! ela é - eu sou, eu tenho, eu quero, eu faço. Tipo, o homem tem que tá sempre tendo que aceitar. Não tem mais saída... A mulher hoje impõe muitas coisas” (Túlio). Tais falas reforçam a resistência masculina em aceitar a insubmissão das mulheres, visto que perturba a ordem tradicional dos gêneros.

Os discursos disseminados pelos contrários ao feminismo revelam a tentativa de reforçar os lugares sociais de homens e mulheres, apresentando justificativas contra as novas demandas do movimento feminista. Defendem que as mulheres podem ocupar alguns espaços, mas outros são “naturalmente” masculinos. Este discurso se desdobra revelando que as mulheres já conseguiram tudo e são “supermulheres”, expressando a ideia de que esgotaram-se as reivindicações, pois as mulheres já alcançaram vários postos como executivas e chefes de grandes corporações e são também mães e esposas exemplares. Porém, se as mulheres estão cansadas, infelizes ou aflitas, dentro deste discurso construído contra o feminismo, seria então porque estão descontentes com as conquistas adquiridas no espaço público, uma vez que não eliminaram as obrigações domésticas, gerando, assim, um acúmulo de tarefas.

A resistência à independência das mulheres não deixou de existir na sociedade, seja sutilmente, seja explicitamente como já assinalou Faludi (2001):

Se o medo e a intolerância em relação ao feminismo são uma espécie de condição viral na nossa cultura, isto não quer dizer que eles sempre se manifestem em sua fase aguda; os sintomas permanecem e periodicamente voltam à tona (Faludi, 2001, p. 18).

Apesar da possibilidade de igualdade parecer instituir uma “ameaça” à conservação da ordem hegemônica, Faludi (2001) diz que o movimento feminista reivindica que as mulheres não sejam impelidas a ‘escolher’ entre mundo público e felicidade privada, busca a liberdade das mulheres, para que possam decidir sobre suas próprias vidas. Dessa maneira, ao criticar os mitos divulgados pela mídia, a autora comenta que o que gerou infelicidade nas mulheres, nestes anos, não foi a igualdade – da qual elas ainda não gozam –, mas sim a pressão cada vez maior para deter, e até reverter, a busca feminina pela igualdade. Há a disseminação de representações distorcidas sobre o feminismo e, sobretudo, sobre as feministas. “Vendem” ao senso comum a ideia de que o feminismo é igual ao machismo invertido, projetando implicitamente o movimento como um inimigo das mulheres, reforçando “uma luta contra a igualdade da mulher, desviando ao mesmo tempo a atenção do papel central do *backlash* e angariando recrutas para que lutem contra sua própria causa” (FALUDI, 2001, p. 18).

Para Clériston, as feministas são mulheres “radicais” e afirma, ao longo da entrevista, que acha o movimento desnecessário atualmente. Ele comenta a questão com um sorriso, como se estivéssemos falando sobre um assunto engraçado, e após verificar que não havia mais ninguém escutando, começa a falar sobre o movimento que considera “doido”.

Eu acho que seria bom se não fosse tão radical, tão doido. Essas feministas dizem que não precisam de homem, quero ver se elas não vão precisar nunca...É muito radical, muito... exclui quem não pensa igual. Eu defendo as mulheres, apoio, mas acho que não precisa disso pra tentar mudar as coisas... (Clériston).

Outro ponto a ser observado é a corrente ideia de que as mulheres já conquistaram espaço e eliminaram as desigualdades entre os sexos, falas como “o mundo mudou”, “hoje não existe mais diferença” são reforçadas pelos meios de comunicação e difundidas pelos indivíduos. Os homens entrevistados afirmaram serem defensores da igualdade entre os sexos e consideraram desnecessárias as reivindicações feministas nos dias de hoje, pois essas diferenças já foram eliminadas, segundo eles. Neste sentido, Faludi (2001) ressaltou que a propaganda, ao utilizar frases como “você já foi longe, menina”, “as mulheres é que mandam”, fomenta a “pseudo-emancipação das mulheres”, utilizando a liberdade de consumo “sob o disfarce de verdadeira autonomia”. Assim, homens e mulheres difundem a ideia de emancipação feminina como objetivo já alcançado, desta forma, deslegitimam a disputas do movimento feminista contemporâneo.

Eu acredito que seja um grupo de mulheres que se juntam pra lutar pelo que elas acreditam, querendo mais coisas, pede igualdade... mas acho que é uma coisa que não contribui muito, se todos temos direitos iguais para que ter isso? Temos que lutar por direitos iguais pra todos e não só de um grupo. Pra mim todo mundo é igual independe de cor de pele, de sexo, de tudo, todo mundo tem sangue na veia, todo mundo é igual... (Anísio).

Então, eu vejo as meninas lá falando, são tudo retada. Eu não gosto muito de algumas coisas, eu sei que o feminismo é assim, uma... esqueci a palavra... é como se fosse uma causa que elas defendem. As mulheres querem assim, eu entendo que elas querem ser iguais aos homens, que querem fazer o que querem, que ninguém manda nelas, essas coisas... eu não sou contra, eu acho que a mulher tem que buscar o melhor mesmo. Eu só acho que as vezes essas meninas exageram, falam muita coisa sem sentido, fica brigando por causa de besteira. É... eu não vou dizer que sou contra, mas eu acho que é muito radical, se elas não gostam dos homens, porque elas ficam querendo estar no lugar do homem? Eu acho bom, mas acho que já tá perdendo o sentido, já quer coisa que não tem nada a ver... (Rui).

Todos os homens entrevistados afirmaram que não há mais desigualdades de poder entre homens e mulheres. Para eles, os homens não ocupam mais os espaços de poder, o cenário está equilibrado. Apesar de afirmarem que não há desigualdades, em seus discursos deixaram claro que existem tarefas consideradas mais femininas e outras masculinas, existem trabalhos, comportamentos e posições sociais mais propícios a serem ocupados por mulheres.

Antes tinha, hoje já acabou. Mulher tá tudo em cima... Eu digo que o papel da mulher, as coisas de casa, coisa de cozinha, o homem já tá ajudando, já tá fazendo também... mas eu acho que tem coisa que não dá pra mudar assim. Mulher é mulher e homem é homem, cada um tem um jeito diferente. (Anísio).

Não... eu acho que isso depende de cada pessoa, não importa se é homem ou mulher. O povo tá com mania de dizer que tudo agora é preconceito, que tudo é discriminação, eu acho que depende... as vezes é, mas as vezes não é. Eu vejo tanta mulher trabalhando, tanta mulher fazendo tudo aí... tudo que um homem faz, a mulher faz hoje. É claro que, dentro de casa a mulher trabalha mais, ela gosta mais de fazer essas coisas de casa, já o homem é diferente... É tipo assim... trabalho em construção mesmo, isso é mais de homem, trabalho pesado. Você pode ver que esse tipo de trabalho tem mais homem... é do jeito mesmo do homem... (Genival).

O serviço militar mesmo, eu falo da minha área, vou falar do que eu conheço, como eu sou militar... é... implantaram hoje, as mulheres entraram pras forças armadas, entendeu? Então, eu faço um serviço que é um pouco cansativo, não só psicologicamente, como fisicamente. Então quando você tá numa área, que você tá ali no recrutamento, que você fica correndo com fuzil, subindo e descendo, como você tem mulheres no grupo você vê que o desempenho não é o mesmo... O povo diz que a mulher pode tudo, veja bem... acho que ela pode tudo, mas tudo dentro da sua limitação. (Joseph).

A conquista das mulheres pelo espaço público e principalmente pelo trabalho formal, é sublinhado pelos sujeitos como o marco da igualdade entre os sexos. Apesar das mulheres terem ocupados cargos importantes, como a presidência de grandes organizações e até mesmo do país, é importante destacar que a distinção salarial e as desigualdades entre a participação de homens e mulheres nos cargos de chefia e nos empregos mais bem remunerados, são comprovadas

estatisticamente e as segregações ocupacionais continuam até hoje. Ao ser questionado sobre as diferenças entre homens e mulheres, Anísio defende que estas não mais existem e destaca a Presidenta Dilma como exemplo de igualdade.

Não. Isso já acabou. Vejo é muita mulher mandando ver aí, trabalhando duro. Vejo mulher chefe, mulher dirigindo carro, mulher fazendo tudo igual. Eu acho que se tem homem à frente da mulher não é por ele ser homem, poderia ser mulher, homem, qualquer pessoa, a inteligência da pessoa é que vai dizer. A minha resposta é não. Dilma tá aí pra provar! (Anísio).

Isaac também ressalta a figura da Presidenta para justificar que não existem desigualdades entre homens e mulheres, que as conquistas se devem ao mérito pessoal indiferente ao sexo.

Se eu tenho a capacidade maior do que você, então eu tenho que subir. Se você tem mais do que eu, é o seu direito. Então eu não acho que tem isso não... Eu acho que tá tudo igual. Você tá vendo aí... Dilma tá onde? Dilma é presidente do Brasil. Então eu acho que tá tudo igual. Só não tá igual uma coisa, é que a lei tá mais do lado da mulher. (Isaac).

Rui também argumenta que não há diferenças, para ele as mulheres não estão nos espaços de poder por não sentir vontade de ocupar tais espaços. Ele também cita Dilma como exemplo de poder feminino: “A gente tá vendo Dilma aí que é presidente do país... conheço várias mulheres que são bem-sucedidas, eu acho que tem muita mulher hoje já, mas eu acho que ainda falta um pouco de vontade das mulheres, sabe?” (Rui). Neste sentido, Jacson também afirma:

Como eu lhe falei, as mulheres tão no mesmo nível do homem. Hoje a gente vê tanta mulher mandando e desmandando, mulher que faz até medo falar de tão braba que é. A gente vê aí... mulher presidente, mulher dirigindo caminhão, no lugar do homem, fazendo coisa que antes a gente só via homem, você tá me entendendo? (Jacson).

A primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff, representa uma mudança na ordem tradicional da política e dos espaços de poder. O que se pode notar é a falta de exercício político e participação das mulheres em cargos de poder, o que torna o homem o principal protagonista na arena política brasileira. Essa dicotomia tem sua base nos aspectos culturais, enquanto as mulheres não são educadas para ocupar espaços de poder, e, sim para se manter em espaços privados, os homens disputam tais lugares. Dessa forma, o fato do presidente do Brasil ser uma mulher, causa um incômodo nos sujeitos que consideram a conquista do poder político como uma prerrogativa do homem, pois as mulheres têm a responsabilidade de zelar dos filhos e do lar.

Dessa maneira, mesmo admitindo que as mulheres hoje ocupam espaços antes destinados apenas aos homens, os entrevistados defendem uma visão baseada em diferenças inatas ao fato de ser mulher ou homem, não reconhecendo as desigualdades de gênero ainda latentes em nossa sociedade. Representações sobre como uma mulher deve se comportar, quais espaços elas devem se fazer presentes ou as características “naturalmente” femininas são apresentadas pela mídia, sobretudo pela televisão. A mulher e o universo feminino são representadas na sociedade por meio de estereótipos correspondentes aos moldes patriarcais, sendo, muitas vezes, objetificadas e associadas ao pecado, à imoralidade, à sedução ou consideradas submissas, dentre outros atributos que lhes são conferidos, geralmente preenchendo um papel de negatividade perante o sexo masculino.

Portanto, os homens entrevistados que citaram como exemplos representações de mulheres na TV, compartilham os símbolos e práticas discursivas hegemônicas. Segundo Butler (2003), as mulheres que antes eram representadas (ou mal representadas) apenas pelo outro, passam agora a serem representadas por elas mesmas, isso desperta uma reação nos sujeitos que até então dominavam o discurso tradicional. Os homens ouvidos reforçaram a ideia de que “tudo é culpa do feminismo”, exercendo uma forma de *backlash*, sendo este um fenômeno que promove uma reação muito sutil às conquistas das mulheres e que tem como objetivo manter ou reestabelecer a ordem conservadora, e “não foi deflagrado pelo fato de as mulheres terem conseguido uma igualdade plena, mas pela mera possibilidade de elas conseguirem atingi-la” (FALUDI, 2001, p.19).

### 5.3 Significados do ser homem e macho

Neste trabalho, não parto do pressuposto de que a construção de um imaginário masculino seja atemporal e universal, o ponto de partida é perceber sensivelmente como esses padrões, guiados pela dicotomia ser homem, ser mulher, contribuem para a violência simbólica e física. A construção sociocultural do que é ser homem e do que é ser mulher influencia na vida de ambos, assim, esta análise se ancora na constatação de Medrado e Lyra (2008), de que, apesar de ter havido certa ampliação dos estudos acerca das modalidades subjetivas masculinas na contemporaneidade, eles ainda são de caráter restrito.

A partir dos questionamentos sobre o que é ser homem e o que é ser macho, foi possível notar como os sujeitos entrevistados elaboram seus discursos sobre si mesmos, alertando para falas em comum entre os interlocutores. Antes mesmo, é preciso deixar claro que a multiplicidade de contextos sociais e culturais se reflete também nas diferentes maneiras de

como homens e mulheres vivenciam a masculinidade, diferentes masculinidades coexistem . Todavia, Connell (1997) ressalta que é plausível destacar o que chamou de “masculinidade hegemônica”, reportando-se à conformação de masculinidade predominante, tradicional, prevalente em um determinado contexto cultural e histórico.

Gomes, Rabello e Nascimento (2010) alertam que a construção da masculinidade, a partir da dimensão hegemônica, penetra no imaginário social, diz respeito à uma concepção de oposição ao feminino. Entretanto, o masculino, assim como o feminino, deve ser considerado como uma categoria que não se reduz ao corpo e aos traços de distinção do sexo, são práticas discursivas organizadas socialmente.

Ao falarem sobre o que é ser macho, os sujeitos da pesquisa apresentaram um discurso que associa o macho à virilidade, ao falo e às características consideradas inatas ao sexo. Compartilham da ideia que confere à mulher, baseada em uma concepção religiosa e culturalmente enraizada, o dever da castidade e da autopreservação associada a pureza e ao pudor, de maneira que, as que não seguem tal padrão são apelidadas de “vagabunda”. A respeito disso, eles explicitaram as exigências de comprovação da virilidade através do desempenho quase obrigatório de um sujeito ativo, viril, que está sempre disponível e disposto a desempenhar a função de “macho”.

Ao ser questionado sobre o que é ser macho, Rui disse que essa pergunta era muito complicada e que ele precisava refletir por um tempo. Após alguns minutos, ele começou a rir de forma contida, como se estivesse com vergonha de responder, e comentou:

Ser macho... poxa... um homem pra ser macho tem que saber fazer uma mulher feliz na cama, desculpa se eu te desrespeitei. [...] Eu acho que é aquele homem que faz e acontece, que faz o que eu disse, sabe fazer aquilo. Porque o homem tem um órgão que é fisicamente feito pra isso, ele é como se fosse um instinto de sobrevivência. Se um homem vê uma mulher bonita e ela quer, ele vai lá e faz. Agora, aqueles homens magrelos, muito delicadinho, mulher não gosta. Tem homem que se diz homem, que na hora da coisa ficar séria, corre, isso é postura de um homem? Não é... (Rui).

Ao longo dos anos foi sendo engendrada a cobrança pela virilidade a estes homens a partir de suas masculinidades, esse fenômeno motiva a iniciação sexual precoce e a busca pela prática de “fazer” filhos, ligada a consolidação da noção de que o homem tem que ser viril, evidenciando esses traços por meio da sexualidade e do adestramento dos seus corpos.

A educação do macho pode ser evidenciada na iniciação sexual ainda em tenra idade, representando a passagem do menino para a fase adulta, tornando-o um “macho”. Mesmo com a imposição desse comportamento, a legitimidade masculina se vale de diversas marcas sociais, como a socialização dos jovens homens no mundo público e no exercício do comando, fazendo-se obedecer por meio do uso da ordem e da autoridade masculina.



O reconhecimento da masculinidade, tradicionalmente, está ligado à necessidade do indivíduo de sentir e agir como homem, o que provoca uma série de esforços específicos, que inclui a contenção das emoções e das expressões corporais. Esse padrão foi notado durante as entrevistas, o corpo enrijecido, a maneira de sentar e falar e o controle das emoções, quando e eles não conseguiam manter essa conduta, buscavam policiar seus atos. Em algumas entrevistas, os homens emocionaram-se ao falar dos filhos, da família, da condição financeira, alguns choraram e desculparam-se pelo comportamento, tentaram esconder o rosto ou mesmo interromper a entrevista.

O gestual masculino, por exemplo, deve ser ajustado a parâmetros preestabelecidos, pois, para conceber o que se considera um “homem de verdade”, é necessário certificar que ele seja “macho”. Homem não deve chorar, não deve falar baixo, não deve agir como “mulherzinha”, essas obrigações indicam que a virilidade é um atributo reservado aos homens, e essas características não são inatas, precisam ser aprendidas.

Olha... eu acho que nem todo homem é macho. Macho é aquele homem que cumpre com sua obrigação, aquela parte mais do... tipo mais da relação sexual mesmo. O macho tem aquele instinto de macho, aquela coisa de animal mesmo, de ser rígido, ser mais bruto. (Celso).

Macho... é assim... qualquer um homem é macho, agora, pra cumprir não é qualquer um. [...] Quando o cara fala que é macho, o cara quer ser o maioral, melhor que todos os homens, mas o macho não é isso. Macho é saber proteger o que é seu, é cuidar do que é seu. É saber satisfazer a mulher também, na hora do vamo ver. Não é ser melhor que todo mundo, é cuidar do que é seu. (Adolfo).

Ah... ser macho é ser forte, querer mostrar que é mais forte que os outros. Mostrar que consegue fazer as coisas... querer se orgulhar do desempenho sexual, dizer que é bom de cama, que faz mesmo... é aquele lado mais da natureza, do corpo do homem... porque o macho foi feito pra completar a fêmea, assim Deus criou a natureza das coisas. Os bichos são assim, o leão tem que mostrar que é mais forte que os outros, que a juba dele é mais bonita, nós somos seres da natureza também... (Antony).

As falas destacadas acima reforçam o modelo de masculinidade hegemônica difundido em nossa sociedade, o qual preza pelo homem viril, macho, forte e inflexível, diferente da mulher frágil, afetuosa e submissa. O discurso preeminente sobre como ser masculino e feminino propicia a subordinação da mulher e a desvalorização do universo feminino. Essa visão é fruto da sociedade patriarcal, onde o trabalho doméstico, de domínio privado, é tarefa prioritariamente feminina e já naturalizada. Nesse contexto, o prazer sexual é um privilégio dos homens e o corpo das mulheres é propriedade do homem, à mulher cabe procriar filhos e cuidar da família.

A naturalização do comportamento dito masculino é atribuída às diferenças corporais, ao órgão genital e aos hormônios presentes nos homens, é dessa forma que os entrevistados

pensam e justificam suas ações. Para Anísio, ser macho é não ser fêmea e “nascer com um pênis”, Hiran diz que ser macho é “é ser cumpridor dos seus deveres, como namorado ou como marido, né? É ter o organismo do homem, ter o “órgão sexual do homem”, é a natureza.”. Para eles, as características comportamentais estão diretamente ligadas ao fato de os homens nascerem com um pênis, isso implica determinadas obrigações e deveres. A respeito da supervalorização do falo na construção do ser macho, Nolasco (1993) ressalta que o autocontrole é avesso ao autoconhecimento, e produz no homem o desconhecimento de si mesmo, conferindo ao pênis o encargo pela satisfação sexual. Por conta disso, são frequentes as obsessões com o tamanho do órgão sexual masculino, assim como com a quantidade de ereções.

Macho é... ser valente, ser aquele cara que não tá nem aí pra nada, ele quer e ele consegue. Um cara que não é covarde, acomodado... tem que fazer valer o seu grupo que nasceu, o macho tem o faro, ele já nasce com aquele jeito... mas tem uns que não gostam muito não, não quer ser macho mais não... Não aguenta a pressão (riso). (Josué)

O modelo tradicional de homem valoriza além de virilidade, a frieza, altivez, poder, força, traços que representam superioridade física e intelectual. No mundo Ocidental, mesmo nos países que reconhecem os direitos iguais para homens e mulheres, permanecem as desigualdades entre os sexos. Badinter (1993) afirma que, não só o modelo de oposição, mas o modelo de igualdade entre os gêneros, onde a mulher é igual ao homem, acaba reafirmando a superioridade masculina, já que o homem é sempre referência. No regime patriarcal, a posição das mulheres é, majoritariamente, uma condição subordinada aos homens. A autora ressalta que ser homem e ser mulher é mais uma classificação social, que considera o homem como o ser perfeito, modelo cuja a mulher (ser menos perfeito) deve sempre ser comparada.

Na fala de Adão o órgão genital masculino é exaltado e as características do macho são fundamentadas em aspectos biologizantes, no sentido de o homem seguir um instinto próprio da sua natureza.

Na hora assim... na hora de fazer o que é o papel do homem, o papel de macho, da natureza do homem... você sabe que qualquer ser humano tem uma natureza, tem um organismo, se o homem tem a natureza dele, igual a um bicho, igual a um cachorro, um gato, ele quer reproduzir, ele tem desejo sexual. Um homem também tem seu instinto, tem sua natureza. Até o órgão do homem é feito pra ser perfeito, pra fazer tudo na hora certa... Um homem tem desejo. (Adão).

Há o reconhecimento de tais condutas, justificadas por um processo de naturalização dos comportamentos, consideradas como fixas e inelutáveis. Badinter (1993) ao considerar esse padrão de gênero como “fonte de alienação para os homens e de desentendimento com as mulheres”, chama a atenção para os questionamentos e reflexões, que têm surgido nos últimos

anos, sobre esses modelos. A partir destas reflexões é possível adaptar a notável afirmação de Simone de Beauvoir para fazer referência a compreensão que hoje se tem da masculinidade: “O homem não nasce homem, ele se torna”. Se a conduta dos homens não é um dado simplesmente biológico, pode ser socialmente reestruturado, de maneira que a biologia não seja aceita como um destino inabalável.

Entretanto, se este padrão assegura maior poder aos homens, não são todos eles que adotam de forma pacífica, sem questionamentos estas “exigências”. Assim, é preciso levar em conta a existência simultânea do padrão tradicional masculino de “macho”, agressivo e dominador, e novas formas de masculinidades reguladas pela sensibilidade, cooperação e afeto. Porém, apesar de serem reais estas novas representações de homem, que fogem dos padrões patriarcais, a classificação feminino e masculino ainda orienta a percepção sobre as relações de gênero (NOLASCO, 1993). Portanto, a concepção de um homem que vive uma nova masculinidade, longe das exigências de coragem e virilidade, não denota uma total transformação nos papéis de gênero onde os homens passam a ser afetuosos e solidários.

Joseph apesar de não fugir dos padrões tradicionais de masculinidade, refuta a valorização da virilidade do macho e a substitui por outros atributos que o tornam homem.

Acho que ser macho não é você tá com sua namorada, sua esposa e ter várias ações com ela na relação sexual. Ser macho é você ser protetor, estar sempre procurando sua família, é querer sempre proteger sua família. Ser macho é ser um bom líder. Saber orientar sua família. (Joseph).

Isaac questiona o comportamento esperado do macho e demonstra insatisfação com tais exigências, afirmando que esse tipo de comportamento não se adequa às transformações da sociedade contemporânea.

Ser macho pra mim é um idiota. Você ser melhor que o outro, mostrar que é o bom, que é o forte, que isso e aquilo... Todos nós somos iguais, não tem que ter essa besteira. Isso é coisa de antigamente, de 1500. Mostrar que manda no pedaço, que manda na mulher... e isso já mudou, a lei já mudou isso aí...mudou pra melhor pra mulher. É uma coisa que não funciona, principalmente com a lei agora, ser o machão não dá mais certo. Só porque tem um órgão sexual lá, né? Desculpa o palavreado... não adianta ter um negócio e querer ser o melhor, melhor que os outros homens, mandar nas mulheres... (Isaac).

O masculino como modelo vem sofrendo diversas alterações ao longo do tempo, suscitando questionamentos quanto ao habitual “poder do macho”. Contudo, à medida que grande parte continua a cumprir os padrões tradicionais de masculinidade, tais transformações ainda são vivenciadas por um grupo restrito de homens. O que está sempre em jogo é um padrão de masculinidade: um aglomerado de concepções dominantes sobre normas sociais masculinas, referentes ao homem branco e burguês como o modelo exemplar, e as masculinidades marginalizadas, ao fugirem dos padrões tradicionais não são consideradas masculinidade. Logo,

há um modelo hegemônico de masculinidade e seguiu-lo demanda, do homem, moldar-se aos princípios normativos estabelecidas socialmente.

Ao serem questionados sobre o que é ser macho, traços como valentia, força e características relacionadas ao desempenho sexual como possuir pênis e ser viril, predominaram nas respostas dos entrevistados. Já ao serem perguntados: “o que é ser homem?” as respostas dos entrevistados indicaram outros atributos também pertinentes na compreensão da masculinidade.

Ser homem é ser trabalhador, é cuidar da sua prole, da sua família... é ser homem mesmo. Honesto, trabalhador, ter responsabilidade, ter palavra de homem, não ser covarde. Homem tem que ir à luta, não pode fraquejar. Se a família perde o chefe, se o homem fica doente ou fica fora, tudo muda. Tudo fica estranho, a família perde aquela unidade, perde aquela força, aquela força que sustenta. (Anísio).

E se o homem não tiver cumprindo seu papel de pai de família, o negócio fica mais complicado. A mulher que trabalhar, quer fazer a vida dela fora da casa, mas quando tem uma conta pra pagar... quem paga? Quem paga é o homem. Eu já fiquei desempregado, é duro. [...] Ser homem é ser batalhador, correr atrás dos seus objetivos, lutar. Ser honesto, acima de tudo... Não ser egoísta, buscar sempre tá do lado da família... ser homem pra mim é isso. (Antony).

A categoria trabalho que surge com destaque nas falas, mostra que responsabilidade se associa fortemente a essa questão, e segundo os entrevistados, tanto no sentido da posse de um trabalho, de um emprego, quanto no sentido de cumprir suas obrigações dentro do trabalho que realiza. O trabalho é parte importante do modelo de masculinidade que se apresenta aqui, assim vale ressaltar que junto com a questão da proteção à família, que também aparece nas falas, o trabalho se liga a uma das características mais exaltadas de modelos de masculinidades tradicionais: a do homem como provedor.

Com as transformações do mundo do trabalho, a inserção das mulheres no emprego formal, os homens passam a ressignificar a divisão do trabalho. Para alguns entrevistados, é como se a dificuldade atual em se conseguir um emprego, valorizado em termos masculinos forçasse os homens a essa ressignificação, tendo como alternativa o sofrimento decorrente de sua culpabilização pessoal pela “falha” em conseguir um emprego. Essa cobrança sobre si próprio parece gerar desconforto e motivar reações de conflito quando esse papel tradicional não é cumprido, ou quando a esposa trabalha para prover financeiramente a família, como é possível notar na fala de Josué.

Homem tem que fazer o papel dele, proteger, se precisar lutar pra defender o que é seu... sua família, suas coisas... manter sua honra, sua dignidade. Pra mim homem é isso, homem que é homem dá um jeito de conseguir o que quer, não é esses gigolô preguiçoso que fica se aproveitando das mulheres. (Josué).

A masculinidade segue padrões fixos e determinados do comportamento e, assim, dos significados do que é “ser homem” para a sociedade ocidental moderna. O percurso das masculinidades vem acompanhado por signos e símbolos construídos socioculturalmente, que vêm determinando o que é ser homem e o que é ser mulher e afetando a vida dos sujeitos. A exemplo de práticas valorizadas no modelo hegemônico de masculinidade, há as práticas corporais institucionalizadas, que ofereceram para os homens como poucas outras atividades, a alternativa de exercitarem, simultaneamente, o autocontrole corporal e a demonstração pública de desempenho, resultados de um processo de disciplina e de submissão a condições de privação, que estabelece não só parâmetros de diferença com as mulheres, como também de: “Não é somente no contraste com o corpo feminino que a masculinidade é elaborada, mas no contraste com os outros homens, outros corpos, a partir de parâmetros tidos (e negociados) como masculinos” (MELO, 2013, p.130).

A compreensão sobre o que é ser homem para os entrevistados está ligada às características como ser honesto, ter um trabalho e proteger a sua família, aspectos que constituem um “homem de verdade”. O “macho” apareceu como complementar ao “ser homem”, as características atribuídas ao primeiro questionamento apareceram, nas falas, como adicionais às exigências do “ser homem”. Termos como “honestidade”, “trabalhador”, “cumprir com seu papel” e “ser responsável”, surgiram com muita frequência nos discursos dos entrevistados.

Tal concepção de homem responsável acordam tanto com os resultados da pesquisa de Machado Filho (2003) quanto com Badinter (1993), que também destaca que a honestidade vem surgindo na sociedade como um dos parâmetros para um novo modelo de homem. Nas falas seguintes, é possível notar algumas das características do “ser homem” explicitadas pelos sujeitos da pesquisa: “Ser homem é ter caráter, ser honrado. Ser homem é saber conduzir as coisas, ter pulso firme. É honrar o seu nome, ter atitudes corretas.” (Jacson) ; “Homem de verdade é trabalhador, é decente... Ser homem não é só dizer que é homem, tem que fazer, tem que ter firmeza na palavra, na atitude.” (Claudiano); “Acredito que ser homem é ter comprometimento com sua família, sua vida. É ser honesto, é ter honra. Essa é a minha opinião.” (Genival); “Ser Homem é ser cavalheiro, ser honesto. É ter caráter, é ter personalidade.” (Joseph).

Ser homem é... ser um leão que todo dia tem que ir à caça pra trazer alimento pra sua família. É proteger, fazer o seu papel com a sua família, com a sociedade, cumprir seu papel de cidadão e principalmente proteger a sua família. (Túlio).

“Homem é ser um cara honrado, um cara que cumpre com seus deveres. Ser homem... tá difícil, hoje, um homem de verdade, um homem que tenha uma índole boa, que tenha caráter, que saiba se colocar, se impor. Os homens hoje tão tudo covarde, tão tudo... mudando isso, fazendo vergonha.” (Adão).

Outro aspecto que, se apresentou durante a análise das entrevistas, e se faz presente nos modelos das masculinidades contemporâneas e ocidentais - a força. Não a força física, mas um tipo de força interior, individual, aplicada aqui no sentido de que o homem deve ser forte o suficiente para se manter honesto, não importando as adversidades e lutar para manter a honestidade.

É importante, sobretudo, estar atento aos discursos ditos e às práticas sociais dos sujeitos. Porto (1999) ressalta que a tendência das pessoas a buscar o politicamente correto em respostas desse tipo, principalmente quando se tem tantas perguntas que se parecem com testes morais. Porto ao analisar os dados obtidos em sua pesquisa sobre violência, através da concepção de sujeitos a respeito de ditados populares, também obteve grande parte das respostas no sentido de que deve prevalecer a honestidade. A autora, no entanto, fica atenta aos próprios resultados que obteve, percebendo que na prática, os discursos moralmente aceitos não estão se aplicando. Assim o discurso nem sempre é reproduzido nas práticas cotidianas, mas eles refletem uma maneira de compreender o mundo social e expressar o que os sujeitos entendem como “modelos corretos” a serem seguidos. Celso, por exemplo, em suas respostas demonstrou valorizar a honestidade e o trabalho, indicando que o fato de estar respondendo criminalmente o faz se afastar do modelo de homem que ele compreende.

Ser homem? Ser homem é... eu não sei nem mais o que eu sou hoje, depois dessa situação que eu tô passando. Se eu fosse homem mesmo eu não tava passando por essa situação... Homem tem caráter, tem que ser honesto, homem de verdade não se presta a esse papel aqui não. Eu sou trabalhador, sou um homem direito, não faço nada disso que ela tá falando. (Celso).

Apesar disso, é perceptível a partir da análise das entrevistas que, no que diz respeito à questão da honestidade, a mulher ainda tende a ser concebida como possuindo pouca força moral e sendo pouco digna de confiança, como foi discutido anteriormente, ao explicitarem a visão que têm sobre as mulheres. Assim, as principais características presentes nas concepções sobre masculinidade foram a força, intimamente ligada ao suposto caráter ativo do homem, à virilidade, à honestidade e ao trabalho, Inexoravelmente articuladas entre si, ambas, estão ligadas a concepções tradicionais e essencialistas de superioridade masculina. O masculino, as relações entre homens são estruturadas na imagem hierarquizada das relações homens/mulheres. Tais atributos se apresentam como contrários aos conferidos às mulheres, tornando o significado de “ser homem”, sobretudo “não ser mulher”. Aqueles que não podem

provar que “têm” são ameaçados de serem desclassificados e considerados como os submissos, como as mulheres, comparando-os a elas.

#### 5.4 Concepções sobre a violência doméstica contra a mulher

Investigações a partir da visão dos homens processados pela Lei Maria da Penha ainda são escassas, no entanto, podem contribuir substancialmente para uma melhor compreensão desse fenômeno e para desvelar nesse universo a percepção de que a agressão exige mais do que a punição prevista em lei. Ou seja, é importante que ocorra a instrumentalização de políticas públicas que incluam esse homem e que essa ação possa minimizar a violência praticada contra a mulher. A compreensão sobre a agressão envolve aspectos complexos e seu combate deve ir além da penalização, uma vez que ela afeta não só o indivíduo e as vítimas diretas, mas também a família e a sociedade como um todo. Dessa forma, a partir de falas dos homens processados por esta lei, foi possível perceber como estes sujeitos elaboram seus discursos e compreendem as situações experienciadas, as concepções de violência contra a mulher e as justificativas atribuídas aos eventos de agressão.

O processo de formação da subjetividade masculina ocorre a partir de algumas interdições que estarão presentes ao longo da vida dos homens. Como exemplo, podemos pensar no “choro” e relacioná-lo ao processo de formação da própria subjetividade, já que é ensinado aos meninos que “homem não chora”. A reflexão sobre as práticas dos homens buscam compreender os mecanismos sociais por meio dos quais estes estruturam suas ações, pensando-as relacionalmente. Mas o “relacional” aqui não se limita apenas às relações entre homens e mulheres e sim, como os próprios homens relacionam-se entre si, contribuindo para a construção de sua identidade de gênero.

Frequentemente, o homem tem que provar a sua masculinidade, manifesta-a, também, em atos de violência. Quando a emancipação feminina inverte os valores sociais tradicionais e põe em cheque o papel do homem, a ascensão feminina ao espaço público torna-se uma ameaça à identidade de macho dominador e a sua posição de poder hegemônico é posta em questão. Podemos perceber nas falas de alguns entrevistados que a insubmissão feminina dentro de casa ou as ações que fugiam da ordem tradicional dos papéis tradicionais do gênero, geraram conflitos entre homens e mulheres, culminando em denúncias de violência doméstica contra a mulher. Na fala de Anísio, foi possível perceber como a ameaça ao poder de mando do marido em relação a esposa gerou a situação de conflito. Ele foi denunciado por agressão verbal e lesão corporal e conta que não cometeu agressão contra a esposa e a acusa de tê-lo agredido

inicialmente. Na situação relatada, Anísio contou que a esposa estava agindo diferente, ele desconfiava que ela estivesse o traindo. Após sua esposa sair de casa sem informá-lo e contar que estaria com amigos, o entrevistado afirmou ter começado uma discussão. É nítida a compreensão de Anísio sobre o comportamento esperado de uma mulher casada, o fato de sua esposa ter saído sem ele e a possível ameaça ao poder do marido sobre a esposa o levou a agir de maneira agressiva.

“Quando ela chegou em casa, eu perguntei onde ela tinha ido, fui fazendo pergunta, ela foi ficando logo histérica, fazendo confusão. Todo mundo sabe que quando a pessoa tá no meio de uma discussão, o sangue ferve, todo mundo fica alterado... Ela começou me empurrando, me agredindo, ela chegou a me arranhar... um homem de sangue quente não suporta nada disso. Eu não agredi ela fisicamente, a única coisa que eu fiz foi me defender, foi segurar o braço dela, mas eu acabei pegando de mal jeito, ela ficou fazendo força e machucou. Você acha que eu vou deixar uma mulher me arranhar todo? Ela também me xingou, ela falou coisas que eu não suportava escutar... ela falou que saiu com uns amigos, com uns amigos! Nesse bolo tinha homem, eu não tinha dúvida.” (Anísio).

Visto que a masculinidade hegemônica legitima e valoriza principalmente a competição, a hierarquia, as proezas sexuais, a força corporal, a racionalidade, a dominação e a coragem, essas performances masculinas rotuladas e rotinizadas, segundo Melo (2013), começaram a ultrapassar a esfera da interação social, e a estruturar o nexos exigido entre o físico e o social. Com isso, as práticas corporais começaram a englobar a ideia de masculinidade, que deveria dar provas de heroísmo e de valentia.

Kimmel (2005) elucida que ainda jovens, garotos aprendem que a violência não somente é uma forma aceitável de se resolver conflitos, mas uma que é admirada. Ele mostra que até dentro da academia e por psicólogos essa visão é valorizada, visto que muitos deles acreditam que um garoto deve empregar todos os meios possíveis para defender o que é seu, sob pena de crescer para se tornar um covarde. Violência tem feito parte do significado de hombridade, parte das maneiras pelas quais os homens tradicionalmente testaram, demonstraram e provaram sua hombridade. Sem outro mecanismo cultural pelo qual garotos jovens podem vir a pensar a si mesmos como homens, eles avidamente abraçaram a violência como um caminho para se tornarem homens.

Como aponta Ramirez (1995), homens tendem a uma certa disposição ao confronto com outros homens. Mesmo, portanto, que essa disposição não chegue aos extremos da violência física, percebemos como esse aspecto agressivo da masculinidade hegemônica ocidental serve para estimular uma competitividade excessiva. Dessa forma, o caráter ativo do homem, de sua força, do seu comando é parte do modelo tradicional de masculinidade, que está relacionado à agressividade, podendo gerar situações de violência.



Josué conta que já foi denunciado três vezes pela mesma mulher. Na última situação ele afirma que foi “humilhado” enquanto homem ao sua namorada ter insultado a sua virilidade em público. Josué conta o episódio com a cabeça baixa e olhando para o chão, deixando transparecer o sentimento de vergonha, enquanto falava ele interrompia para observar se alguém o estava escutando.

Ela me empurrava também, ela me tirava do sério. Antes era por causa de... que ela saía muito e tava estranho, sem me dizer nada, andando com uma amiga piriguete... eu fiquei logo desconfiado. Eu chamava pra conversar, queria saber as coisa... eu vou ficar levando corno? Ela começava a ficar alterada logo. Uma vez ela me humilhou dentro do shopping, cheio de gente... Ela falou no meio de um monte de gente que eu não dava conta dela não. Você fica impotente, isso dói, machuca, entendeu? Você fica humilhado como homem. Não consegui olhar para ninguém mais. Esse dia eu tirei essa história a limpo, mas não bati nela, não fiz nada não... ela foi me denunciar que tava ameaçando ela. (Josué).

As situações de violência analisadas permitem compreender que as principais motivações da agressão são: a ameaça ao poder do homem sobre a mulher; a quebra da ordem tradicional de gênero; afronta aos atributos de homem/macho. Claudiano ao falar sobre a situação de conflitos vividas com a ex-esposa, apresenta descontentamento com o comportamento da mulher e atribui a este fato as ocorrência de momentos de tensão no casamento.

[...]ela tava me maltratando, nem falava direito comigo, ela não tava mais lavando minhas roupas, nem fazendo minha marmita...E eu dando duro pra sustentar ela. Isso tudo desgasta o casamento. [...] A revolta dentro de casa, as reclamações, discussões dentro de casa. Quando a mulher esquece a responsabilidade de mulher casada, de mãe de família e faz vergonha pra família. Quando a mulher tem atitudes errada, quando ela não honra o marido... eu não tô dizendo que todos são assim, mas a gente vê que os homens não gostam dessas atitudes. Eu converso com meus amigo, ninguém gosta. (Claudiano).

Rui também relata o caso em que foi denunciado e elucida a discussão acima:

Foi assim, um dia eu cheguei em casa do trabalho e ela não tava, é assim, toda vez que eu chego do trabalho, umas oito da noite, eu chego morto de cansado, chego com fome e ela ficava em casa o dia todo, ela cuidando da sobrinha dela. Eu não tô dizendo que é pra ela ser minha empregada, nada disso não... mas ela sabia que eu passava o dia todo na rua trabalhando, eu que pagava o aluguel, então ela não pode reclamar que eu não cumpria meu papel.[...] ela saiu e nem me avisou, não falou nada que ia sair, não disse pra onde ia, não fez a minha janta. Eu sei cozinhar, mas não tenho tempo. Quando ela chegou eu falei, eu fiquei um pouco chateado, mas ela exagerou, falou um monte de coisa aqui, eu não cheguei a xingar ela nem nada, ela também me ofendeu... (Rui).

O homem ao casar-se vê a mulher como esposa-mãe. No momento em que as mulheres rompem com este modelo de continuidade, afirmando-se como indivíduos, aquilo que conferia honra a família não existe mais, o que desencadeia um processo de violência dos homens sobre as mulheres. Já Genival explicita a indignação quanto ao comportamento da ex-esposa e diz

que os conflitos começaram a partir da descoberta de uma traição. Apesar de ser denunciado por ameaça e agressão verbal, o entrevistado não reconhece que cometeu crime e conta sobre seu caso:

Ela começou um outro relacionamento, com uma companheira. Desde então ela passou a me acusar de agressão, de ameaça. Depois da separação... Eu tô tentando me defender pra audiência que vai acontecer aqui na vara de violência contra a mulher, sendo que eu nunca bati em mulher alguma.[...] Eu descobri neste caso, que ela tinha uma companheira, oculta, e um companheiro também, concomitantemente. Eu não quis mais manter o relacionamento com ela. (Genival).

Adolfo ao longo da entrevista, fala sobre comportamentos “apropriados” para as mulheres. Afirma que a traição é um dos motivos de desentendimento e agressão no âmbito familiar, porém, ao final da entrevista, evidencia que mantêm relacionamentos extraconjugais. Nesse discurso, enquanto a mulher deve seguir padrões sociais permeado por limitações, os homens detêm poderes e privilégios.

A mulher pra sofrer de violência... ela tem três coisas. Primeiro, ela não colocar ninguém dentro da casa dela, entendeu? Não confiar nos outros, em amizade... e não trair. Se eu disser pra senhora, a senhora nem acredita. Sabe quanta mulher casada eu tenho na rua? Eu tenho na rua três mulher casada! Eu pego na rua três mulher casada! Não tenho vergonha de falar isso pra ninguém! (Adolfo).

Na afirmação de Adolfo, a mulher precisa evitar a violência a partir do seu comportamento. A violência pode também ser vista como uma ação que envolve a perda de autonomia, de forma que as pessoas são privadas de manifestarem sua vontade, submetendo-se à vontade e ao desejo dos outros. Assim, a violência passa a ser utilizada como uma maneira de manifestação das relações de dominação, expressando uma negação da liberdade do outro, da igualdade, da vida. Essa desigualdade se manifesta como assimetria de poder, a submissão do mais fraco pelo mais forte, traduzindo-se em maus-tratos (VECINA, 2002).

É importante frisar que o discurso apresentado pela maioria dos homens entrevistados, é de que o homem, em geral, é “naturalmente” violento, porém, é figura de autoridade necessária à preservação da família. Para a autora, a violência física aparece como tentativa de restabelecer o poder masculino dentro da família. Para eles, as brigas familiares eram exclusivamente do âmbito privado e visavam restabelecer as relações “normais” dentro da família.

Também ficou explícito no discurso dos homens sobre as situações de violência, que a questão gira em torno da imputação da culpa à mulher (“foi ela que começou”, “foi ela que me agrediu”, “eu não fiz nada, ela que fez”). Todos os entrevistados negaram ter cometido atos de violência doméstica contra as mulheres e apresentaram um entendimento sobre esse tipo de violência como de ordem estritamente física. Para os interlocutores, esse tipo de violência deve

ser relativizado, visto que, para eles, é um tipo menos grave de crime e, por isso, não deve ser punido (apenas em casos de ameaça ao corpo e vida da vítima). Além de apresentarem a mulher como agressora, ressaltam que a mulher “gosta de provocar”, como afirmou Rui: “Eu acho que tem muita mulher que que gosta de provocar mesmo, não conhece um homem com raiva, um homem possesso... quem mexe com fogo acaba se queimando.”

Desse modo, transferem para a mulher a culpa pela situação, não se reconhecendo como agressores, ao contrário, retratam a ação agressiva como comportamento desencadeado pela mulher, como se a culpa pela relação que não dá certo, fosse do outro. Para Goleman (2003) a racionalização é uma das estratégias mais comuns de negação dos verdadeiros motivos do sujeito, cobrindo e bloqueando o verdadeiro impulso que provocou o ato agressivo, substituindo-o por outro, inventado. A intenção aqui não é afirmar que um ou outro tenham, de fato, cometido algum tipo de violência, porém as falas corroboram com demais pesquisas e reflexões sobre o tema.

Teve uma vez, há cinco anos atrás, a mulher chegou bebendo e aí quando eu fui falar, ela veio pra cima de vez, teve uma discussão e nessa discussão ela tentou me agredir e na hora da agressão eu fui pegar a mão dela pra pegar o celular, pra ligar pra polícia e ela bebendo, descontrolada, fui pegar o celular da mão dela e machucou o dedo. Aí ela foi na delegacia da mulher, chegou lá deu uma queixa minha, dizendo que eu tinha agredido ela, dizendo que espancado ela e não foi isso que aconteceu. (Isaac).

Não, não, não. A violência não existiu violência, porque ela que veio até a mim, me agrediu, foi uma tentativa de defesa. Duas vezes ela veio para me agredir, nessas duas vezes não houve agressão, fiquei muito surpreso quando ela falou que eu a agredi. Pena que eu não tive direito de resposta. [...] Existiu discussão, por parte dela ela veio pra cima de mim, não dei nenhum beliscão, só me defendi, a segurei, segurei ela no chão com forma de evitar uma coisa pior e sempre proferindo palavras para adquirir a minha ira, a minha raiva... (Túlio).

De acordo com Medrado e Lyra (2008), para que se compreenda a problemática da violência de homens contra mulheres, partindo-se de uma perspectiva de gênero, é imprescindível considerar as análises acerca dos processos de socialização masculinos, assim como os significados de ser homem em nossa sociedade.

[...] ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais “generificadas”, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero. (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 820).

Por fim, os homens entrevistados não reconhecem ou não querem reconhecer que praticaram atos de violência contra a mulher, se dizem inocentes e não-violentos. A maioria deles compartilha de uma visão essencialista sobre os gêneros e exerce o domínio sobre o cumprimento da ordem tradicional e desigual entre homens e mulheres, comportamentos, maneiras de pensar e agir, posições sociais, são designados às mulheres e homens de maneira dispare. Quando as mulheres agem fora do que é esperado, o poder da masculinidade é

afrontado e os momentos de tensão surgem, diversos tipos de violência são cometidos, mas apenas a violência física que fere o corpo da mulher é reconhecido como tal. A partir das falas fica claro a culpabilização da mulher pelas situações de violência e conflitos domésticos, que são gerados por discursos machistas e reguladores das mulheres.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, ao longo da pesquisa discorri sobre os conceitos de violência e gênero buscando um ponto de intersecção para a análise do trabalho. A violência, como define Moser (1991) é, um comportamento social, visto que envolve ao menos duas pessoas, como outros comportamentos humanos. É uma interação, já que se nasce e se concretiza na relação com o outro, o que condiciona e modela nosso comportamento. Dessa forma, violência é trabalhada aqui como um complexo fenômeno social decorrente de contextos sociais e históricos particulares, mas se caracterizando, sobretudo, como uma forma de exercer o poder e a força sobre outro indivíduo. Assim, para compreender as questões relativas a um tipo de violência específico, a violência doméstica contra a mulher, estudei os discursos sociais elaborados sobre gênero a fim de apreender o universo causal das situações de violência.

Ao discutir gênero nesta pesquisa, busquei resgatar a diversidade de conceituações sobre o termo e relacionar sua influência nas mais diversas práticas sociais, como em alguns tipos de violência. Gênero é o modo como as sociedades interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres, que não pode ser usado de forma universalista e estática. O gênero passou a ser visto como um modo de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados a homens e mulheres e a ressaltar um sistema de relações desigual e construído sob relações de poder. Cabe ressaltar que, neste trabalho, introduzi o debate sobre gênero, incluindo a reflexão sobre o universo masculino e dos homens. Na maioria dos estudos de gênero menos recentes, o debate em torno desta categoria estava restrito ao universo das mulheres, como se gênero e mulher fossem sinônimos. Introduzir a reflexão sobre os papéis desempenhados por homens e problematizar esses lugares de poder, permite repensar, de maneira relacional, o próprio contexto de desigualdades vivido pelas mulheres.

Ser homem é também desempenhar papéis sociais, é corresponder às “exigências” sociais que definem quem é ou não homem. Mesmo que esse lugar, dos homens, exerça posição de poder e dominação nas sociedades ocidentais contemporâneas, esses discursos e práticas que o legitimam precisam ser conhecidas e apreendidas. Partindo desse ponto, realizei uma investigação sobre a construção da masculinidade. A Masculinidade segue padrões fixos e determinados de condutas e, assim, dos sentidos do “ser homem” socialmente. O percurso das masculinidades vem acompanhado por signos e símbolos construídos socioculturalmente, que vêm determinando o que é ser homem e o que é ser mulher e afetando a vida dos sujeitos.

Também problematizei a violência doméstica contra as mulheres e a importância do movimento feminista na visibilidade e combate a este problema. A violência doméstica é uma

modalidade de violência interpessoal, trazendo como características particulares o fato de ocorrer sempre no ambiente familiar e de existir um vínculo entre a vítima e o agressor. A violência doméstica é aquela praticada dentro da unidade doméstica contra pessoas que lá residem, as principais vítimas são as mulheres e os perpetradores são seus parceiros íntimos do sexo masculino. A violência doméstica contra a mulher precisa ser compreendida como um conjunto complexo de ideias e situações sociais que a legitimam, por isso compreender o universo simbólico que permeia essas práticas é tão importante.

Ao buscar compreender as relações entre os modelos de masculinidade difundidos e a legitimação da violência doméstica, adentrei em um universo discursivo, com símbolos e significados, apresentando pelos homens. Realizei observações e entrevistas durante quase dois meses na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador, transcrevi e analisei quinze entrevistas, concedidas por homens denunciados pela Lei Maria da Penha, escutei várias vezes palavras e expressões serem afirmadas por pessoas diferentes, mas que compartilhavam o mesmo discurso. Os homens negam a prática de atos violentos contra suas esposas e familiares, não reconhecem outras formas de violência que não sejam físicas como violência contra a mulher e a mulher é vista como provocadora do ato, aquela pessoa que inicia a agressão. Os entrevistados demonstraram que a violência é usada como mantenedora da ordem e do poder do homem sobre a mulher. Qualquer afronta a tal modelo de poder é justificativa para gerar atos violentos.

Por fim, os sujeitos da pesquisa demonstraram interesse em falar sobre o assunto, concederam as entrevistas sem mais problemas, fato que foi uma surpresa durante o processo de pesquisa. Ao escutar os discursos proferidos pelos entrevistados, organizei em quatro categorias apresentadas em comum e que ajudaram na compreensão do problema estudado. Foram analisados falas relativas a: a) A manutenção da família tradicional e heteronormatividade; b) Visões sobre a mulher c) Significados do ser homem e macho; d) Concepções sobre Violência Doméstica contra a Mulher.

Ao tecer a análise sobre os discursos proferidos que se referiam a manutenção da família tradicional e aos modelos heteronormativos, pôde ser percebido que os homens entrevistados valorizavam o fato de possuir uma família, ser “pai de família” e marido, como características que os “tornam homens” e assumir a posição de “chefe” da família é um traço marcante nos discursos dos interlocutores. A família surge como uma instituição em que eles podem exercer seus poderes e privilégios, proteger a família foi discurso muito ouvido, e eles surgiam como “protetores” da família tradicional, onde os papéis de gênero são bem demarcados. Junto a ideia de família, associei a produção de um discurso heteronormativo presente e que repulsava a

homoafetividade e a percebia como não natural, os indivíduos que não se encontravam dentro do padrão de heterossexualidade não eram considerados “homens de verdade”. Como afirma Foster (2001), a reprodução de modelos e normas situados na heterossexualidade, sustenta o ideal de casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal e formação de uma família com pai, mãe e filhos. Nesse sentido, o modelo de masculinidade dominante tende a buscar a manutenção da família tradicional como instituição que assegura a honra masculina.

Desenvolvi uma análise sobre os discursos relacionados às mulheres, destaquei falas pertinentes referentes ao discurso sobre o que é ser mulher e qual o “espaço” dela nas relações de poder. Além do discurso hegemônico que naturaliza as diferenças entre homens e mulheres, pautada na ideia de que existem características e comportamentos de homens e de mulheres, duas questões foram problematizadas. Os sujeitos apresentaram um discurso baseado nas representações midiáticas sobre as mulheres, podendo ser verificado em ao menos cinco entrevistas, que citavam vilãs de novelas para descreverem mulheres fora da ficção. Também observado a representação sobre a mulher feminista, ao opinar sobre feminismo, muitas vezes eles falavam em mulher feminista com atribuições muito parecidas. A ideia de mulher como fundamentalmente problemática, má, louca e sedutora que é, muitas vezes, retratada na televisão, pôde ser analisada nas falas desses homens. As ideias apresentadas por eles, comparando as mulheres reais àquelas representadas nas telenovelas, só aludem para a importância que a televisão exerce no mundo social brasileiro. Já ao falarem sobre feminismo e as conquistas de direitos pelas mulheres, foi perceptível o discurso que reforça a ideia de que “tudo é culpa do feminismo”, empregando uma forma de *backlash*, conceito elaborado por Faludi. Esses discursos são uma espécie de reação sutil às conquistas das mulheres e ao movimento feminista, com o objetivo de reafirmar a ordem conservadora.

Ao falarem sobre “ser homem” e “ser macho”, os discursos apresentados demonstravam a valorização de atributos da masculinidade hegemônica. A masculinidade hegemônica adentra no imaginário social e se organiza em oposição ao feminino, elaboradas como práticas discursivas organizadas socialmente. As características conferidas ao “macho” estão associadas à virilidade, ao falo e às características consideradas inatas ao sexo e corpo. Enquanto o macho deve exercer sua sexualidade como prova de masculinidade, eles reconhecem a mulher como aquela que deve conservar a castidade, a pureza e o pudor. Já ao falar sobre o “ser homem” a compreensão dos entrevistados está ligada às características como ser honesto, ter um trabalho e proteger a sua família, aspectos que constituem um “homem de verdade”. O “macho” surge, então, como parte do “ser homem”, há espaço para esses dois papéis no modelo de

masculinidade dominante. Exercer a virilidade não impede que o homem busque ser “honesto”, “trabalhador”, “cumprir com seu papel” e “ser responsável”, como ressaltado por eles.

Ao analisar os discursos apresentados pelos homens sobre a violência doméstica contra a mulher, foi possível perceber que eles não reconhecem as violências não físicas como formas de violência, eles negam a necessidade de intervenção da justiça, conseqüentemente. O fato de agredir verbalmente, ameaçar ou machucar com menor intensidade o corpo da mulher, é visto como “normal” e parte da dinâmica do relacionamento conjugal. Ao serem indagados sobre as situações de violência vividas, todos negaram os atos violentos, delegando à mulher a culpa pela briga. No discurso deles, a mulher estaria mentindo ou exagerando nas acusações, acusando-a ainda de praticarem violência contra os homens. Para eles, a insubmissão feminina dentro de casa ou ações que escapavam da ordem tradicional dos papéis de gênero geraram conflitos entre homens e mulheres, resultando em denúncias de violência doméstica contra a mulher. Suspeita de traição ou início de outro relacionamento, não realização de tarefas domésticas, desobediência ou discordância sobre controle do homem sobre elas, foram os principais motivos citados pelos entrevistados que geram as situações de conflito dentro de casa.

Assim, foi notável nos discursos apresentados pelos homens a prevalência de valores baseados na masculinidade hegemônica. As exigências sociais para ser homem e macho, valorizando a virilidade, coragem, altivez, além de honestidade e trabalho (estes pensados do ponto de vista conservador da ordem social), influenciam nas formas com os homens apreendem o mundo social e, conseqüentemente, agem nesse contexto. Apesar de terem surgido algumas falas residuais denotando uma nova figura de homem, que não precisa se preocupar tão intensamente com o cumprimento destes valores ou que critica alguns desses traços, esse novo modelo de masculinidade ainda está limitado a um grupo restrito de homens. Os homens entrevistados, que estavam respondendo criminalmente por atos de Violência Doméstica contra a Mulher, reconhecem e buscam exercer a masculinidade hegemônica. É possível afirmar, então, que o modelo de masculinidade difundido e valorizado nos mais diferentes discursos, instituições como igrejas, escolas, família, meios de comunicação, é um modelo que reforça a figura do homem agressivo, que detêm o poder e resolve seus problemas com base na violência e autoridade.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.
- ALMEIDA, M. V. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ARAGÃO, L. T. Em nome da mãe. In: FRANCHETTO, B. **Perspectivas antropológicas da mulher**. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p.109-145.
- AZEVEDO, M.A. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo, Cortez, 1985.
- BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.
- BARSTED, L.L O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência In: BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 346-382.
- BEISSMAN, D.M. **Estudo psicossocial de homens agressores de mulheres notificados na delegacia da mulher de campinas**. 1994. 223 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- BERLANT, L; WARNER, M. Sexo em público. In: JIMÉNEZ, Rafael M. M. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 229-257.
- BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.
- BORRILLO, D. **L'homophobie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Disponível em:

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L.V. C.; HEILBORN, M. L (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar, 1985. p. 12-62.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 2005.

CONNELL, R. W. **Políticas da masculinidade**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1997.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: SEMINÁRIO DE APROFUNDAMENTO DO TRABALHO COM GÊNERO NO PRÓ-GAVIÃO, I., 2000, Vitória da Conquista. **Textos de Apoio...** Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA, 2000. p. 35 – 44.

COSTA, R. G. Mediando oposições: sobre a crítica aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. et al. (Orgs.). **Gênero em matizes**. São Paulo: Universidade São Francisco, 2005, p. 213-241.

DEL PRIORE, M. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.153-184.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2009.

DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, S.G.; MIRIM, L.; SILVEIRA, L. (Org.) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**. São Paulo: Ed. Coletivo Feminista, 2006, p.15-44.

FALUDI, S. **O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. São Paulo: Rocco, 2001.

FLICK, U. O embasamento da pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 339-379.

FOSTER, D. W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividad en la literatura latino-americana. **Letras: Literatura e Autoritarismo**, n. 22, p. 49-53, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. A vontade de saber. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FUNCK, S. O que é uma mulher? **Revista Cerrados**, Brasília, v. 20, n. 31, 2011.

FUNCK, S.; WIDHOLZER, N. **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Ed. GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOLEMAN, D. **Mentiras essenciais, verdades simples: a psicologia da auto-ilusão**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S.; NASCIMENTO, E. F. Medos sexuais masculinos e política de saúde do homem: lacunas e desafios. In: MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M.; BRASILINO, J. **Homens e Masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas**. Recife: Instituto PAPAI, 2010, p. 95-108.

GROSSI, M. P. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. Estudos Feministas, n. especial, p. 473-483, 1994.

GUEDES R.N. **Violência Conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

IZUMINO, W. P. **Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

KIMMEL, M. Men, masculinities and development. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O DESAFIO DA DIFERENÇA: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE, 1. **Anais eletrônicos...** Disponível em: [http://www.desafio.ufba.br/conferencia2.html#\\_ftn1](http://www.desafio.ufba.br/conferencia2.html#_ftn1)>. Acesso em: 1 de jun. de 2015.

KRUG, E.G. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?**, Série Antropologia, n. 284, 2001.

MACHADO FILHO, C. B. Representação Social de Masculinidade e Práticas Afetivas. In II Seminário Internacional Homens, Sexualidade e Reprodução. Recife: **Anais do evento**, 2003.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANSUR, T.S. **Problematizando experiências de vítimas de violência: indagações e análises**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

MARSON, M. I. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: O feminismo no Brasil e as (des)construções das Identidades sexuais. **Cadernos AEL**, 1995.

MEDRADO, B. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998, p. 145-161.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista estudos feministas**, v. 26, 2008.

MELO, V. A. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013, p. 119-152.

MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo, Atica, 1981.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

MINAYO, M. C. Violência para todos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.7, 1993, p.63-85.

MISKOLCI, R. **O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet**. Niterói: Gênero, 2009.

MORENO, R; MARTINEZ, R. Causality as validity: some implications for the social sciences. **Quality & quantity**, v. 42, p. 597–604, 2008.

MORIN, E. **Sociologia do micro Social ao macro Social**. Portugal: Editora Europa Americana, 1994.

MOSER, G. **A agressão**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n.1, p. 7-13, 2006.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NORONHA, C; DALTRO, M. A violência masculina é dirigida para Eva ou Maria? **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1991.

OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 91-112. 1998.

ORTIZ, R.; BORELLI, S. H. S.; RAMOS, J. M. O. **Telenovela: história e produção**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PENROD, J.; PRESTON, D.B., CAIN, R. & STARKS, M.T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of Transcultural nursing**, vol 4. nº 2, 2003.

PIOVESAN, F.; PIMENTEL, S. (coord.). CEDAW. Relatório nacional brasileiro: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Protocolo facultativo Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos da Mulher. 256p. 2002

PISCITELLI, A. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 141-155, 1998.

PORTO, M. S. G. A. Violência Urbana e Suas Representações Sociais: o Caso do Distrito Federal. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 130-135, 1999

RAMIREZ, R. Ideologias masculinas: sexualidade e poder. In: NOLASCO, S. (org). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995, p. 75-81.

RAVAZZOLA, M. C. Violencia familiar: El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. **Sistemas Familiares**, Buenos Aires, v. 23, p. 29-42, 1997.

SABAT, R. **Entre signos e imagens: gênero e sexualidade na pedagogia da mídia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1999.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SALVADOR. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Dados da Central de Atendimento à Mulher**, Salvador, BA, 2010.

SANTOS, C. M. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 8, p. 153-170, 2010.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **EIAL: Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SARAIVA, E. S. **Paternidade e masculinidade**: tradição, herança e reinvenção. 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, p. 122-120, 2006.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analysis. In: HEIBRUN, C.G.; MILLER, N.K. (orgs.). **Gender and the politics of history**. Nova Iorque, Columbia University Press, 1990.

SIFUENTES, L. Personagem de novela ou mulher da vida real? Mediações culturais na conformação da identidade feminina. **Rev. Contracampo**, Fluminense, RJ, n. 20, p. 64-78, 2009.

SILVEIRA, P. **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2005.

SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1999.

STREY, M. N., WERBA, G. C.; Nora, T. C. Outra vez essa mulher? Processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas delegacias da mulher do RS. In: STREY, M. N.; DE AZAMBUJA, M.P.; JAEGER, F. P. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Edipucrs; 2004, p. 101-122.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: Ciência e Cultura. **Revista da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 22-24, jul. 2002.

VAN ZOONEN, E. A. The women's movement and the media: constructing a public identity. **European Journal of Communication**, v. 7, p. 453-476, 1992.

VECINA, T. C. C. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Agora, 2002. p. 81-94.

VELHO, G. O desafio da violência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 39, 2000.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012**. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WIDHOLZER, N. R. A publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero: abordagem linguístico-discursiva. In: FUNCK, S. B.; WIDHOLZER, N. R. **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, p. 17-52.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-42, 1997.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Data de nascimento, idade:
- Bairro de residência:
- Escolaridade:
- Profissão :
- Estado Civil :
- Cor da pele :
- Religião:
- Renda mensal:

#### Dados gerais

#### Informações sobre a trajetória pessoal

- Quantas vezes o senhor se casou?
- Quantos filhos tem? Como é a sua relação com elas/eles ?
- ( se tem filhos) Como o senhor procura educar seus filhos ?
- Qual o seu papel na família?
- Como o senhor se avalia enquanto marido/companheiro ?
- Quantas vezes o senhor se envolveu com algum caso de violência doméstica? Mais de uma vez?
- No caso atual, em que o senhor está sendo denunciado, qual o motivo para o ocorrido?  
Que motivo o levou a agir dessa forma?
- Na sua opinião, quais são os principais motivos que levam os homens a agirem de forma agressiva com as mulheres?
- Já presenciou ou soube de algum caso de violência doméstica na sua família ou entre amigos? Como o senhor agiu frente a situação?

#### Informações referentes à perspectiva de gênero e Legislação

- O senhor acha que homens e mulheres devem ter papéis diferentes na sociedade? Qual o papel da mulher? e do homem?
- O senhor acha que os homens, de uma forma geral na sociedade, ocupam posições superiores em relação às mulheres ? O que o senhor pensa sobre isso?
- O senhor acha que as mulheres têm maior chance de sofrerem violência por parte de conhecidos, parentes, namorados, maridos ?
- Muito ouvimos falar sobre estupro, algumas pessoas dizem que a culpa é das mulheres, que as roupas que elas usam influencia. O que o senhor pensa sobre esse assunto? O senhor já passou por alguma situação assim, em que se sentiu “tentado”?
- O senhor já ouviu falar em gênero? o que o senhor entende por essa palavra?
- Já ouviu falar em feminismo? o que o senhor pensa sobre isso?
- O que é ser macho para o senhor?
- E o que é ser homem?
- O que o senhor acha da DEAM, delegacia da mulher e dos demais órgãos que atuam em conjunto? Acha que ela cumpre o que propõe?
- O pensa sobre a Lei Maria da Penha?
- O senhor acha que homem que agride mulher tem que ser preso? O que deve ser feito para resolver esses casos?
- Tem algo sobre esse assunto que o senhor gostaria de falar algo que não foi perguntado?



## TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa **HOMENS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES: OS DISCURSOS DA MASCULINIDADE EM SALVADOR-BA**, da pesquisadora Lorena Sales de Almeida, vinculada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Após ser esclarecido(a) sobre os objetivos da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Sua participação será gravada, se assim você permitir, para fins de melhor análise das informações. Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

### Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos resultados obtidos neste estudo.

Salvador,      de      de 2016

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador